

Cíntia Manfredini

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO LOCAL:
um estudo no bairro dos Marins,
Piquete/SP.**

Taubaté – SP

2005

Cíntia Manfredini

**PARTICIPAÇÃO DA COMUNITÁRIA EM
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL:
um estudo no bairro dos Marins,
Piquete/SP.**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes.

Taubaté – SP

2005

CÍNTIA MANFREDINI

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

LOCAL: um estudo no bairro dos Marins, Piquete/SP.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, TAUBATÉ, SP.

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. José Rogério Lopes – Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Francisco Cristóvão Lourenço Melo – Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof^a. Dr^a. Maria de Jesus Robim - Universidade Federal de São Carlos

Assinatura _____

Aos meus pais Célio e Elza pela força e carinho constantes.
A Giovanna, minha maior alegria e fonte de energia.
Ao meu irmão Célio Filho pelo exemplo.
Rodrigo, pelo carinho que permitiu atravessar momentos críticos.
Cada Lugar é, a sua maneira, o mundo (...)
O Mundo, todavia, é nosso estranho. (Santos, 2002, p.314 - 32).

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. José Rogério Lopes, meu profundo agradecimento pelos ensinamentos técnicos e pessoais na realização deste trabalho, e pela confiança depositada.

Ao Prof Dr. Francisco Cristóvão Lourenço Melo pela força e tempo dedicado a discussões e críticas visando à melhoria do trabalho.

A Prof. Dr. Gladis Camarini pelo despertar metodológico e constante apoio e incentivo.

Ao Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira agradeço sua paciência ao escutar dúvidas e aflições, direcionando experiências e conhecimentos que possibilitaram o desenvolvimento desta dissertação.

A Prof. Dr. Fábio Ricci pelo constante apoio, incentivo e críticas reveladoras.

Aos Profs. Drs. das bancas, pelas importantes sugestões que muito acrescentaram na conclusão deste trabalho e todos os Professores Doutores pelos ensinamentos.

A Comunidade dos Marins que se mostrou interessada e curiosa em participar de discussões revelando sua lógica de desenvolvimento local e construção do processo participativo, em especial Lilica, Adriana, Quico, Sr. Joaquim, sr. Geraldo e Alex.

Ao Mest. 4 pela união, pelas discussões sempre produtivas, motivação e participação efetiva na superação dos inúmeros obstáculos que surgiram ao longo do caminho. Em especial a Claudia e André, amigos que colaboraram diariamente na minha formação.

A Fundação Christiano Rosa - Sr. Paulo Nóia, a Fundação Florestal – Paul Dale e Instituto Gondwana – em especial, Patrícia Ortiz, que vem acompanhando e incentivando meu processo de aprendizado desde a Graduação.

A Prefeitura Municipal de Piquete por apoiar a realização de toda a pesquisa.

A Prof. Dra. Maria de Jesus Robim pelo tempo disposto nas bancas e conversas em sua Ilha auxiliando a construção desta dissertação.

MANFREDINI, Cíntia. **A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL** : um estudo no bairro dos Marins. 2005.147 f. Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté. Universidade de Taubaté, Taubaté.

Assistiu-se, nas últimas décadas, a uma maior preocupação do homem com as questões ambientais, com a preservação do planeta e a garantia de continuidade da biodiversidade. Desenvolvimento Local e Participação constituem, hoje, conceitos centrais no debate público acerca do quadro de exclusão social que persiste, mesmo após décadas de políticas direcionadas ao combate da pobreza. Estes dois temas sintetizam o pressuposto de que o conceito de desenvolvimento é bem mais amplo que o de mero crescimento econômico, e envolve aspectos abrangentes de qualidade de vida do indivíduo, tais como inclusão social, proteção à diversidade cultural, uso racional de recursos naturais, etc. A preocupação particular com o tema, desenvolvimento sustentável, origina-se da vivência nos Marins, município de Piquete, e da observação e desencadeamento de sua história recente. Opta-se pela pesquisa-ação, nesta proposta, pois se tem papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e avaliação das ações realizadas em oficinas participativas com a comunidade. Propõe-se pesquisar os principais fatores que impedem o processo de participação comunitário no desenvolvimento local, tendo como base o processo participativo da comunidade. Assim pela metodologia adotada, foi possível classificar o problema – participação da comunidade no processo de desenvolvimento local - em grupos e subgrupos de afinidades, hierarquizá-los consignando o grau de prioridade dado a cada um deles. Resultando-se em: políticas públicas, conhecimento (educação), qualificação, organização e integração. Na pesquisa ficou evidente que ações desenhadas para a promoção do desenvolvimento devem não apenas se dar de forma descentralizada, mas devem estar focadas, essencialmente, no “local” onde se dá à vida cotidiana concreta. Verificou-se ainda que a participação se torna mais sustentável, quando ela não se restringe a processos de consultas, ou uma participação pontual, mas se é um elemento constituinte do cotidiano. Torna-se fundamental a visão estratégica e a respectiva vontade pública de tornar as experiências pilotos em políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Participação e Comunidades.

MANFREDINI, Cíntia. **COMMUNITARIAN PARTICIPATION IN PROJECTS OF LOCAL DEVELOPMENT: a study in the Marins, Piquete/SP**. 2005. 147 f. Dissertation (Master, Socioproductive Management Resources) – ECASE, Taubaté University, Taubaté.

It was attended, in the last decades, to a bigger care of the man with the environment questions, the planet preservation and the continuity of biodiversity. Local development and participation establish, today, central concepts in the public discussion concerning the picture of social exclusion that persists, the same, after decades of public politics to the combat of the poorness. These two concepts synthesize the presupposed of that the development concept is more extensive than the mere economic growth, and involves aspects of quality of life of the individual, such as social inclusion, protection to the cultural diversity, rational use of natural resources, etc. The particular concern with the subject, sustainable development, originates from the experience in the district of the Marins, city of Piquete, and the observation and the break out of its recent history. In this offer the researcher has active paper in the solution of the found problems, in the accompaniment and estimate of the actions; choose, therefore for the research-action, carried through in workshops with the community. It is considered to search the essential factors that obstruct the communitarian process of participation in the local development, having as base the process in the community. In this way for the adopted methodology, it was possible to classify the problem - participation of the community in the process of local development - in groups and sub-groups of affinities, to order them consigning the degree of priority given to each one of them. Resulting itself in: public politics, knowledge (education), qualification, organization and integration. In the research it was evident that actions drawn for the promotion of the development must not only be given of decentralized form, but must be concentrated, essentially, in the "place" where the concrete daily life happens. It still verified that the participation if becomes more sustainable, when does not restrict the processes of consultations, or an accidental participation, but if is a constituent element of the daily one. One becomes basic the strategically vision and the respective will of the government to become the experiences pilots in public politics.

Key words: Local development, Participation and Community

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Objetivo do trabalho.....	17
1.1.1 Objetivos Específicos.....	17
1.2 Delimitação do estudo.....	17
1.3 Relevância do Estudo.....	18
1.4 Organização do Trabalho.....	20
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	22
2.1 Pensamento Sistêmico.....	22
2.2 Desenvolvimento Sustentável.....	24
2.2.1 Agenda 21.....	28
2.2.2 Rio + 10.....	30
2.2.3 Paradigmas da Sustentabilidade.....	32
2.2.4 Dimensões para a Sustentabilidade.....	34
2.3 Desenvolvimento Local.....	36
2.3.1 Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS.....	39
2.4 Capital social e Desenvolvimento Local.....	42
2.5 Os Atores no Processo Participativo.....	46
2.6 A Atividade Turística.....	48
2.6.1 O Turismo Sustentável.....	50
2.6.2 O Ecoturismo.....	52
2.6.3 As Unidades de Conservação e a Visitação Pública.....	53
2.7 APA – Área de Proteção Ambiental.....	54
2.7.1 Integração das Á. P. no Desenvolvimento Local e Regional.....	56
2.8 A Gestão do Turismo para o Desenvolvimento Local.....	58
3. MÉTODO.....	62
3.1 A Pesquisa Ação.....	65
3.2 Fases da Pesquisa.....	67
3.2.1 Definição do Bairro para Estudo.....	68
3.2.2 Identificação dos Atores.....	68

3.2.3 Levantamento das Informações.....	69
3.2.4 Diagnóstico Participativo das Oficinas.....	70
3.2.5 Análise e Interpretação dos Dados.....	72
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	73
4.1 Caracterização do Município de Piquete e Bairro dos Marins.....	73
4.2 Histórico.....	74
4.3 Dados Socioeconômicos.....	75
4.4 Bairro dos Marins.....	78
4.4.1 Características do Bairro dos Marins.....	79
4.4.2 Atividades Econômicas.....	80
4.4.3 Formas Organizacionais.....	82
4.4.4 Características Culturais.....	84
4.4.5 Atrativos Turísticos.....	84
4.5 Resultados das Oficinas.....	89
4.5.1 Caracterização dos Participantes das Oficinas.....	89
4.5.2 Participação da Comunidade.....	90
4.5.3 Sensibilização da Comunidade.....	94
4.6. Políticas Públicas.....	98
4.6.1 Alternativas de Soluções.....	98
4.7 Conhecimento (Educação).....	103
4.7.1 Alternativas de Soluções.....	104
4.8 Qualificação.....	107
4.8.1 Alternativas de Soluções.....	108
4.9 Organização e Integração.....	111
4.9.1 Alternativas de Soluções.....	111
4.10 Análise da Pesquisa.....	115
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
6. CONCLUSÕES.....	122
6.1 Sugestões para Trabalhos Futuros.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
ANEXO A – Cronograma de Atividades do Projeto.....	135
ANEXO B – APAs do Estado de São Paulo.....	136
ANEXO C – Lista do Morador/Produtor.....	137
ANEXO D - Exercício dos Quadrados.....	140
ANEXO E - Exercício da Comunicação.....	141
ANEXO F – Modelos de Fichas utilizadas nas Oficinas.....	142

ANEXO G – Registros do Bairro.....	143
ANEXO H – Participantes das Oficinas.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Receita Cambial gerada pelo turismo no Mundo, América do Sul e Brasil.....	49
Tabela 2: Números de Estabelecimentos e Empregados em Atividades Turísticas.....	49
Tabela 3: Mão-de-Obra Empregada em Setores das Atividades Turísticas.....	50
Tabela 4: População Economicamente Ativa.....	76
Tabela 5: Estrutura Fundiária da Microbacia do Ribeirão Passa Quatro.....	80
Tabela 6: Atividades Agrícolas.....	81
Tabela 7: Atividades Pecuárias.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mudança de pensamentos e valores de auto-afirmação para integração.....	33
Figura 2: Etapas da Pesquisa.....	67
Figura 3: Quadro de Hierarquização dos problemas.....	71
Figura 4: Quadro de Priorização dos problemas.....	72
Figura 5: Localização do município de Piquete.....	73
Figura 6: Limites e cidades vizinhas.....	74
Figura 7: Quadro da Malha Viária da Microbacia.....	79
Figura 8: Escola Municipal Rural “Francisca Ribeiro Rodrigues”.....	83
Figura 9: Igreja de Nossa Senhora Aparecida.....	83
Figura 10: Pico dos Marins I.....	85
Figura 11: Pico dos Marins II.....	85
Figura 12: Peças Fazenda Santa Lídia.....	86
Figura 13: Museu do “Seo” Lucas: cantinho Histórico dos Marins.....	86
Figura 14: Canjiquinha do “Seo Quito”.....	87
Figura 15: Compotas feitas pelas mulheres.....	88
Figura 16: Poço do Curiaco.....	88
Figura 17: Apresentação do Projeto e Pesquisa.....	90
Figura 18: “Seo” Joaquim e D. Cida.....	90
Figura 19: Artesanato do Bairro.....	90
Figura 20: Atividades da Oficina de Apresentação.....	91
Figura 21: Atividades da Oficina de Apresentação.....	92
Figura 22: Quadro de Recomendações para Escrita.....	93
Figura 23: Quadro de Conceitos.....	93
Figura 24: Quadro de Afinidades e Diferenças.....	94
Figura 25: Mapa de visualização dos problemas.....	95
Figura 26: Modelo Representativo de Grupos, Subgrupos e Indicadores.....	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

APA	Área de Proteção Ambiental
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBH-PS	Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul
CNUMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho nacional do Meio Ambiente
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DPR	Diagnóstico Rápido Participativo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EIA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBVA	Instituto Brasileiro de Voluntários Ambientais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
METAPLAN	Metodologia Trabalho Participativo em Grupo
MBH	Microbacia Hidrográfica
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PEMBH	Plano estadual de Microbacias Hidrográficas
PIB	Produto Interno Bruto
PMP	Prefeitura Municipal de Piquete
PMNT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAA-SP	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SNUC	Sistema nacional de Unidades de Conservação do Brasil
UINC	União Internacional pela Conservação da Natureza
UC's	Unidades de Conservação

1 INTRODUÇÃO

Assistiu-se, nas últimas décadas, a uma maior preocupação do homem com as questões ambientais, com a preservação do planeta e a garantia de continuidade da biodiversidade. Nesta busca pelo natural, vemos o surgimento de conceitos ligados a sustentabilidade – ambiental, econômica, social, cultural e política. Estas questões têm se tornado critério básico para projetos de desenvolvimento (SACKS, 1993).

Não há como delinear caminhos alternativos para o desenvolvimento como parte de uma política que possa ser planejada, tendo por referência uma visão economicista e burocrática. O processo de desenvolvimento global é definido, às vezes, sob a ótica exclusivamente da produção. Outros o tomam sob a perspectiva social ou política. Alguns a interpretam através da transformação de seus aspectos institucionais em processos de desenvolvimento tecnológico ou na transformação dos recursos naturais em bens de consumo. Qualquer que seja a discussão, os aspectos essenciais centram-se na perspectiva de que métodos devem ser usados para incluir os seres humanos e o seu ambiente natural neste processo.

O crescente enredamento dos processos locais de tomada de decisão torna cada vez mais relevantes temas como o desenvolvimento econômico local, a geração de emprego, a segurança pública e a degradação ambiental – revelando-se a incapacidade das instituições políticas e administrativas locais em lidar com esses novos desafios para as políticas públicas locais.

Diante da percepção de uma aparente incapacidade sistêmica do setor público em enfrentar os efeitos negativos dos mercados livres e de sistemas enfraquecidos de segurança social, a *community option* (CLAVELS, PITT e YIN, 1997, p. 435-458) apresenta-se como uma alternativa promissora, particularmente em nível local, às estratégias tradicionais baseadas ou na ação centralizada do Estado ou nas soluções de mercado. Este trabalho propõe investigar a perspectiva das comunidades como possíveis agentes de transformação no contexto da atual sociedade, levando em consideração as condições de governos locais.

Desenvolvimento Local e Participação constituem, hoje, conceitos centrais no debate público acerca do quadro de exclusão social que persiste no mundo, mesmo após décadas de políticas públicas direcionadas ao combate da pobreza. Estes dois conceitos sintetizam o pressuposto de que o conceito de desenvolvimento é bem mais amplo que o mero crescimento econômico, e envolve aspectos abrangentes de qualidade de vida do indivíduo, tais como inclusão social, proteção à diversidade cultural, uso racional de recursos naturais, etc. O enfoque do local se justifica pelas

diversidades existentes, que estabelecem condições diferentes, e, por isso, precisam soluções específicas e adequadas.

Isso exige novas formas e instrumentos para relacionar os diversos atores e capacitá-los em gerenciar processos de desenvolvimento, em conjunto. Entende-se como a premissa deste trabalho que o planejamento e a gestão participativa são instrumentos que podem servir como fio norteador para estes processos, que exigem mudanças nas relações e nas posturas das pessoas envolvidas, tornando-se talvez, possa ser o maior desafio de todos os processos de desenvolvimento.

A preocupação particular com o tema, desenvolvimento local sustentável, origina-se da vivência no bairro dos Marins, município de Piquete, especificamente em um Projeto denominado: “Conscientização e percepção ambiental de bacia hidrográfica: do Rio Paraíba do Sul ao Ribeirão Passa Quatro, Piquete, SP” e da observação e desencadeamento de sua história recente, do crescimento desordenado do turismo da localidade e dos problemas acarretados por este fato.

Desenvolveu-se através do Instituto Gondwana, no Bairro dos Marins - Piquete/SP, o Projeto da Fundação Christiano Rosa - “Conscientização e Percepção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba ao Ribeirão Passa Quatro” - com apoio do CBH-PS e da Fundação Florestal, financiado com recursos do FEHIDRO, por meio do BANESPA. Em sua primeira fase aplicou-se o “Curso para Formação de Monitores Ambientais para Ecoturismo”.

As atividades posteriores foram conduzidas de acordo com o indicado na proposta de trabalho em sensibilizar a população local do Bairro dos Marins quanto à necessidade de procedimentos de proteção e de monitoramento da conservação dos recursos naturais da região, visando a melhorar a qualidade de vida e ambiental da área com ênfase nos Recursos Hídricos (Anexo A).

Esse Projeto de apoio ao desenvolvimento do bairro dos Marins, veio de encontro à preocupação da comunidade de reduzir as diferenças entre os níveis de desenvolvimento dos mesmos e o atraso dessa região em relação ao turismo (Participante da Oficina) e por meio do monitoramento da Fundação Christiano Rosa e Fundação Florestal, intervir no desenvolvimento e no ajustamento estrutural desta localidade.

Para alcançar os objetivos na concretização do Projeto, construiu-se as atividades juntamente com a comunidade dos Marins em torno de quatro preocupações estratégicas que deram lugar a outros tantos eixos prioritários:

- a) Qualificar os recursos naturais existentes e seu o emprego;
- b) Reforçar os fatores de atratividade;
- c) Promover a qualidade de vida e a coesão social;

d) Fortalecer a união e espírito de equipe.

As ações desenvolvidas tinham como objetivos: desenvolver um trabalho com enfoque participativo para respaldar e fortalecer os processos de desenvolvimento sustentável do bairro dos Marins, Piquete/ SP, aproveitando as potencialidades naturais da região, compatibilizando as atividades de ecoturismo com a conservação do meio ambiente e possibilitando a participação efetiva da comunidade nos segmentos que atuam no local e melhorar as condições de vida da população.

O município Piquete é situado no Vale do Paraíba, com uma área de 16.600ha (166km²), distando aproximadamente 200 km de São Paulo e 220 km da cidade do Rio de Janeiro, situado a 14 km da divisa com o estado de Minas Gerais. Parte de seu território municipal se encontra dentro de Área de Proteção Ambiental Federal (APA) da Serra da Mantiqueira, onde se mantém preservadas áreas remanescentes de Mata Atlântica e campos de altitude. É uma região rica também em recursos hídricos e devido ao seu relevo predominantemente formado por morros e cristas, proporciona a formação de micro-bacias como a do Passa Quatro, formada no bairro dos Marins, com grande importância para o abastecimento de água e manutenção da qualidade de vida da comunidade local.

A renda das famílias do bairro dos Marins vem, prioritariamente, da produção artesanal de queijo, comercializado informalmente no município de Piquete. Esta renda é incrementada pela comercialização de produtos agrícolas como banana, feijão e hortaliças, também pela comercialização de pequenos animais e pela prestação de serviços braçais na própria localidade.

Esta localidade apresenta-se, assim, como um objeto de estudo relevante, considerando que a mesma é caracterizada pela predominância de pequenas propriedades que desenvolvem atividades agropecuárias de pequeno porte, geridas de modo familiar; por estar localizada em uma região onde há conflitos entre a produção agropecuária, a preservação ambiental e o surgimento do turismo.

Dentro deste contexto, no ano de 2003 iniciaram-se estudos que enfocam a localidade com uma proposta de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável a ser construída com a comunidade. Partiu-se da hipótese de que é possível desenvolver na região, atividades turismo e lazer, consorciadas às atividades agrícolas e pecuárias não predatórias, oferecendo outras oportunidades para a diversificação e aumento de renda familiar.

A iniciativa se insere no processo de indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável, iniciado no município pela Fundação Christiano Rosa – organização não governamental do município de Piquete.

Colocam-se, portanto, as seguintes questões: como a opção comunitária pode ser explorada em um contexto de exclusão social e marginalização? Quais os ingredientes necessários para tornar as comunidades locais mais vitais e aptas para agir de maneira coletiva em prol do bem comum? Como condições externas promovem ou impedem o desenvolvimento comunitário?

Considerando os limites desse projeto e a exposição acima, propõe-se pesquisar os principais fatores que impedem o processo de participação comunitário no desenvolvimento local, tendo como base o processo participativo na comunidade dos Marins, no município de Piquete, SP.

1.1 OBJETIVO DO TRABALHO

Investigar, analisar e descrever os principais fatores que influenciam iniciativas comunitárias no processo de desenvolvimento de uma pequena localidade da região serrana do Vale do Paraíba.

1.1.1 Objetivos Específicos

Descrever novos procedimentos de planejamento e gestão integrados, priorizando a viabilização de ações locais e regionais destinadas à promoção de iniciativas de desenvolvimento local, integrado e sustentável;

Constituir um quadro de referência a partir das iniciativas em curso para diagnosticar a adoção de processos participativos na efetivação de projetos comunitários;

Relacionar os diagnósticos realizados no nível local com as oportunidades de desenvolvimento regionais, considerando:

- a. As práticas que reforçam o potencial das comunidades em benefício próprio e
- b. A replicabilidade das práticas que impulsionam a “mentalidade” participativa.

1.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Todo o estudo é realizado no bairro dos Marins, no município de Piquete, localizado na região do Vale do Paraíba do Estado de São Paulo.

Os resultados apresentados refletem dados em um determinado período, de junho de 2003 a agosto de 2004, e são partes integrantes do relatório parcial e final do Projeto “Conscientização e Percepção Ambiental de Bacia Hidrográfica: do Rio Paraíba do Sul ao Ribeirão Passa Quatro, Piquete, SP”, um projeto da Fundação

Christiano Rosa com apoio da Fundação Florestal e Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul com financiamento do Fehidro por meio do Banespa.

1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O processo de incorporação da sustentabilidade à política tem apresentado alguns desafios que requerem criatividade para desenhar formatos e instrumentos de gestão nos campos institucional, legal e operacional. A idéia de trabalhar com uma forma de gestão participativa parece aplicar-se bem a esse contexto, na medida em que dá oportunidade para a comunidade em participar da definição dos objetivos e sobre o uso dos recursos existentes. Esse tipo de gestão implica a descentralização do processo decisório e do controle.

Mas parece óbvio que o desenvolvimento local, integrado e sustentável requer aportes de recursos externos, públicos e privados, financeiros, humanos e de infraestrutura, nas formas de investimento, de financiamento de políticas envolvendo gastos orçamentários estaduais e federais e de doações provenientes da colaboração nacional e internacional. “Sem a injeção de recursos externos não se podem desencadear processos de geração interna de novos recursos” (FRANCO, 1998).

Alinhar pesquisas em pequenas localidades pode ser uma maneira de contribuir para equacionar essa demanda que sobrepõe informações ou sofre com a ausência da mesma e também de práticas existentes na área.

Além do descompasso entre as proposições oficiais e as práticas concretas, também se podem registrar as práticas concretas positivas e o discurso negativista sobre o que tem sido feito.

São consideradas “boas práticas” aquelas que concretizam boas idéias para efetivamente reduzir as desigualdades sociais, promovendo novos comportamentos, novos fatos e novas aquisições para as comunidades e os grupos que as desenvolvem (ALBUQUERQUE, 1997).

Contudo, elas têm pouca fundamentação e, dessa forma, não criam oportunidade para metodologias que facilitem sua multiplicação nem inspiram políticas que as tornem mais generalizadas. Assim, o discurso sobre a desigualdade social tende a dificultar as mudanças em curso, à inovação, permanecendo mais na lamentação e na crítica, muitas vezes por falta de conhecimento sobre o que está efetivamente mudando (FRANCO, 1998).

A pesquisa fundamentada representa hoje um verdadeiro “meio de comunicação” que atravessa o país transmitindo informação, divulgando modelos e

valores. Seu potencial para a difusão de experiências positivas e novas proposições é fundamental.

Dessa forma, torna-se um elemento-chave para a reprodução das práticas e contribui para promover uma nova mentalidade ao trazer à tona a existência de possibilidades reais de mudança ao alcance das comunidades, como parte do pensamento reflexivo, proposto por Dewey (1979), para o alcance da inovação.

O referido autor é um dos filósofos que dão sustentação teórica para o sentido de ensino reflexivo. Em seu livro “Como pensamos”, ele define o ato do pensar reflexivo e diz que:

O pensamento reflexivo faz um ativo, prolongado e cuidadoso exame de toda crença ou espécie hipotética de conhecimento, exame efetuado à luz dos argumentos que apóiam a estas e das conclusões a que as mesmas chegam. Qualquer das três primeiras categorias de pensamentos pode produzir e simular este tipo; mas para firmar uma crença em uma sólida base de argumentos, é necessário um esforço consciente e voluntário. (DEWEY, 1979, p.8).

Tal cenário chama por uma nova postura, interpretada por Dewey como “mentalidade aberta e dinâmica”, conforme expõe Zeichner (1993 p. 18, 19), definindo e integrando a responsabilidade e a sinceridade como atitudes necessárias para a ação reflexiva.

Assim, “mentalidade aberta e dinâmica” ou sua variante a “abertura de espírito”, refere-se ao desejo ativo de se ouvir mais do que uma única opinião, de se atender a possíveis alternativas e de se admitir a possibilidade de erro, mesmo naquilo em que se acredita com mais força.

Trata-se de uma atitude que possibilita o desenvolvimento da capacidade intelectual dos indivíduos, de modo a desenvolver a criticidade pautada pela atitude de mentalidade aberta e dinâmica, bem como para desenvolver a sua capacidade de continuar aprendendo.

Como se pretende dar uma base científica para descrever os problemas que dificultam ou minimizam a participação da comunidade em processos que visem o desenvolvimento local, optou-se por uma comunidade que já tivesse um histórico em processos participativos.

O Bairro dos Marins, no município de Piquete/S.P., foi escolhido devido à vivência na localidade, envolvida em um Projeto maior já descrito, e também se considerou a observação e desencadeamento da história recente dos Marins, do crescimento desordenado do bairro e dos problemas acarretados por este fato.

Nota-se ainda que nos Marins, parte da comunidade já desenvolveu disposição para discussões que envolvem, entre outros aspectos, a permanência das famílias no bairro (principalmente dos mais jovens) através de perspectivas de incremento de

renda e melhoria da qualidade de vida. Essa disposição acredita-se ser fruto da percepção dos moradores com respeito à transformação do seu espaço e modo de vida, bem como do trabalho já realizado por instituições como a Casa da Agricultura, CBH-PS - Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul e Fundação Christiano Rosa – Organização Não Governamental do município de Piquete.

O problema rural brasileiro é, também, um dos mais graves do mundo. Em 1960, aproximadamente 60% da população brasileira viviam na zona rural, atualmente 80% da população vive em regime urbano (IBGE, 2004).

Trata-se de um grande desafio o tema aqui proposto, Desenvolvimento Sustentável para a zona rural e mais especificamente para a região rural do Vale do Paraíba, por se tratar de uma problemática possuidora de um grande número de variáveis e que se mostra tão pouco explorada.

A ausência de conhecimento sobre as potencialidades da região e a pouca informação sobre a realidade faz com que boa parte da opinião pública e até mesmo os seus habitantes acreditem na inviabilidade sócio-econômica e ambiental dessas localidades.

Portanto, o presente trabalho foi estruturado de modo a explicitar alguns conceitos e princípios fundamentais do Desenvolvimento Sustentável, as suas dimensões, dando realce ao contexto local com seus aspectos teóricos e práticos, bem como as técnicas e instrumentos que caracterizam as estratégias de diagnóstico com ênfase na comunidade rural do Vale do Paraíba.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em 6 (seis) capítulos, de forma que a seqüência das informações ofereça um bom entendimento de seu propósito.

No capítulo 1, apresenta-se uma introdução abordando questões como a preocupação do homem com as questões ambientais e sustentabilidade, bem como as pequenas comunidades locais, ainda trata dos objetivos, da delimitação do local onde o estudo foi desenvolvido, da importância do tema e como está organizado.

O capítulo 2 trata da revisão bibliográfica, necessária para fundamentar a pesquisa, acerca de temas como pensamento sistêmico, desenvolvimento sustentável e seus componentes: agenda 21, Rio + 10, os paradigmas da sustentabilidade e as dimensões, desenvolvimento local, capital social e desenvolvimento local, os atores envolvidos no processo participativo, a atividade turística abordando o turismo sustentável e o ecoturismo, a integração de áreas protegidas no desenvolvimento local e da gestão do turismo para o desenvolvimento local.

O capítulo 3 reúne a apresentação do método da pesquisa, se discute a necessidade de trabalhar com métodos qualitativos como estratégia para melhor enfrentar o desafio de se avaliar os processos de indução do desenvolvimento local e como se desenvolveu a coleta e obtiveram-se os dados para análise.

O capítulo 4 trata dos resultados obtidos, delimita-se e caracteriza-se o município de Piquete e o bairro dos Marins e enfoca resultados e a análise das oficinas.

No capítulo 5 trata-se das considerações finais e sugestões para trabalhos futuros e finalmente são realizadas as conclusões no capítulo 6.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PENSAMENTO SISTÊMICO

Para uma nova perspectiva da realidade vivenciada e obtenção de novos conceitos torna-se necessário livrar-se de preconceitos e paradigmas, utilizando-se para isso de percepção e da interface com o ambiente.

Transformar paradigmas mecanicistas em visão de mundo sustentável é reconhecer a ligação dos problemas relacionados à pobreza, a extinção de animais e vegetais, a rápida expansão populacional, a degradação ambiental e dívidas imensuráveis. Este novo conceito concebe o mundo como um todo integrado com fenômenos interdependentes e não simplesmente partes dissociadas.

A sociedade moderna fornece problemas de natureza intrinsecamente complexos (grandes concentrações urbanas, esgotamento de recursos naturais, evolução tecnológica acelerada) e esses problemas afetam o ser humano e qualquer outro ser simplesmente porque não existem variáveis interdependentes e sim produtos de múltiplas causas.

Capra (1996) afirma que essas novas percepções “provocaram uma profunda mudança em nossa visão de mundo, passou-se da visão mecanicista de Descartes e Newton para uma visão holística e ecológica”, e ainda que o velho conceito baseia-se em valores antropocêntricos (centralizados no ser humano), enquanto o novo está baseado em valores ecocêntricos (centralizados na terra), reconhecendo a interdependência e tornando-se parte da vida cotidiana (CAPRA, 1996, p. 13).

O pensamento newtoniano-cartesiano é basicamente reducionista, isto é, todos os fenômenos naturais podem e devem ser separados, classificados e reduzidos em suas menores partes, irreduzíveis. René Descartes, em "O Discurso do Método", evidencia este caminho como o mais sensato, mas não o único possível, para a compreensão do universo físico (CAPRA, 1996, pg.53).

Por holístico entende-se que é aquilo que refere-se ao holismo, uma tendência, que se supõe seja própria do universo, a sintetizar unidades em totalidades organizadas. Em termos filosóficos, significa "a interação do todo com o todo", "como cada parte funcional de um sistema qualquer interfere no todo, e o todo nestas" (CREMA, 1988).

Portanto a chave do pensamento sistêmico é poder deslocar atenção de um lado para o outro de todo o mundo vivo e encontrar sistemas alinhados dentro de outros sistemas (CAPRA, 1996).

Na mudança do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico, a relação entre as partes e o todo foi invertida. A ciência cartesiana afirmava que o comportamento do todo podia ser analisado através de suas partes, a ciência sistêmica revela que as propriedades das partes não são intrínsecas, mas podem ser entendidas dentro de um contexto todo maior, compreende-se que a natureza é vista como uma “teia” interconexa de relações, e que qualquer recurso retirado afetará outros infindáveis.

A abordagem sistêmica hoje é muito comum e corrente, absorve-se rapidamente a idéia devido à necessidade de se ter uma visão compreensiva e abrangente de um conjunto de “coisas” complexas, dando-lhe uma configuração total e também porque sustenta que algumas totalidades representam mais que a soma de suas partes (VALERIANO, 1998).

Desenvolvimento e sustentabilidade são questões que requerem uma visão holística e sistêmica (CAPRA, 1996). Faz-se necessário à percepção do todo, uma mudança linear de causa e efeito, para enxergar os problemas, as causas e suas relações cíclicas. Historicamente os recursos naturais estiveram a serviço do ser humano para atender suas necessidades (ROSSETTI, 1997), que, por sua vez, geraram um aumento de produção para atender as tais necessidades, sem a preocupação com o equilíbrio, com a natureza e os danos causados ao retirá-los e despejá-los de volta sob a forma de lixo. Bastava-se que fossem economicamente viáveis em sua exploração e extração, no curto prazo.

Trata-se de uma tendência à integração nas ciências naturais e sociais que orienta-se rumo a uma maneira mais abrangente de estudar os campos não-físicos do conhecimento científico, especialmente as ciências sociais e ao desenvolver princípios unificadores que atravessam as diversas ciências envolvidas, aproxima-nos do objetivo da unidade da ciência, o que pode conduzir a uma integração na educação científica.

Os pressupostos básicos da Teoria Geral de Sistemas tratam de acordo com Chiavenato (2000) da nítida tendência para a integração nas várias ciências naturais e sociais; integração que parece orientar-se rumo a uma teoria dos sistemas. Essa teoria de sistemas pode ser uma maneira mais abrangente de estudar os campos não-físicos do conhecimento científico, especialmente as ciências sociais ao desenvolver princípios unificadores que atravessam verticalmente os universos particulares das diversas ciências envolvidas, aproximando-se do objetivo da unidade da ciência.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A manifestação de graves problemas socioambientais nas últimas décadas, em escala global, fez desabrochar uma intensa mobilização de diversos países no sentido de rever os caminhos e valores assumidos pela moderna sociedade industrial. Nesse processo, aconteceram inúmeros encontros e foram produzidos diversos documentos, que buscaram contribuir para a construção de uma nova ordem internacional que tenha como perspectiva a qualidade de vida, a proteção e melhoria do meio ambiente, bem como uma sociedade mais justa e eqüitativa.

Podemos localizar a origem do tema sustentabilidade na Alemanha, em princípios do século XIX, decorrente da exploração dos bosques madeireiros. A partir do final do século XIX e início do XX, surgem na Europa os primeiros estudos sobre problemas ambientais entre eles o efeito estufa e as mudanças climáticas (MARTINS, 1995, p.43).

A Lei n. 6938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) define o que se entende por meio ambiente, considerando-o como um "conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (MILARÉ, 2000, p. 54).

O conceito de meio ambiente é abrangente e totalizador. Embora se possa falar em meio ambiente marinho, terrestre, urbano etc., essas facetas são partes de um todo sistematicamente organizado onde as partes, reciprocamente, dependem uma das outras e "onde o todo é sempre comprometido cada vez que uma parte é agredida" (AGUIAR, 1994, p. 36).

A deterioração ambiental e sua relação com o crescimento econômico também ganharam visibilidade por se objeto de estudo e preocupação de Albert Schweitzer, ganhador do Nobel da Paz em 1952 que popularizou internacionalmente a "ética ambiental" e também de Rachel Carson, no livro "Primavera Silenciosa", em 1962, que trata do uso dos produtos químicos sobre os recursos ambientais (DIAS, 1998, p.34).

Alguns países mais recentemente retomaram suas discussões sobre as questões ambientais, tornando-se um fenômeno mundial que surge com muita força a partir de 1968, motivados pelos movimentos sociais e logo após pela crise do petróleo. O ano de 1968 foi um ano marcante para as experiências históricas de diversas sociedades. Há quem fale de uma conspiração planetária, caracterizada pela emergência de movimentos de contestação e revolta, nos campos político e cultural, envolvendo variados atores sociais _ intelectuais, estudantes, sindicalistas, artistas, membros do clero, entre outros (REIS e MORAES, 1998), e em 1967 acontece a

Guerra dos Seis Dias; quando é fechado o Canal de Suez - terceira crise do petróleo no pós-guerra (YERGIN, 1992).

Nos anos 70 surge um informativo elaborado pelo MIT - *Massachusetts Institute of Technology* a pedido do clube de Roma, composto por cientistas e industriais, denominado *Limits of Growth*, (Limites do Crescimento), denunciando que o crescente consumo mundial ocasionaria um limite de crescimento e um possível colapso e traz como conclusões questões de como chegar a ser uma sociedade materialmente suficiente, socialmente eqüitativa e ecologicamente contínua. Propõe a tese do crescimento zero, significando um ataque direto à filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial e indireto as teorias de desenvolvimento industrial que se basearam na citada filosofia (BRÜSEKE, 2001).

Embora as observações fossem rejeitadas pelos estadistas, o informativo, em parte, atendeu seu propósito de avisar os homens de que uma maior prudência nos estilos de desenvolvimento era necessária (DIAS, 1998, p.37).

Em 1972 acontece em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, deixando clara a necessidade de implementar estratégias ambientais adequadas para um desenvolvimento sócio-econômico eqüitativo, nomeado neste momento de ecodesenvolvimento que mais tarde vem a se chamar desenvolvimento sustentável. Os resultados formais obtidos foram a “Declaração sobre o Ambiente” ou “Declaração de Estocolmo” e a criação de um Programa da ONU (Organização das Nações Unidas) para o Meio Ambiente, sediado em Nairóbi. Vale ressaltar que durante a Conferência de Estocolmo os aspectos técnicos que envolvem a contaminação provocada pela industrialização, o crescimento populacional e a urbanização, tiveram mais destaques (MARTINS, 1995).

Cavalcanti (2001), observa que um modelo de desenvolvimento é orientado prioritariamente pela busca incansável pela satisfação das necessidades básicas e pela autonomia das populações envolvidas no processo. A integração da questão do meio ambiente é pensada não só como o reconhecimento de limites adicionais à ação planejadora, visando legar as futuras gerações um planeta habitável, mas também como abertura a pesquisa de um leque mais amplo possível de recursos existentes em cada contexto sócio-ambiental.

Após Estocolmo muitas iniciativas visando às questões ambientais, começam a ganhar espaço em todo o mundo também causado pelos diversos desastres ambientais nos anos 80. Com exemplo, em Bhopal, na Índia, um gás venenoso, *methyl isocyanate*, vazou na fábrica da *Union Carbide*, ferindo mais de duzentas mil pessoas e matando outras duas mil, na Rússia houve a explosão do reator atômico da

Usina de Chernobil e ainda o grande vazamento de petróleo do navio Valdez (BRÜGGER, 1994).

Em 1984, quarenta toneladas de gases letais vazaram da fábrica de agrotóxicos da *Union Carbide Corporation*, em Bhopal, Índia. Foi o maior desastre químico da história. Gases tóxicos como o isocianato de metila e o hidrocianeto escaparam de um tanque durante operações de rotina. No ano de 1986 na Usina Nuclear de *Chernobyl*, durante a realização de testes, o sistema de refrigeração foi desligado com o reator ainda em funcionamento, o equipamento esquentou e explodiu. A radiação espalhou-se, atingindo vários países europeus e até mesmo o Japão e por toda a Europa, houve problemas na lavoura e na pecuária, tornando verduras, legumes e leite impróprios para o consumo. O material despejado pelo *Exxon Valdez* em 1989 contaminou 1.600 quilômetros de costa, causou danos sérios à flora e à fauna local e acabou com a pesca durante muito tempo, provocado pelo derramamento de milhões de litros de óleo cru no Alasca, no pior acidente do gênero já ocorrido no planeta (KRIMSKY e PLOUGH, 1988).

Uma importante proposta surge em 1987, o Relatório Brundtland¹, denominado “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), apresentado a Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1997. Resultado de uma comissão de estudos de quatro anos que cunhou as bases e os conceitos de desenvolvimento sustentável e foi constituído de 21 países. No Brasil o relatório foi traduzido, editado e divulgado, pela Fundação Getúlio Vargas, em 1988.

O relatório parte da visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos da sociedade global. Desenha a interligação entre a economia, tecnologia, sociedade e política, apresenta mediadas a serem realizadas na esfera nacional em busca do desenvolvimento sustentável e define metas a serem tomadas na esfera internacional onde as organizações devem adotar estratégias de sustentabilidade (BRÜSEKE, 2001).

O conceito de desenvolvimento sustentável pode ser definido como: “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, pg 46).

O relatório também apresenta aspectos sobre a degradação ambiental abordando causas e efeitos, propões políticas internacionais quanto aos aspectos

1 Homenagem a Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que presidiu o encontro.

econômicos sociais, políticos e ambientais, com o objetivo de buscar o crescimento econômico compatível com a preservação da natureza.

Identificam-se os interesses dos países subdesenvolvidos, onde o desenvolvimento sustentável aparece diretamente relacionado com os problemas da pobreza, da satisfação das necessidades básicas e de um enfoque específico em relação à alimentação, saúde e moradia (MARTINS, 1995, p.46).

... a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem que se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento” (CMMAD, 1991, p.1).

A comissão concentrou sua atenção em algumas áreas, elaborando diretrizes de políticas, voltadas para: população, segurança, alimentar, extinção de espécies, esgotamento de recursos genéticos, energia, indústria e assentamentos humanos, onde todas as áreas se interligam e não podem ser tratadas isoladamente.

O desgaste do meio ambiente foi com freqüência considerado o resultado da crescente demanda de recursos escassos e da poluição causada pela melhoria do padrão de vida dos relativamente ricos. Mas a própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver os pobres e os famintos muitas vezes destroem o seu próprio meio ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem as terras marginais e acorrem a um número cada vez maior para as cidades já congestionadas. O efeito cumulativo dessas mudanças chega a ponto de fazer da própria pobreza um dos maiores flagelos do mundo. (CMMAD, 1991, p.30).

A Lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981, sancionada pelo presidente João Figueiredo, abre a discussão no Brasil sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação, bem como sua aplicação.

Em janeiro de 1986 o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) aprova a resolução 001/86 que estabelece as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação do EIA-RIMA como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Posteriormente em outubro de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, contendo um capítulo sobre meio ambiente e vários outros afins (DIAS, 1998).

EIA-RIMA é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e foi instituído pela RESOLUÇÃO CONAMA N.º 001/86, de 23/01/1986 regulamentando as atividades utilizadoras de Recursos Ambientais consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição dependerão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para o licenciamento ambiental, que apresenta uma série de procedimentos específicos, inclusive realização de

audiência pública, e envolve diversos segmentos da população interessada ou afetada pelo empreendimento (CUSTÓDIO, 1995).

A Constituição Federal, no art. 225, "caput", dá os parâmetros da proteção jurídica dispondo que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". (BRASIL, 1997).

Uma primeira iniciativa de cooperação global para a redução dos impactos ambientais foi à assinatura do protocolo de Montreal, em 16 de dezembro de 1987 no Canadá. O acordo estabelece a redução do uso e produção de substâncias que prejudicam a camada de ozônio. O protocolo entrou em vigor em 1º de janeiro de 1989 quando 29 países o assinaram, representando uma população responsável por 82% do consumo mundial. (WWF - BRASIL, 2002).

Estas iniciativas geram mais um encontro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92 ou Rio-92, organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Durante vários encontros discutiu-se sobre meio ambiente e suas relações com o desenvolvimento, manifestando-se claramente que pobreza e degradação ambiental estão intimamente relacionadas, e que os padrões de produção e consumo, devem ser modificados, principalmente no que diz respeito aos países industrializados. Resultando em um documento intitulado, Agenda 21 (MARTINS, 1995, p.47).

2.2.1 Agenda 21

Agenda 21 refere-se a um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países, num processo preparatório que durou dois anos e culminou na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a ECO-92 ou Rio-92, é considerado um programa estratégico, universal, que objetiva alcançar o desenvolvimento sustentável no século XXI. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. É um protocolo de intenções que enfatiza a erradicação da miséria no mundo e formula princípios de que os países ricos e poluidores deveriam assumir responsabilidade pela despoluição, auxiliando os países pobres a melhorar a qualidade de vida de forma ambientalmente correta (PEZZOLI, 1997).

Mais do que um documento, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, Estado, município e/ou região, e

planeja o futuro de forma sustentável. Esse processo de planejamento deve envolver todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longos prazos. A análise e o encaminhamento das propostas para o futuro devem ser feitas dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional.

Dessa forma verifica-se que os princípios do desenvolvimento sustentável são bem maiores do que preocupações específicas como o adequado manejo de resíduos ou racionalização no uso de energia ou até o tratamento do lixo. Trata-se do reconhecimento de que problemas como a pobreza, a deterioração ambiental e o crescimento populacional estão indiscutivelmente conectados e que não podem ser resolvidos de forma isolada (DIAS, 1998).

O documento, Agenda 21 é dividido em quatro seções básicas: I – Dimensões sociais e econômicas, II – Conservação e gerenciamento dos recursos para desenvolvimento, III – Fortalecimento do papel dos grupos principais e VI – Meios de implementação. Cada seção é composta por capítulos específicos e possuem programas que são descritos para efetivar a ação com objetivos, atividades e meios de implementação (MMA, 1997).

Em termos das iniciativas, a Agenda não deixa dúvida, os Governos têm a prerrogativa e a responsabilidade de deslanchar e facilitar o processo de implementação em todas as escalas, visando mobilizar todos os segmentos da sociedade, chamando-os de "atores relevantes" e "parceiros do desenvolvimento sustentável". (MMA, 1997).

Essa concepção da validação do conceito sugere assumir que os princípios e as diretrizes que devem orientar a implementação da Agenda 21 não constituem um rol completo e acabado: torná-la palpável é antes de tudo um processo participativo social no qual os atores vão pactuando novos consensos e montando uma Agenda concreta e viável em direção a um futuro que se deseja e que seja sustentável.

Pode-se constatar que depois de 10 anos da elaboração da Agenda 21 pouco tem sido feito para que as nações tenham efetivamente um desenvolvimento sustentável, principalmente por barreiras impostas pelos sistemas econômicos vigentes, concentração de riqueza nos países desenvolvidos e aumento da pobreza nos países pobres. Para o alcance efetivo da sustentabilidade das nações exige-se profundas mudanças estruturais, culturais, além de uma mudança nos paradigmas que regem os modelos econômicos e sociais. Na literatura encontram-se como principais explicações para este fato, a falta de visão a longo prazo e a mudança do individualismo para o coletivo.

Dez anos após a realização cúpula anterior, a Eco 92, no Rio de Janeiro, pouca coisa mudou. Embora alguns países tenham demonstrado avanços consideráveis na questão ambiental, em especial ao que se refere à legislação e participação da sociedade, as nações mais ricas do mundo ainda relutam em tomar ações afirmativas. "No ponto de vista global, o que se viu foi um fracasso. As políticas globais dependem muito dos avanços nacionais. E as Nações Unidas estão muito debilitadas" (CAMARGO, 2002).

2.2.2 “Rio + 10”

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) foi realizada entre os dias 26 de agosto a 4 de setembro de 2002 em Joanesburgo, África do Sul. O evento tratou-se de uma reunião entre vários países visando encontrar soluções para a degradação do meio ambiente e também avaliar e dar continuidade ao que foi proposto no último encontro, a Rio-92. O encontro, conhecido como “Rio+10”, porque aconteceu uma década depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) no Rio de Janeiro.

O foco principal da Rio+10 foi à relação entre a sociedade e o meio ambiente, participaram da Cúpula Mundial 190 países reunindo milhares de participantes, incluindo chefes de Estado e de Governo, outras autoridades oficiais, empresários e representantes da sociedade civil e organizações não governamentais, para a assinatura de compromissos na implantação do desenvolvimento sustentável.

As decisões tomadas visam reforçar compromissos de todas as partes para que os objetivos da Agenda 21 sejam alcançados. A meta da agenda trata de abrir discussões sobre descobertas no setor ambiental (floresta, oceano, clima, energia, água potável) e nas áreas de Economia, novas tecnologias e globalização.

A agenda 21, como já detalhada, refere-se a um projeto com o objetivo maior de encontrar uma forma de desenvolvimento, entre proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Ou seja, ter crescimento econômico e desenvolvimento sustentável sem danos à natureza. O desenvolvimento sustentável busca satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras, e também utilizar recursos naturais sem causar prejuízo às produções, usando a natureza sem degradá-la (DIAS, 1998).

Organizada em 40 itens, a agenda 21 foi assinada por 179 países durante a Rio-92. Todos se comprometeram a cuidar do meio ambiente em favor da humanidade tanto do século XXI, como das gerações futuras. Os temas do projeto vão desde de energia nuclear até questões éticas.

Dez anos após o último encontro pouca coisa foi feita, mesmo depois de os governantes terem concordado e assinado esses papéis, apenas 40 nações cumpriram com a promessa. Hoje os desastres são ainda maiores. Animais estão cada vez mais ameaçados de extinção, florestas, ar e água estão mais escassas. As emissões de carbono, responsáveis pela mudança climática e pelo aquecimento global cresceram 10% (GOMES e FURTADO, 2002).

A ONU divulgou relatório com dados de degradação ao meio ambiente que apontam que 2,4% das florestas foram destruídas nos anos 90. O desmatamento de florestas tem crescido de maneira acelerada, principalmente nas florestas tropicais da África e América do Sul. Os principais fatores que contribuem para o desmatamento e degradação das áreas florestais são a conversão de florestas em fazendas, retirada de madeira, queimadas e retirada de lenha e outros produtos da floresta para uso doméstico. O consumo global de combustíveis fósseis cresceu 10%. Apenas Alemanha, Inglaterra e Luxemburgo mantiveram estáveis as emissões de gás carbônico (WWF-BRASIL, 1997).

Entre os assuntos abordados (HUQ, 2002) os principais referem-se a: água potável energia, impactos sobre o meio ambiente, saúde e pobreza, desertificação, a emissão de gases poluentes, o consumo, entre outros.

Durante o evento, o *Greenpeace* entregou ao Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, a nova versão do Relatório de Crimes Ambientais Corporativos, com destaque para o caso de contaminação da Shell, na cidade de Paulínia, em São Paulo, Brasil. O relatório "Crimes Corporativos" inclui 48 casos de crimes ambientais cometidos por setores industriais, incluindo empresas químicas, petrolíferas, florestais, nucleares, de mineração e de engenharia genética de diferentes partes do mundo. Os casos mostram como algumas corporações multinacionais "maquiam" danos ambientais e a escapam das responsabilidades civis e criminais (PAULO, 2002).

Segundo Berna (2002), editor do Jornal do Meio Ambiente e presidente do IBVA (Instituto Brasileiro de Voluntários Ambientais) o homem vem colhendo o que ele mesmo causou à natureza. Ele afirma que todos precisam se comprometer e diminuir o nível de emissão de gás poluente e não diminuir o problema como fizeram os Estados Unidos no último encontro ao se recusarem a assinar o Protocolo de Kyoto e o tratado da biodiversidade (que estabelece compromisso de não promover a pirataria genética).

Durante a Rio+10, discutiu-se várias propostas para a problemática energética, metas para o aumento do uso de fontes renováveis de energia (hidroeletricidade, álcool, solar, eólica), o problema da escassez da água somado ao do petróleo como causa de futuras guerras, ressaltou-se buscar soluções para conseguir uma partilha

sustentável de água no mundo. Enquanto os países em desenvolvimento passam sede, além de enfrentar problemas de saúde gerados pela falta de tratamento de esgotos, o primeiro mundo gasta a cada ano cerca de 30 bilhões de dólares em água mineral engarrafada (PAULO, 2002).

Os acordos feitos são relativos à pesca, água, saneamento e alguns aspectos de saúde. Também se acertou que os países se comprometeriam em adotar políticas para diminuir os impactos de produtos e serviços sobre o meio ambiente e a saúde, como as análises de ciclo de vida (monitoramento desde a extração da matéria prima até o produto final e destinação dos resíduos).

Outra meta a ser cumprida é a redução da perda da biodiversidade para 2010, com a ajuda de recursos financeiros e técnicos adicionais. As mudanças nos padrões insustentáveis de consumo devem ser o foco, nos próximos 10 anos, de programas de conservação ao meio ambiente (HUQ, 2002).

O resultado final da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Rio + 10), não agradou os países em desenvolvimento, muito menos os representantes de organizações não governamentais. O documento aprovado, com cerca de 70 páginas, não contém nem os instrumentos necessários para agir contra a pobreza, nem para proteger o planeta da autodestruição. Esperavam-se resultados mais práticos e concretos. O Plano de Implementação tornou-se praticamente uma declaração de princípios e intenções.

2.2.3 Paradigmas para a Sustentabilidade

Capra (1996, p.26, 27) relata que para que haja uma mudança de paradigmas torna-se necessário não só uma mudança de nossas percepções e pensamentos, mas também de nossos valores, e que requer questionamentos nos aspectos do velho paradigma, pois não se torna necessário desfazer-se de tudo, mas deve-se questionar tudo, a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida moderno, científico e industrial voltado para o crescimento e para o materialismo.

De acordo com Sachs (2002) fala-se muito em eficiência do sistema econômico, porém, o atual sistema é ineficiente no que diz respeito ao desperdício de recursos importantes, principalmente o recurso humano, e enfatiza que talvez este seja o desperdício mais grave por considerar totalmente irrecuperável porque “as vidas humanas não se estocam, elas fluem”.

As discussões da incorporação da variável ambiental como centro da gestão de governos e organizações tem dirigido a busca de novos referenciais teóricos, que

buscam compreender e analisar o comportamento frente às mudanças apresentadas. As ligações estreitas entre pensamentos e valores podem ser vistas como mudanças da auto-afirmação para a integração, comparadas na Figura 1. De acordo com Capra (1996), ambos são aspectos essenciais de todos os sistemas vivos e o desequilíbrio ocorre quando se dá ênfase excessiva a uma das tendências em detrimento da outra.

Pensamentos		Valores	
Auto-afirmativo	Integrativo	Auto-afirmativo	Integrativo
Racional	Intuitivo	Expansão	Conservação
Análise	Síntese	Competição	Cooperação
Reducionista	Holístico	Quantidade	Qualidade
Linear	Não-linear	Dominação	Parceria

Figura 1: Mudança de pensamentos e valores de auto-afirmação para integração.

Fonte: Capra, 1996, p.27.

Perceber que a preservação da natureza, ou do seu equilíbrio, é indispensável à preservação da vida humana e do bem estar das sociedades faz parte da quebra de paradigmas, percebe-se que com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), tem-se inspirado inúmeras pesquisas e iniciativas voltadas para aos problemas ambientais, tanto em países industrializados como em países em desenvolvimento. A observância dessa simples regra e a percepção da necessidade de normas que visem à proteção e a consciência ambiental mediante ao desenvolvimento de tecnologias limpas, isto é, que se preocupem com a poluição, e que permitam compatibilizar as necessidades crescentes das populações humanas, assegura assim o início do processo do desenvolvimento sustentável.

Para Sachs (2002) o paradigma do crescimento responsável está na harmonização dos aspectos econômicos, ambientais e sociais, com a criação de empregos no País, demanda atenção especial à produtividade dos recursos e não somente a produtividade do trabalho. A economia brasileira caracteriza-se por elevado nível de desperdício que constitui uma reserva de desenvolvimento para o Brasil e fonte de bons negócios para as empresas que resolvem enfrentar o problema.

A mudança de paradigma mecanicista para o ecológico não é algo que acontecerá no futuro. Para Capra (1982) está acontecendo neste preciso momento nas ciências, em atitudes, valores individuais e coletivos e em nossos modelos de organização social. “O novo paradigma é bem mais entendido por indivíduos e pequenas comunidades do que por grandes instituições sociais e acadêmicas que tendem freqüentemente a manter-se presas ao pensamento cartesiano”. (CAPRA, 1982, pg.399).

2.2.4 Dimensões para a Sustentabilidade

Ao se pensar a sustentabilidade sob a ótica da comunidade nesta pesquisa o conceito não é afrontado como sinônimo de crescimento econômico nem como decorrência natural deste, apesar de se analisar esta dimensão. Desenvolvimento nesta pesquisa é considerado como mudança social (alterações no capital social) e mudança política (alterações nos padrões de organização das comunidades). Trata-se de um conceito amplo e não se limita às atividades produtivas de bens originados da terra. Torna-se importante considerar o espaço rural, onde ocorrem variadas atividades de apoio ao processo produtivo e o desenvolvimento sócio-econômico ambiental.

O processo aqui proposto tem como uma de suas principais finalidades a contribuição com a mobilização social das comunidades para que haja inclusão social para que se transforme assim em atores e adote-se seu papel de agentes transformadores do desenvolvimento.

De acordo com Cavalcanti (2001, p.161) “a sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”. Evidencia-se, assim, que o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança.

Busca-se a sustentabilidade nos projetos comunitários criando-se bases sólidas e duradouras, onde a construção do global é feita a partir de pequenas iniciativas locais. O ideal do desenvolvimento sustentável tem, portanto como princípio assegurar que as condições da vida presente, em suas dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais, não comprometam as necessidades das futuras gerações.

Sachs propõe assim (1990, p.235-236) dimensões para a sustentabilidade: social, cultural, ambiental e econômica.

A **sustentabilidade social** está vinculada ao padrão estável de crescimento, melhor distribuição de renda com redução das diferenças sociais. Pressupõe assegurar às pessoas a condição de conhecimento pleno da cidadania com garantia de acesso aos bens e serviços essenciais. E tornam-se efetivas quando são readquiridas as estruturas sociais como associações, cooperativas, representações municipais, estaduais e organizações não governamentais cuja ação repercute diretamente em proveito, principalmente, dos problemas locais.

Neste trabalho considera-se o trabalho social como uma categoria indispensável para que o desenvolvimento sustentável se estabeleça e contenha

solidez, pois a participação possibilita e certifica a continuidade de ações independentes do projeto que esteja sendo implantado.

Comunidade versa associação de grupos que vivem juntos em um local específico e buscam interesses coletivos que proporcionem o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de todos. Para Souza (2000) a comunidade é o “Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns”.

Portanto nas atividades desenvolvidas deve-se garantir a participação de todos os comunitários na formulação, na prática e na supervisão dos projetos de desenvolvimento sustentável, levando-se ainda em consideração a diversidade e a complexidade dos interesses e opiniões dos comunitários.

Já a **sustentabilidade econômica** está vinculada ao fluxo constante de inversões públicas e privadas além da destinação e administração corretas dos recursos. Não se depende apenas da percentagem de suas exportações, mas, sobretudo, do grau de articulação e de efeito na produção interna de seus sistemas.

Pressupõe ainda a constituição de uma infra-estrutura básica e está atrelado ao acesso democrático da distribuição de riqueza e a propriedade produtiva.

Na pesquisa aqui desenvolvida busca-se discutir a necessidade de projetos para as comunidades que não se balizem apenas em atividades agropecuárias, mas contemple também a integração e envolvimento local de outros setores como a agricultura, a criação de peixes, a indústria artesanal, o comércio entre outras atividades que dêem sustentação ao dinamismo econômico local.

A dimensão **sustentabilidade ambiental** está vinculada ao uso efetivo dos recursos naturais existentes nos ecossistemas com mínima deterioração ambiental. Os recursos do meio ambiente devem ser usados de maneira responsável, a fim de que a produtividade da terra possa crescer e se preservar ao longo do tempo. As diversas formas de uso dos recursos, portanto devem obedecer a um princípio de que a sua utilização não pode exceder a capacidade de renovação dos mesmos.

No caso específico dos Marins a intervenção nas áreas de preservação ambientais só torna-se permitida quando comprovada a necessidade de execução de obras e atividades de utilidade pública ou interesse social (ex: construção de pontes, portos, estradas e etc.), porém exige-se Licença Ambiental e Estudo dos Impactos Ambientais.

Por intermédio de Projetos de educação e de conhecimento, torna-se também possível difundir nas comunidades uma consciência mais elucidativa sensibilizando as comunidades e incentivando-as a uma mudança entre atores e a natureza.

A sustentabilidade cultural que busca a realização de mudanças em harmonia com a continuidade cultural vigente (SACHS, 1990, p.235-236). As manifestações artísticas e culturais podem ser consideradas uma alternativa para desenvolver o processo nas comunidades em geral com relação às problemáticas sociais, econômicas e ambientais, além de ter a capacidade de atrair multidões contribuindo para a conscientização da opinião pública sobre os problemas da localidade.

Outros autores apresentam diferentes formas de análise da sustentabilidade, em função das características pesquisadas, pois o tema será entendido, dependendo de cada estudo determinado.

Assim a sustentabilidade na comunidade pesquisada está vinculada ao entendimento do conceito e na capacidade de conservarem ou aumentarem sua qualidade de vida mantendo e garantindo recursos para as próximas gerações.

2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Vivencia-se um período histórico em que o conceito de desenvolvimento está intimamente atrelado ao fenômeno do crescimento econômico. Sen (2002) argumenta que o crescimento econômico é necessário, mas com frequência esse crescimento aumenta o número de ricos e o de pobres, mantendo e alargando a desigualdade, não produzindo dessa forma desenvolvimento humano e social. Significa que não basta apenas existir o crescimento do PIB, ou renda per capita da população, para que vários outros fatores se desenvolvam em decorrência.

Franco (1995) argumenta que uma localidade se desenvolve quando faz dinâmicas suas potencialidades. O desafio maior torna-se transformar estratégias voltadas exclusivamente para o crescimento econômico em estratégias orientadas para o bem estar humano.

Para Rattner (1999) torna-se necessário encontrar alternativas do sistema de desenvolvimento vigente, que encontra-se insustentável do ponto de vista ético e humano. “Cabe a sociedade o sistema maior – o controle do subsistema – a economia – e não vice-versa” (RATTNER, 1999, p.24).

Na formulação de políticas e programas destinados a superar pobreza de uma localidade é possível distinguir os enfoques de orientação redistributiva ou assistencial, que dependem da transferência de recursos externos e que requerem

que estes fundos sejam utilizados mediante uma gestão eficiente e uma adequada destinação aos atores sociais mais necessitados.

Contudo, também é possível formular outros tipos de políticas, cujo objetivo essencial seja identificar e impulsionar novos projetos produtivos e atividades geradoras de emprego na localidade, a fim de criar fontes endógenas de crescimento econômico e complementar assim as ações de tipo redistributivas antes citadas com iniciativas locais de desenvolvimento.

Apesar da aceitação crescente da idéia de que o alívio da pobreza e a proteção do meio ambiente são, ambos, fundamentais para o crescimento econômico a longo prazo, economistas especializados em desenvolvimento acreditam muitas vezes que a relação entre pobreza e meio ambiente é parecida com a que existe entre inflação e desemprego, da forma postulada pela Curva de Phillips² (LEONARD, 1992).

Deve-se destacar que para promover o desenvolvimento de um território determinado (seja uma região, município, bairro ou comunidades), é necessário pesquisar sobre o grau de aproveitamento de seus recursos e potencialidades endógenas.

O investimento externo pode ser insuficiente, ou guiar-se por critérios de funcionamento errôneos, e assim não gerar suficientes encadeamentos de renda no território em questão. Para tanto, é necessário integrá-lo numa estratégia capaz de endogeneizar seu impacto multiplicador, a fim de criar novos projetos produtivos e novos empregos em desenvolvimento local.

Desenvolvimento local é a articulação de vários atores sociais, culturais, políticos, econômicos, públicos ou privados, existentes em uma macro ou micro-região, que juntos trabalham na construção de um planejamento estratégico que oriente suas ações a longo prazo. Portanto não se trata apenas de políticas públicas, mas de uma nova cultura de ações voltadas para a construção de um objetivo em comum (MAGALHÃES e BITTENCOURT, 1997).

A elaboração de um novo projeto de desenvolvimento depende, portanto, da capacidade de organização dos agentes em gerenciar os recursos locais, bem como de enfrentar os fatores externos à governabilidade local. Não é por meio de atores ou políticas externas, o que, aliás, seria um processo de cima para baixo, portanto não democrático (MAGALHÃES e BITTENCOURT, 1997). Esta organização interfere positivamente na capacidade de ação da localidade, além de democratizar as decisões e dividir responsabilidades.

² Curva que mostra a existência de uma relação inversa entre níveis de emprego e taxas de inflação. (PASSOS e NOGAMI, 2003).

Estudos e pesquisas nos países desenvolvidos mostram que nestas duas últimas décadas ocorreram numerosas experiências de desenvolvimento local surgidas de forma espontânea e dispersa (VÁSQUEZ BARQUERO, 1988), apesar de necessitar de apoio ou estímulo por parte das instâncias centrais de governo.

A proximidade dos problemas, das necessidades e recursos existentes bem como dos atores sociais locais permite, formular políticas mais viáveis baseadas. Igualmente, se abre a possibilidade de promover a integração de instituições de fomento produtivo e gerar um clima de confiança e cooperação entre entidades públicas e o setor privado empresarial e de estimular assim uma cultura local de desenvolvimento. Deste modo, a identidade própria de cada território se converte em sustentação de seu desenvolvimento produtivo.

O desenvolvimento, portanto, é o resultado do compromisso de uma parte significativa dos agentes locais e de mudanças básicas em suas atitudes e comportamentos, o que permite substituir a concepção tradicional de “espaço” (individualista) pela de um contexto social de cooperação ativa (grupo).

Del Castilho (1994) complementa que o desenvolvimento econômico local pode ser definido como aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma zona determinada, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida em uma comunidade local.

Diante do exposto, os autores refletem que os planos governamentais de desenvolvimento devem ceder espaço a programas de desenvolvimento local nos quais envolvem uma participação efetiva da comunidade. Franco (2000, p.124) argumenta que se deve “aumentar os graus de acesso das pessoas, não apenas a renda, mas também da riqueza ao conhecimento e ao poder ou da capacidade e a possibilidade de influir nas decisões públicas”.

Rattner (1999), complementa que é preciso enfatizar programas de desenvolvimento que implementem tecnologias sociais, de organizações comunitárias e não-governamentais alternativas e novas formas de auto-gestão e ação coletiva.

O Estado tem papel fundamental na proteção da capacidade humana, é um papel de sustentação, mas os meios de desenvolvimento exigem uma perspectiva de liberdade e não-passividade dos atores envolvidos. Sen (2000, p.336) afirma que

...a liberdade não pode produzir uma visão de desenvolvimento que se traduza prontamente em alguma fórmula simples de acumulação de capital, abertura de mercados, planejamento econômico eficientes (embora cada uma dessas características específicas se insira num quadro mais amplo). O princípio organizador que monta todas as peças em um todo integrado é a abrangente preocupação com o processo do aumento das liberdades individuais e o comprometimento social de ajudar para que isso se concretize .

É importante concluir que o conceito de “local” não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução. Pelo contrário, considera a maioria dos setores que trabalha com a questão que o “local” não é um espaço micro, podendo ser tomado como um Município ou, inclusive, como uma região compreendendo vários Municípios. Esta escala diferenciada não permite uma definição precisa, mas deve-se levar em consideração os atores sociais que planejam e as alianças e parcerias necessárias ao desenvolvimento local.

Na medida que a governabilidade de um ator sobre determinado problema está definida como a capacidade de atuar sobre ele e modificá-lo, deve-se definir as escalas territoriais para diferenciar atores, estratégias e a relação com a área determinada (COELHO e FONTES, 1998; GUTIÉRREZ, 1999).

2.3.1 Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS

A adoção de ações voltadas para a difusão de práticas de promoção do desenvolvimento local em bases sustentáveis surge como uma estratégia recomendada para as ações de Estado consideradas “modernas”, especialmente no que se refere à busca de superação da pobreza de algumas localidades ou grupos sociais.

Diversos programas, órgãos governamentais e organizações não governamentais se encontram diante do desafio de repensar suas matrizes lógicas, incorporando à sua forma de abordar os problemas sociais e de tratar as políticas públicas à perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento, da atenção ao “local” e da integração das ações implementadas.

Esta intervenção do Estado, voltada para induzir³ dinâmicas de desenvolvimento sustentável, tem exigido a estruturação e implementação de vários projetos e ações de capacitação das comunidades para este fim que, assim como as demais iniciativas governamentais, merecem ser acompanhados e avaliados.

Diferentemente de um processo espontâneo, constituído a partir das demandas e dos movimentos da sociedade, a difusão do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) no Brasil, em grande parte, foi resposta às dificuldades

3 No artigo “Desenvolvimento Local Induzido e Democracia Participativa”, publicado nos anais do Seminário Federalismo, 2000, apresenta-se uma discussão mais aprofundada sobre esta hipótese de indução do DLS e de utilizar como recurso, pelo Governo Federal, para fortalecer processos de descentralização da gestão das políticas que não tem se mostrado muito eficientes.

encontradas pelo Estado brasileiro para dar suporte a um conjunto de ações governamentais que dependiam de uma relação mais transparente e participativa entre Estado e Sociedade (FERNANDÉZ-BALLESTEROS, 1995).

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável pode ser definido como uma nova metodologia que visa promover o desenvolvimento, possibilitar o surgimento de comunidades mais sustentáveis e assim ser capaz de suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas e também fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais (FRANCO, 1998). Em pequenas comunidades, em especial as mais carentes, as dificuldades tendem a serem diminuídas pela própria falta de intervenções adicionais significativas. Assim, parece possível associar o surgimento de uma nova dinâmica de desenvolvimento ao processo de indução promovido.

Refere-se, portanto, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, a uma nova dinâmica sócio-econômica capaz de potencializar resultados decorrentes das articulações institucionais (Estado e da Sociedade) e da convergência e integração das políticas e dos programas existentes. Neste contexto o conceito de “local” pode ser entendido como “alvo” sócio-territorial das ações a serem diagnosticadas, planejadas e executadas (TEIXEIRA, 1999).

Todavia, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável vem sendo tratado de uma forma bem mais ampla, não apenas como medida voltada precisamente para a criação de ocupações e geração de renda, mas como uma nova maneira de olhar o desenvolvimento, que aponta para novos “modelos” ou para novas configurações sócio-econômicas mais sustentáveis. A conformação de um modelo específico⁴ vai importar a necessidade de aprofundar as discussões em torno dos fundamentos do desenvolvimento local sustentável, do papel dos atores neste processo e dos objetivos mediatos do processo de promoção do DLIS.

O argumento básico a favor do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é muito simples: é na esfera local que os problemas são melhor identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar a solução mais adequada. O atendimento das necessidades da sociedade, o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes é extremamente facilitado pela maior proximidade das comunidades. Adicionalmente, garante-se maior continuidade das ações em função do controle social exercido pela sociedade.

4 Quais sejam: a promoção do empreendedorismo, a organização da sociedade civil e a ampliação da sua participação na condução da vida local; e a melhoria da gestão das políticas públicas no nível local.

Parece haver consenso em torno da idéia de que para haver Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, regiões e localidades devem desenvolver uma capacidade endógena de exercer a sua interdependência, através da construção de interorganizações e da geração de outras condições que possibilitem o surgimento de comunidades econômicas de base 5. O termo “comunidade” não é empregado aqui apenas como sinônimo de coletividade ou sociedade. Fala-se em comunidade porquanto, seja qual for o ponto de vista adotado, objetivamente o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável “produz” comunidade ou cria um contexto onde se manifesta um contexto de comunidade.

A participação da comunidade torna-se essencial ao bom desenvolvimento de quaisquer ações que visem benefícios locais. Burkey (Minas Gerais, 2002), refere-se como a busca de envolvimento comunitário como: “Vá as pessoas, viva com elas, ame-as, aprenda com elas, comece com o que elas tem, construa a partir do que elas sabem fazer e, no final, quando o trabalho estiver feito, as pessoas se alegrarão: Nós mesmos o fizemos”.

Parece ser consenso também que o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável abrange o desenvolvimento econômico, social, cultural, político e institucional, a organização físico-territorial e a gestão ambiental, tornando-se uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis. Qualidade de vida, de acordo com Sen (2002) é a resultante de um conjunto de fatores que envolvem, entre outros itens, a economia (trabalho, renda etc.), a educação, a saúde e a segurança alimentar e nutricional, a mobilidade, o meio ambiente natural, o ambiente social, a segurança pública, o governo e a política em geral, a cultura, o lazer e o ócio.

Dentre os itens acima destacam-se questões de ocupação e renda. O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável volta-se para a conquista da sustentabilidade (econômica, social, ambiental etc.) tornando-se uma via possível para potencializar iniciativas de aumento de ocupação e de melhoria da renda.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável exige também um novo sistema de gestão de políticas públicas que exercite o novo paradigma da relação entre Estado e Sociedade (articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação) e a integração das políticas públicas, entre elas a política

5 Esta discussão foi proposta na exposição feita pelo autor na 1ª Conferência sobre Federalismo Cooperativo, realizada em Brasília em maio de 2000 e gerou o artigo Desenvolvimento Local Induzido e Democracia Participativa publicado nos anais da referida conferência.

macro-econômica, políticas setoriais e políticas sociais, incluindo a articulação entre as diversas instâncias dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Isso quer dizer que as políticas públicas devem ser concebidas e implementadas de baixo para cima, orientadas pelos grandes objetivos e estratégias nacionais e que estejam a serviço do desenvolvimento local.

Para Arretche (2000) a existência de uma estratégia de indução eficientemente desenhada e implementada é elemento central desta estrutura de incentivos para uma localidade, na medida em que associada aos requisitos ou exigências de cada política, pelas regras constitucionais que normatizam a sua oferta e pelo legado das políticas prévias, constituem elementos importantes da decisão local pela assunção de competências de gestão de políticas públicas.

Assim, os gestores de programas de DLIS deveriam colocar para si a necessidade de assumir um papel relevante, como incentivadores territoriais para o desenvolvimento de iniciativas locais, de fomento produtivo e geração de emprego, a fim de incorporar uma visão mais ampla e mais consistente, transcendendo, desse modo, as propostas meramente assistenciais para a superação da pobreza em localidades.

Concluindo o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. Assim, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável está sendo considerado como uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis.

2.4 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Apesar dos esforços louváveis de Instituições para financiar e apoiar projetos de desenvolvimento locais, os resultados têm sido decepcionantes. O sistema de produção capitalista cuja dinâmica de acumulação, produtividade e lucros tende a destruir o tecido das relações sociais⁶. A velocidade e força com que propaga-se o agrupamento (concentração) de riqueza sem considerar os efeitos sociais negativos, não podem ser compensados por projetos ufanistas ou caridosos.

⁶ Estudos organizados no documento "La cultura como contexto del desarrollo In: El desarrollo económico y social en los umbrales del siglo XXI", 1998.

A proposta alternativa de desenvolvimento parte de uma visão sistêmica, considerando a abundância de fatores intervenientes e suas relações mútuas, recusando a visão mecânica simplista e postulando que “o todo é diferente da soma das partes”⁷.

Os pesquisadores que se dedicaram a estudar a problemática dos fracassos do desenvolvimento e suas causas têm apontado alternadamente para variáveis geográficas, políticas, entre outras para explicar os respectivos sucessos de alguns países e regiões, particularmente do hemisfério setentrional, e os fracassos do desenvolvimento no sul, nas antigas áreas e territórios colonizados ⁸.

Vários aspectos não materiais que colaboram para o desenvolvimento tem sido foco de diferentes vertentes da Teoria Econômica. A incorporação do capital social ao vocabulário das ciências sociais e das políticas públicas aparece em menos de dez anos e sobre o tema há diferentes e conflitantes pensamentos. Na análise local e regional, pesquisadores enfatizam os valores comunitários e a participativos como essenciais para a constituição de sistemas regionais de inovação (COOKE e MORGAN, 1998). Baseia-se nessa percepção e busca-se efetivá-la, quando diversos mecanismos de participação da sociedade, quer diretamente, quer através de algum representante são alcançados.

A concepção de capital social recebeu grande destaque a partir do debate sobre desenvolvimento local desencadeado pela publicação do livro *Making Democracy Work*, de Robert Putnam, em 1993 ⁹ e em todos os estudos e pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, o conceito de Capital Social tem ocupado espaço crescente, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento (ABROMOVAY, 1998).

Bandeira (1999) identifica cinco vertentes derivadas do meio acadêmico ou de organismos internacionais que se manifestam em favor da participação popular para as ações locais e regionais. Trata-se dos conselhos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, conselhos municipais e regionais de desenvolvimento sustentável do Ceará; as audiências públicas e regionais de Minas Gerais, os fóruns de desenvolvimento integrado de Santa Catarina e as assembléias orçamentárias microrregionais do Espírito Santo. Todas consideram que uma sociedade civil ativa e

7 Referência a Visão Sistêmica, presente no início (2.1) da revisão da literatura.

8 *The Economist*. *Roots of Development*, October, 5, 2002, p. 74.

9 A versão em português foi publicada sob o título: *Comunidade e democracia* (PUTNAM, 2000).

organizada potencializa as intervenções públicas em favor do desenvolvimento. É a principal variável que deve ser fomentada para que se alcance o desenvolvimento local e/ou regional.

Embora a idéia de que capital social esteja presente a algum tempo no campo da sociologia, só recentemente estudos sobre capital social são abundantes quanto à bibliografia. A incorporação do “capital social” ao vocabulário das ciências sociais e das políticas públicas tem menos de dez anos e não é espantoso que, sobre ele, haja diferentes – e conflitantes – pontos de vista (ABRAMOVAY, 1998).

Motivados por diferentes objetivos e vertentes de pesquisas, cada autor define o conceito de uma forma distinta. Define-se capital social como:

Características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. (PUTNAM, 1996, p. 177).

De acordo com essa definição, o capital social é definido pela sua função e está presente sempre que houver uma característica da organização social que, potencializa o trabalho humano, coordenando as atividades dos agentes com resultados produtivos.

Pode-se complementar o conceito ainda com a constatação de Putnam (1996, p.166) como uma construção teoricamente rica na medida em que: “as possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico de uma região neste século dependeram menos do seu potencial sócio-econômico inicial do que de seu potencial cívico”. O autor enfatiza ainda que uma maior participação, organização e cooperação entre atores sociais, num determinado local, fortalecem e desenvolvem a rede social, efetuando-se trajetórias sócio-econômicas únicas e diferenciadas.

Coleman (1990) cogita com o conceito no plano individual, assinalando a capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada em expectativas de reciprocidade e comportamento confiáveis que tendem a aperfeiçoar a eficiência individual. No plano coletivo, o capital social refere-se em manter coesão social, decorrente da obediência às códigos e leis; a prevalência da cooperação sobre a competição e a negociação em situações de conflito que resulta em um modo de vida fundamentado na associação instintiva, no comportamento patriótico em uma sociedade popular, democrática e aberta.

A referência ao Capital Social do local condiz com uma trama complexa e organizada de relações sociais que devem ser consideradas em qualquer processo de desenvolvimento. Aponta-se, ainda, para a necessidade de oferecer as populações de direitos e conhecimentos, que as levem a ser protagonistas reais na construção dos territórios e as auxiliem na superação de adversidades pela capacidade de

articulação, participação e organização dos atores sociais locais (ABRAMOVAY, 1998).

O capital social possui características mais perceptíveis quando este é comparado com o capital físico (OSTROM, 1997, p. 153). As máquinas sofrem depreciação e, ao contrário, a degeneração do capital social vem da sua falta de uso. A utilização freqüente de uma norma ou de um vínculo de confiança entre indivíduos contribui para o seu fortalecimento e a sua propagação. Outra característica do capital social está na sua intangibilidade e fluidez.

Hirschman (1984), complementa que, o capital social não se desgasta com o uso e não se esgota, mas pode ser destruído ou reduzido, aumentando a vulnerabilidade dos mais pobres e mais fracos, dos desempregados e desabrigados sujeitos às manifestações das diferentes formas de violência, agressões e delinqüência, transformando o ambiente numa situação em que o homem se torna o lobo dos outros¹⁰.

Portanto pode-se ganhar destaque nesse contexto as iniciativas locais que dotam um território das capacidades humanas para torná-lo um ambiente inovador, aberto à aprendizagem continuada, enfatizando a “afirmação de que o desenvolvimento depende essencialmente do papel catalizador que desempenha um projeto elaborado por atores locais” (VEIGA, 1999).

A idéia é reforçar o papel que uma compacta malha de relações da sociedade civil, sejam elas participativas, cooperativas ou solidárias recreativas criem e sustentem condições necessárias para o desenvolvimento. Como exemplo, a necessidade de dotar as populações das áreas rurais de ferramentas que as levem realmente a ser protagonistas na construção dos territórios e assim superar adversidades pela capacidade de articulação, participação e organização dos atores sociais locais. (ABRAMOVAY, 1999).

Torna-se meta fundamental, para que se amadureçam as conquistas sociais e intensifique-se um processo de desenvolvimento mais sustentável e incluyente, buscar fortalecer o Capital Social existente, propagando a concretização de melhorias nas

10 Para descrever o que considerava ser o estado natural da humanidade, o filósofo político Thomas Hobbes empregou o velho adágio latino "homo homini lupus" (o homem é o lobo do homem). Afirma que o homem não é, propriamente, um ser social; pelo contrário, sua natureza agressiva o leva a bater-se contra seus semelhantes, e somente um poder político severo pode coibir seus excessos. Entretanto, prossegue, a necessidade da sobrevivência pessoal o impele para a vida comunitária. Esta, por não ter um fundamento natural, exige uma disciplina férrea, imposta pelo Estado.

condições de vida das populações locais, através do comprometimento das relações de participação, organização e articulação.

Investir em Capital Social possibilita construir “condições para o desenvolvimento com uma eficiência e eficácia muito maiores do que quem estiver preocupado apenas em impulsionar o crescimento econômico, promover o aparecimento de empresas ou distribuir renda por meio de programas compensatórios estatais, fórmulas que, sobretudo quando praticadas isoladamente, já anunciaram há muito tempo sua falência” (FRANCO, 2001, p. 495).

Ao se tratar deste investimento os movimentos da sociedade civil passam a expressar-se em uma dimensão mais participativa, buscando canalizar as novas demandas sociais e obter uma legitimidade popular maior.

2.5 OS ATORES NO PROCESSO PARTICIPATIVO

A participação pode ser definida como ato e efeito de um processo em que a sociedade: civil, econômica, cultural e política tenham tomado uma decisão em conjunto. Assim sua estrutura consiste na relação mais ou menos estável desses quatro subsistemas (BUARQUE, 2002).

Bandeira (1999) entende que a participação é um instrumento fundamental no sentido de promover a articulação entre os atores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade e melhorando a qualidade das decisões, tornando mais fácil atingir objetivos comuns. O autor continua afirmando que, entretanto, os métodos participativos não podem ser vistos como infalíveis e capazes de solucionar adequadamente todos os tipos problemas.

Mas, existe ainda uma grande dificuldade de se medir a participação, pois ela independe da presença física, ela é subjetivada na medida em que o simples participar não mostra o grau de envolvimento, ou como indica Martins (2002, p.52), “(des)envolvimento”, da comunidade, da localidade com a causa. O autor ainda afirma que a participação não pode ser vista como mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular, tornando-se muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso da ação planejadora.

Quando um indivíduo em sua comunidade não tem suas necessidades satisfeitas, restam-lhe opções: reunir os amigos e vizinhos e discutir o problema para buscar em conjunto uma solução ou esperar que o governa venha suprir a necessidade. Os processos participativos não são aqueles em que apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Isto significa

acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa (MARTINS, 2002).

Um programa ou projeto de desenvolvimento local busca a ampliação de discussões em que todos os setores da sociedade possam participar para que atinjam um patamar mínimo de renda e qualidade de vida. As políticas públicas devem ser diferenciadas para as regiões mais empobrecidas, também na área rural e voltados para alternativas de produção (MAGALHÃES e BITTENCOURT, 1997).

Neste contexto, percebe-se a importância da comunidade no desenvolvimento local, no qual “o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas beneficiária do desenvolvimento” (MARTINS, 2002, p.52). Isso denota como será difícil o caminho para esse estágio, já que se vive um mundo centrado em idéias capitalistas, de competição pelo material, e chega um momento em que tudo isso precisa ser rompido, desapegado, num contexto social-comunitário no qual o cidadão escolhe seu destino, e que, deve procurar, em seu interior, as armas para lutar de forma participativa, conjunta e solidária contra aquilo que o incomoda, valorizando a si próprio e seu território.

Uma das bases para o fortalecimento do ser humano na busca da felicidade e da harmonia, neste sentido como resultado de um processo de desenvolvimento, é a solidariedade comunitária para o desenvolvimento. Um processo participativo é um concentrado de tomada de decisões com o envolvimento de diversos atores sociais diretamente interessados e comprometidos com o futuro da localidade em questão (BUARQUE, 2002).

Reportando-se ao conceito de desenvolvimento local, pode-se entender com mais clareza o sentido de solidariedade neste processo e ver que ela não é apenas a cultura da ajuda aos necessitados, mais sim, a ação conjunta no combate aos problemas que causam o mal-estar. Seria a ajuda, a união e a participação de todos em um território, contando também com a colaboração de agentes exógenos, para passar de um estado ruim para outro melhor, pois, segundo VERHELST (1992, p.133) “devem acrescentar-se novas formas de solidariedade que completarão, reforçarão, corrigirão, ou até substituirão aquelas ações de solidariedade e de parceira que estão sendo levadas a termo”.

Dentro desse processo os atores sociais vão construindo uma visão coletiva da realidade local e de todo o contexto, dirigindo para um futuro desejado e visualizando as ações necessárias para alcançá-lo (BUARQUE, 2002).

As comunidades quando não homogêneas e/ou harmônicas e possam refrear divisões internas, o ‘sentimento de nós’ que as caracteriza ajusta uma identidade social comum e o alcance de lealdades que ultrapassam as exigências de muitos outros grupos. Castells (1999) afirma que a idéia de que a configura uma identidade que é construída e cujo significado necessita ser desvendado para o alcance de objetivos.

Este processo de construção está associado à necessidade de ser conhecido, de modo específico, pelos outros. A mesma comunidade pode conter identidades múltiplas, e esta pluralidade é a fonte de tensão e contradição, tanto na auto-representação quanto na ação social.

Santos, Souza e Silveira (1998, p.43) complementam argumentando que “o que globaliza separa; é o local que permite a união”, e ainda que dentro do processo participativo a “reconstituição de uma humanidade organizada em torno de comunidades que se reconhecem internamente, mas que também interagem, comunicam com o resto do mundo, participam de forma organizada de espaços mais amplos” (p.44).

Nesta situação, a estratégia de desenvolvimento comunitário deve abarcar, além do processo de fortalecimento do senso de identidade local, o fortalecimento das estruturas organizacionais de costume comunitário e a qualificação das mesmas no que diz respeito a instrumentalização para o exercício de novas metodologias de gestão local.

A proposta de desenvolvimento local participativo implica a democratização da vida social, através da mobilização da sociedade para a gestão compartilhada do desenvolvimento em processo, na democratização do poder local exercida nos mecanismos e canais de participação social, no reforço e na ampliação das organizações sociais, na promoção de parcerias e na existência de um sistema de informações aberto e descentralizado (JARA, 1998).

2.6 A ATIVIDADE TURÍSTICA

Uma das atividades que tem apresentado maior potencial de geração de emprego e renda é o turismo, especialmente quando promovido dentro dos princípios de sustentabilidade (FERREIRA e POMPEIA, 1999).

Estudo realizado pela Organização Mundial de Turismo – OMT, em 2000, aponta que, a indústria do turismo fez movimentar mundialmente cerca de 697 milhões de pessoas, gerando um montante de 477 bilhões de dólares, divididos conforme Tabela 1.

O Brasil é considerado como o quarto destino das Américas, recebendo cerca de cinco milhões de turistas internacionais, durante o ano de 2000 (GUTIERREZ, 2001).

Tabela 1: Receita Cambial gerada pelo turismo no Mundo, América do Sul e Brasil.

ANO	RECEITA (em U\$ bilhões)					
	Mundo	Incremento (%)	América do Sul	Incremento (%)	Brasil	Incremento (%)
1992	305,75	-	7,3	-	1,3	-
1993	321,47	5,14	8,5	16,44	1,1	-16,79
1994	354,0	10,12	8,3	-2,35	1,9	74,41
1995	405,1	14,44	9,3	1,20	2,1	8,93
1996	435,6	7,53	10,7	27,38	2,5	17,74
1997	436,0	0,09	11,4	6,54	2,6	5,10
1998	442,5	1,49	11,8	3,51	3,7	41,73
1999	455,0	2,82	11,6	-1,69	4,0	8,59
2000	477,9	5,03	12,2	5,17	4,2	5,86
2001	472,0	-1,23	11,3	-7,00	3,7	-12,46
2001	483,0	2,33	11,7	3,54	3,1	-16,22

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT, 2003.

Segundo dados da EMBRATUR, de 1997, o Estado de São Paulo concentra 31,73% do total nacional das empresas ligadas ao setor e 31,06 % dos empregos do setor (SÃO PAULO, s/d). E os números de mão de obra empregados no setor cresceram em grandes proporções como demonstram as Tabelas 2 e 3.

Tabela 2: Números de Estabelecimentos e Empregados em Atividades Turísticas

Anos	Nº de Estabelecimentos	Incremento (%)	Nº de Empregados	Incremento (%)	Participação do nº de empregados nas Atividades Turísticas na PEA
1994	83.436	-	703.429	-	2.619.121
1995	97.144	16,43	911.354	29,56	3.410.368
1996	105.197	8,26	882.215	-3,20	3.261.156
1997	113.859	8,26	926.693	5,04	3.489.893
1998	117.907	3,56	936.825	1,09	3.659.761
1999	144.727	22,75	1.189.040	26,92	4.758.914
2000	150.227	3,80	1.241.708	4,43	4.569.512
2001	159.400	6,11	1.304.453	5,05	4.886.378

Fonte: Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

Tabela 3: Mão-de-Obra Empregada em Setores das Atividades Turísticas

Atividades	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Alojamento	149.404	175.511	181.073	187.010	191.742	197.309	197.309	206.817
Alimentação	360.748	450.258	512.438	512.438	580.495	580.495	580.495	617.238
Ag. Viagens	27.894	149.404	44.202	44.004	33.749	33.165	33.749	34.001
Transp. Rod. Regular	113.291	149.404	140.409	139.608	133.272	133.986	133.986	138.843
Transp. Aéreo Regular	47.235	149.404	39.965	40.321	29.124	32.822	32.822	37.403
Transp. Aéreo Não Regular	4.857	149.404	3.221	3.312	3.846	4.802	4.802	4.230
Atividades Recreativas	-	149.404	-		241.063	245.965	245.965	251.562
Aluguel de automóvel	-	149.404	-		16.751	12.580	12.580	14.359

Fonte: Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

Ruschmann (1994) considera que o turismo deve ser considerado como fator de desenvolvimento prioritário em todas as localidades nas quais ele se constitui a maior fonte de rendas e a base da existência dos empreendimentos que dependem direta ou indiretamente desta atividade. Ablas (1991), cita que a atividade turística de forma geral pode ser considerada como importante para a geração de emprego e elevação do nível de renda de uma comunidade habitando uma determinada região.

Ferreira, Pompéia (1999) afirmam que o turismo vem se configurando como uma das alternativas de enfrentamento da crise econômica nos municípios. Não tanto o turismo de massa, homogêneo e pasteurizado ou o turismo intenso em investimentos, mas sim outras modalidades de turismo, que ao se reportarem ao local e ao específico - trilhas, cavernas, festas, culinária - atendem as necessidades reais de lazer do visitante e levam ao crescimento e bem estar da população dos locais onde se realiza.

2.6.1 O Turismo Sustentável

Segundo setor em investimentos no mundo – com US\$ 6,7 bilhões de investimentos em 2002, de acordo com dados da Organização Mundial do Turismo – OMT (2003), o turismo foi responsável, ainda no mesmo ano, por 6% do PIB global e pelo movimento de 699 milhões de pessoas ao redor do mundo. O compromisso do setor com o desenvolvimento sustentável apresenta-se, dessa forma, como estratégico.

A inter-relação do turismo com o meio ambiente é incontestável, uma vez que se constitui a matéria prima mais importante da atividade. O contato com a natureza constitui atualmente, uma das maiores motivações das viagens de lazer e as conseqüências do afluxo em massa de turistas a estes locais – extremamente sensíveis, tais como as praias e montanhas-devem ser avaliadas e seus efeitos negativos, evitados, antes que este valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente (RUSCHMANN, 2001).

A OMT (2003), define turismo sustentável como a modalidade turística condizente com a gestão de todos os recursos de tal forma que se satisfaçam todas as necessidades econômicas, sociais e estéticas ao mesmo tempo em que se respeita a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida. Beni (2001), entende que turismo sustentável deve ser definido como um processo preservacionista estratégico de desenvolvimento interativo e articulado, espacialmente delimitado e localizado.

Gutierrez (2001), cita como “mega-tendências” do turismo: o crescente impacto das campanhas lideradas pelos consumidores para o desenvolvimento sustentável do turismo e para o “comércio justo” dentro do turismo. Western (2001), considera que o comportamento do turista está mudando, mais visitantes estão conscientes do dano ecológico que podem provocar, do valor da vida natural e dos interesses das populações locais. Os princípios de sustentabilidade devem aplicar-se a toda forma de atividade, gestão, empresa e projeto de turismo.

A construção de padrões de sustentabilidade para a atividade turística deverá afrontar ainda muitos desafios. Para suplantá-los torna-se necessário não abrir mão de definições de políticas firmes e de um planejamento compreensivo, e de longo prazo. O aumento esperado do volume de turistas, com uma distribuição cada vez mais dispersa ao redor do mundo, a mudança no perfil do turismo, com maior segmentação, e o desenvolvimento de novas formas associadas à natureza e à cultura, assim como um comportamento mais seletivo, e exigente, por parte dos turistas, exigirão medidas rigorosas que garantam o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

No Brasil, podemos observar a presença de diversos fatores que permanecem restringindo o processo de implementação de políticas e ações para o desenvolvimento turístico sustentável: a escassa integração das políticas públicas de turismo com as demais de governo, a insuficiência de recursos destinados aos órgãos públicos de administração do turismo, a falta de recursos públicos para obras de infraestrutura básica e para fiscalização das atividades turísticas, a carência de dados para a construção de indicadores de sustentabilidade. No setor privado falta ainda maior unidade e investimentos para uma gestão responsável; a fragmentação em pequenas

e micro empresas pode também ser apontada como outro fator negativo para a difusão mais intensa de práticas sustentáveis. Entretanto, não se pode, hoje, pensar estrategicamente uma empresa ou definir políticas públicas ignorando o paradigma da sustentabilidade¹¹.

2.6.2 O Ecoturismo

Ceballos-Lascuráin (2001), cita que segundo dados da OMT – Organização Mundial do Turismo (2003), o turismo de natureza gerou aproximadamente 7% de todos os gastos com viagens internacionais. Yunis (2001), afirma que o conceito deste segmento do setor turístico, o ecoturismo, tem sido discutido há relativamente pouco tempo (aproximadamente 20 anos), por uma variedade de autores e atores sociais, e, portanto tem se prestado a diversas interpretações e usos.

No Brasil, em 1994, a Política Nacional de Ecoturismo adota o conceito de ecoturismo como sendo: “Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”.

Para efeitos do Ano Internacional do Ecoturismo (2001), a OMT e outros organismos internacionais que estão colaborando neste processo, adotaram que ecoturismo é: “toda forma de turismo na qual a principal motivação do turista é a observação e apreciação da natureza, que contribui a sua conservação, e que gera mínimos impactos negativos sobre o meio ambiente natural e cultural onde se realiza” (YUNIS, 2001).

Durante as ultimas décadas tem-se consolidado a demanda internacional por produtos muito diversos de turismo da natureza, sendo notável o impulso das mais variadas formas de ecoturismo, muitas das quais se tem desenvolvido em torno das áreas protegidas.

Boo (2001), cita que segundo o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) há muitos pontos de interseção entre o ecoturismo e os objetivos conservacionistas. São eles: a administração de áreas protegidas, o desenvolvimento sustentável de áreas tampão, a educação ambiental dos consumidores e as decisões políticas. A ideologia sustentável traz na sua base a preocupação com a conservação do meio físico e das formas de organização das comunidades receptoras, seus usos, costumes, tradições, assim como a participação nas fases de planejamento.

11 In: Ruschmann, D. Turismo no Brasil: análise e tendências, Manole, 2002.

2.6.3 As Unidades de Conservação e a Visitação Pública

É comum se escutar sobre a existência de diversas categorias de manejo de unidades de conservação, que variam conforme os países, mas a categoria de manejo mais utilizada na América Latina é a classificada como “Parque Nacional” -categoria II (UICN, 1978). Um dos objetivos principais de manejo dos parques é proporcionar atividades de lazer, recreação e educação ambiental para o público em geral, sendo permitido o desenvolvimento de atividades de ecoturismo nas zonas consideradas de “Uso Público”.

A lei federal nº 9985 de 21/06/2000, que dispõe sobre o Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (SNUC), considera a categoria de manejo parque nacional como uma Unidade de Proteção Integral, que possui como objetivos principais o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação e ecoturismo. A visitação pública nos parques está sujeita às normas estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, composto entre outras coisas de um zoneamento para a área e programas de manejo.

A visitação pública nas unidades de conservação (UC's) do estado de São Paulo, basicamente tem sido orientada pelos objetivos de manejo dessas unidades e pelo Decreto 25.341, de 04 de junho de 1986, que regulamenta os Parques Estaduais Paulistas. Algumas resoluções e portarias específicas regulamentam a atividade de turismo em algumas unidades, como o caso da resolução SMA 87 de 11/12/98 que disciplinam o acesso e a permanência de turistas no Parque Estadual da Ilha Anchieta. A resolução SMA-32/98, de 31/03/98, cria a “Comissão SMA de Visitação Pública” com o intuito de orientar a visitação nas unidades de conservação administradas pela Secretaria do Meio Ambiente (ROBIM,1999).

Segundo Ceballos-Lascuráin (2001), as áreas naturais, em particular as áreas protegidas legalmente, sua paisagem, fauna e flora - juntamente com os elementos culturais existentes – constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para os turistas de todo o mundo. Por este motivo, as organizações para a conservação reconhecem a enorme relevância do turismo e estão cientes dos inúmeros danos que um turismo mal administrado ou sem controle pode provocar no patrimônio natural e cultural.

Dale (1998) destaca que um dos desafios da sociedade neste final de século é otimizar os impactos positivos de visitação em áreas naturais, protegidas legalmente ou não, com a efetiva conservação destas mesmas áreas.

Bozzano (2001), afirma que as instituições de investigação científica, junto com as organizações não governamentais e as agencias de cooperação internacional, se

encontram empenhadas em defender os princípios de desenvolvimento e gestão sustentáveis do turismo, ainda que a realidade das ações efetivas se tenham concentrado fundamentalmente em fortalecer a administração e, de acordo com a terminologia dos planos de manejo, do denominado “uso público” no interior dos Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas.

Muitas áreas protegidas ainda não estão preparadas para receber o turismo, e os administradores enfrentam o desafio urgente de gerir o crescimento do turismo a fim de que possa ser benéfico tanto para o Parque como para as comunidades vizinhas.

Algumas das ameaças (degradação ambiental, mudanças sócio culturais negativas, instabilidade econômica) às áreas protegidas poderiam ser minimizadas se os benefícios potenciais do turismo fossem aproveitados. As pessoas querem participar mais da conservação quando viajam.

Entretanto, é preciso haver oportunidades para que elas contribuam, tais como sistema de cobrança de ingressos, alojamentos que pertençam às pessoas da comunidade local e sejam administrados por elas, ou cooperativas de artesanato nativo. Para que isto seja possível o sistema deve funcionar bem – o que requer planejamento (BOO, 2001).

Entende-se que existem alguns mecanismos para aumentar os benefícios locais originados pelo ecoturismo: propriedade e administração local do recurso ecoturístico; leasing, propriedade parcial ou estruturas de participação de lucros entre a indústria turística e os habitantes locais; pagamentos diretos oriundos de receitas turísticas; emprego da mão de obra local (LINDBERG; HUBER, 2001).

2.7 APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

As Unidades de Conservação dividem-se, de acordo com a Lei 9.985 de 18 de Julho de 2000, que institui o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza em seu art. 7º em: Unidades de Proteção Integral que tem como objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei e as Unidades de Uso Sustentável que tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (SNUC, 2004).

Área de Proteção Ambiental (APA) faz parte da categoria de Unidades de Uso Sustentável, têm o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que aí vivem, resguardar ou

incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes (SNUC, 2004).

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) possuem um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações representativas da sociedade civil e da população residente no local, conforme o disposto em regulamento e no ato de criação da unidade (SNUC, 2004).

Nas áreas das APAs sob domínio público a visitação é estabelecida pelo IBAMA, tendo por base o plano de gestão da área. As pesquisas científicas nessas áreas também dependem de prévia autorização do IBAMA, estando sujeitas às normas por este estabelecidas.

A particularidade das APAs é a possibilidade de manutenção da propriedade pública ou privada e do estilo de vida tradicional da região, onde programas de proteção à vida silvestre podem ser implantados sem haver necessidade de desapropriação de terras. Torna-se uma estratégia compatível com a realidade brasileira, uma vez que a falta de recursos financeiros para a desapropriação de terras limita a implantação e consolidação de outros programas de conservação.

No Estado de São Paulo já foram criadas estaduais, federais e várias municipais, atingindo mais de 100 municípios e protegendo uma grande variedade de paisagens e ecossistemas (Anexo B).

O Decreto Nº 91.304, DE 03 de Junho de 1985, dispõe sobre a implantação de Área de Proteção Ambiental nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sob a denominação de APA da Serra da Mantiqueira. A área de Proteção Ambiental da Mantiqueira abrange áreas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A APA da Mantiqueira abrange 16 municípios no Estado de Minas Gerais, 2 no Rio de Janeiro e 7 em São Paulo. Minas Gerais: Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Bocaina de Minas, Delfim Moreira, Itamonte, Itanhandu, Liberdade, Marmelópolis, Passa Quatro, Passa Vinte, Piranguçu, Pouso Alto, Santa Rita de Jacutinga, Virgínia, Wenceslau Brás; Rio de Janeiro: Itatiaia, Resende; São Paulo: Campos do Jordão, Cruzeiro, Lavrinhas, Pindamonhangaba, Piquete, Queluz, Santo Antonio do Pinhal.

Esta APA tem como objetivos, além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional, proteger e preservar: parte de uma das maiores cadeias montanhosas do sudeste brasileiro; a flora endêmica e andina, os remanescentes dos bosques de araucárias; a continuidade da cobertura vegetal do espigão central e das manchas de vegetação primitiva; e a vida selvagem, principalmente as espécies ameaçadas de extinção.

Em seu art. 2º o Decreto além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional, tem por objetivo proteger e preservar:

- a) parte de uma das maiores cadeias montanhosas do sudeste brasileiro;
- b) a flora endêmica e andina;
- c) os remanescentes dos bosques de araucária;
- d) a continuidade da cobertura vegetal do espigão central e das manchas de vegetação primitiva;
- e) a vida selvagem, principalmente as espécies ameaçadas de extinção (SNUC, 2004).

No art. 3º a APA da Serra da Mantiqueira define a delimitação geográfica, com uma área de 422.517 há, em Piquete, a delimitação geográfica da APA é estabelecida pela curva de nível de 900 metros. Isto significa que todo trecho da serra acima de 900 metros de altitude está incluído dentro da área de preservação ambiental (PMP, 2001).

Para obtenção de uma referência desta altura, na estrada que liga Lorena a Itajubá, este ponto passa exatamente no posto fiscal, pouco antes da escola municipal Profª. Maria Judith (PMP, 2001).

Nesta área são proibidas ou restringidas: a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras ou capazes de afetar manancial, a realização de obras de terraplenagem, a abertura de canais ou outra atividade capaz de provocar erosão, extinção de espécies raras, prejuízos a nascentes de cursos d' água.

A fauna existente nas matas da Serra da Mantiqueira, principalmente nas áreas ainda bem preservadas, é muito diversificada e rica de espécies. Ainda são encontradas espécies ameaçadas de extinção, sujeitas a controle e proteção especial como o bugio, a jaguatirica, a lontra e o buriqui.

A existência de anuros como o sapo de chifre e a perereca verde reforçam a hipótese de boa situação ambiental em trechos de nossa serra. É muito variada ainda a quantidade de espécies de aves, andorinha, bem-te-vi, sanhaço cinzento. Encontram-se nas matas três espécies raras ameaçadas de extinção: maria-leque, sabiá-cica e macuco (PMP, 2001).

Estas restrições de uso não prejudicam o desenvolvimento da região atingida, e projetos educacionais de turismo e lazer e outros que respeitem os recursos naturais são incentivados (PMP, 2001).

2.7.1 Integração das Áreas Protegidas no Desenvolvimento Local e Regional

Apesar das áreas protegidas serem vistas freqüentemente como porções “ilhadas” de seus arredores são objeto de muitas influências externas e a sua vez

afeta suas terras vizinhas. Segundo DASMANN (1996), estas relações podem ser primeiramente ecológicas ou físicas, mas incluem considerações culturais, sociais e econômicas. DIEGUES (1998), afirma que o modelo de área protegida (Parque Nacional), sem morador, criado no contexto socioambiental norte-americano, quando transferido aos países do terceiro mundo, gerou inúmeros conflitos, alguns indissolúveis até hoje. O planejamento e desenvolvimento de áreas protegidas também devem incluir o planejamento e desenvolvimento das áreas circundantes para garantir no futuro uma economia sustentável para as populações locais e a conservação do espaço protegido.

As áreas protegidas não se estabelecem para separá-las da causa principal do desenvolvimento, e sim constituem uma forma de utilização do território. A integração de áreas protegida aos planos de desenvolvimento regional requer a aliança contínua entre as diversas autoridades de planejamento e administração e as comunidades locais, sendo necessário identificar os conflitos interinstitucionais com respeito ao uso da terra e sobreposição de funções; obter informações sobre planejamentos e políticas de outros órgãos governamentais para reduzir as ameaças e para fortalecer sua integridade; desenvolvimento de cooperação institucional e dependências interinstitucionais de mutuo benefício; esclarecimentos sobre o papel que jogam as áreas protegidas no contexto regional; aprovação do desenvolvimento de áreas protegidas como parte de projetos globais mais amplos de uso múltiplo da terra; financiamento de projetos (MACKINNON; MACKINNON; CHILD e THORSELL, 1990).

Em 1971, foi criado o Programa *Man and Biosphere* (MAB), por iniciativa da UNESCO, com o objetivo de conciliar a proteção do meio ambiente ao desenvolvimento humano. As Reservas de Biosfera “são porções de ecossistemas terrestres ou costeiros que recebem um plano especial de gestão e manejo sustentável integrados” (ROCHA e COSTA, 1998).

Segundo a UICN (1993), as reservas de biosfera combinam três funções básicas - conservação, investigação e desenvolvimento por meio de um cuidadoso ordenamento da área.

O modelo para o zoneamento destas reservas é composto por: zona núcleo (áreas legalmente protegidas para satisfazer os objetivos de conservação), zona de amortecimento (abrange completamente as zonas núcleo e devem se desenvolver atividades sustentáveis como: ecoturismo, lazer e educação ambiental) e zonas de transição (concentram forte significado social e econômico, é onde se levam em conta as atividades de desenvolvimento sustentável com as comunidades locais).

Robim (1999), destaca a necessidade das Unidades de Conservação integrarem-se as suas regiões, através de práticas sustentáveis, como a atividade de ecoturismo.

2.8 A GESTÃO DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nos anos 60, a indústria do lazer e turismo é incrementada definindo algumas variantes como o turismo cultural, ecoturismo etc. O Plano Nacional de Municipalização do Turismo, nos anos 90, demarca as políticas que norteiam o setor, centrando foco nas ações locais e envolvendo a reorganização de espaços, a questão ambiental e a gestão do território. A noção de região é reconfigurada envolvendo a produção, a circulação e o consumo. Milton Santos (2002) afirma que atualmente a mobilidade se tornou uma regra e se “tudo voa” um processo de desterritorialização cada vez mais se intensifica. O lugar de consumidor seja em nome da melhoria de serviços e produtos são uma condição quase que compulsória na malha produtiva atual.

A concepção de estratégias de desenvolvimento local pelo turismo encontra-se no nível de micro-regiões, de pequenos territórios, de cidades pequenas e médias ou mesmo de vilas e povoados onde são fortemente sentidas as mediocridades de condições de vida, traduzidas no êxodo e na pobreza. (RODRIGUES, 1997). Sob a ótica do Desenvolvimento Local, os gestores locais administram a atividade turística, conjuntamente às demais fontes econômicas, visando o enfrentamento dos problemas sociais e econômicos da localidade.

Nas regiões carentes são aprovadas as atividades turísticas com vistas à correção dos desníveis de desenvolvimento, na expectativa de que a atividade possa proporcionar um aumento na geração de renda e de empregos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Como coloca Beni (1997, p.82), “Essa orientação global para todos os municípios brasileiros indistintamente, que os obriga a lançarem-se em busca de atrativos turísticos próprios para a conquista de segmento de mercado, induz administradores e empresários locais a verem no turismo a solução decisiva para o rápido desenvolvimento socioeconômico”.

Mas administrar uma atividade econômica de modo que ela gere benefícios para a comunidade envolvida não é simples e torna-se um pouco mais complexa no caso da atividade turística, devido às peculiaridades do produto turístico. As características principais deste produto e que o diferencia dos demais produtos encontrados no mercado são a intangibilidade, a não possibilidade de estocagem e conseqüentemente a não possibilidade de troca.

Benevides (1996) demanda que o turismo com base no desenvolvimento local se contraponha ao modelo dominante em vários países como o Brasil, integrado com o processo de globalização e que acarreta tendências ambientais degradantes. Segundo o autor, a manutenção da identidade cultural dos lugares constitui uma via mais democrática e participativa de desenvolvimento e que ocasiona tendências ambientais menos degradantes. Ressalvar-se, a manutenção da identidade cultural dos lugares tendo na comunidade os atores do processo, favorecendo a afirmação de pequenas operações com baixos efeitos impactantes investimentos.

Os gestores do turismo muitas vezes, motivados até mesmo pela ilusão dos números da atividade, tratam o turismo como a solução para todos os problemas sociais e econômicos. O que os gestores ignoram, e hoje analisando o turismo sob a ótica do Desenvolvimento Local, é que qual o tipo de turismo deve ser desenvolvido para que este proporcione desenvolvimento no sentido puro da palavra e como esta atividade deve ser gerida, de forma integrada ao conjunto macroeconômico, para que ela seja uma forte ferramenta para o desenvolvimento. Portuguez (1999) ao tratar do turismo e desenvolvimento local especificamente o turismo rural, explana que os modelos tradicionais de acumulação não se incomodam com os custos sociais e ambientais. Destaca ainda que a atividade do turismo não necessariamente, rompe com o ideal de acumular rendimentos, mas, pondera, a conservação ambiental, a preservação do patrimônio e a conservação das características culturais de cada localidade.

Gestores e especialistas da área tentam fazer do turismo uma atividade realmente sustentável, promovendo o uso racional dos recursos e gerando benefícios equitativos a todos da comunidade-localidade. Cavaco (1996) afirma que o turismo ligado ao desenvolvimento local baseia-se na revigoração e na diversificação da economia. Possui inteira capacidade de fixar e atrair a comunidade assegurando-se melhores condições de vida. Apresenta, também, considerável êxito na valorização da produção agrícola além de favorecer os planos de desenvolvimento do artesanato e de outras atividades ligadas ao turismo e à cultura, a exemplo das feiras e das festas tradicionais e populares.

Além de todas essas exposições que se revelam no valor do turismo local, surge outro aspecto de consideração relevante: o envolvimento da comunidade. A comunidade local tem oportunidades de envolvimento em todas as fases do processo de implementação do turismo, bem como na tomada de decisão sobre o planejamento. Um planejamento turístico no qual a comunidade deixa de ser a parte consultada pelos técnicos e passa a ser o agente de seu próprio planejamento, ou seja, esta descobrindo suas potencialidades e colocando-as a favor de seu próprio destino é o

que sugere o Desenvolvimento Local. Estes traços diferenciam as condições de morador, turista e nativo retratando modos de pertencer, direitos políticos e os direitos de intervir na vida política do Lugar. O valor do espaço, de acordo com Milton Santos (2002), depende das ações que ele é susceptível de acolher.

O desenvolvimento deve partir de dentro para fora, todavia é claro que deve existir a participação e o trabalho do agente externo, ou técnicos que mostrarão os cominhos certos dentro daquilo que eles conhecem, porém a comunidade deve, como mostra o conceito de Desenvolvimento Local, anteriormente discutido, romper as amarras que as prendem a seu *status quo* de vida e através do afloramento de suas capacidades, competências e habilidades, para que ela mesma possa agenciar e gerenciar seu próprio desenvolvimento, sabendo discernir o que lhes servem ou não desta contribuição externa.

Nesta mesma linha Milton Santos sugere o espaço como: conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. (Santos, 2002, p.61) Com esta leitura de espaço, o turismo se afirma como fenômeno estruturante de territorialidades, prática social e econômica que produz modos de vida dependendo da intensidade e forma como se reorganiza, se recria.

Além disso, o turismo e desenvolvimento local representam uma modalidade bastante coerente com a realidade de várias localidades do Estado de São Paulo por sua dimensão e pela existência de um grande número de núcleos de pequeno porte, mas, possuidores de atrativos e dispersos pelo território. Acrescenta-se, ainda, que essa estratégia de turismo ligada ao desenvolvimento local, além de possibilitar o deslocamento regional de pessoas, através de curtas distâncias, privilegia as localidades, possibilitando oportunidades para pequenos investimentos, para o uso mais durável dos recursos e para a manutenção das identidades locais.

O modelo de planejamento atualmente trabalhado não dá margens para esta realidade, pois ainda se encontra dentro de uma visão mecanicista, no qual através de uma ou mais "receitas", que são adequadas às realidades encontradas nas localidades, são o segredo de um bom planejamento. Pelo fato do turismo ser um fenômeno social, os estudos turísticos devem conter, além dos métodos tradicionais de pesquisa, como por exemplo, o inventário da oferta turística, aspectos relacionados com a comunidade do núcleo receptor. Deve-se fazer uma análise dos valores, das crenças e das manifestações populares desta comunidade, a fim de buscar uma participação efetiva no plano de turismo (MAGALHÃES et al, 1997).

Desta maneira, deve-se mudar também a concepção de planejamento turístico, procurando não um método ou modelo, mas sim uma forma de fazer com que as teorias, práticas e técnicas necessárias para a realização de um bom planejamento sejam incorporadas pela comunidade. É mais do que ensinar a plantar sem agrotóxico é muitas vezes pegar a pessoa pelo braço e levá-la ao campo, mostrar-lhe as técnicas de plantio e, ao mesmo tempo, deixar que esta perceba em si as potencialidades para ser um bom agricultor orgânico e as maneiras para que essas potencialidades se tornem ato.

3 METODO

Neste capítulo são relatados os aspectos metodológicos e o delineamento da pesquisa de campo e visa-se explorar os fatores que influenciam iniciativas comunitárias no processo de desenvolvimento do bairro dos Marins, no município de Piquete.

No Brasil, as avaliações formais de projetos sociais ainda são novas, mas é possível identificar organizações não governamentais, algumas contando com apoio de financiadores, que têm aumentado significativamente seus conhecimentos na área nos últimos anos. “Utilizando-se da avaliação como ferramenta para melhorar sua atuação direta sobre o público-alvo e sobre o processo de gestão interna, além de ser utilizada como estratégia para captação de recursos e divulgação de seu trabalho” (CHIANCA, 2001, p.19).

Conforme afirma Reis (1999), o sentido da avaliação é sua utilização como meio de aprimorar projetos existentes, sua execução e seu planejamento futuro, tendo como contra-partida sua contribuição aos objetivos institucionais. Neste sentido, é um exercício permanente e, acima de tudo, comprometido com as repercussões ao longo de sua realização.

A avaliação de projetos e programas sociais consiste, basicamente, em formular perguntas precisas a respeito de um ou vários aspectos que podem estar associadas ao planejamento, execução ou resultados do mesmo. Empregando processos de avaliação, os pesquisadores podem obter informações importantes para conhecer melhor as necessidades e a percepção dos usuários/beneficiários, testar a viabilidade de seus projetos certificar-se de que as ações desenvolvidas levarão ao alcance dos resultados previstos, ou ainda, conhecer e mensurar o impacto de suas ações (CHIANCA, 2001; MARINO, 1998; ARMANI, 2001).

Uma dificuldade sempre presente neste processo é o próprio caráter dos projetos sociais, cujos aspectos qualitativos tendem a prevalecer sobre aspectos quantitativos. Num campo que abrange temas amplos, como, por exemplo, qualidade de vida, conquista de direitos, formação de uma nova cultura política, promoção da cidadania e, em última análise, um ambiente social mais justo e democrático, determinar parâmetros de julgamentos adequados é um primeiro desafio. Enfrentá-lo,

no entanto, pode se revelar um processo de aprendizagem sobre a organização, seus métodos e recursos (RICHARDSON, 1999).

Outro desafio é a escolha de instrumentos de avaliação. Além de servirem como registro das conclusões a que a pesquisa chegou, sobre um projeto num dado momento, podem ser utilizados para que esta informação seja socializada junto a outras áreas, parceiros e públicos direta ou indiretamente envolvidos (FERRARI, 1982).

Neste sentido, reconhece-se, de antemão, que os métodos quantitativos e tradicionais de avaliação, embora necessários, não são suficientes para sustentar de forma adequada à pesquisa proposta, e busca-se nas abordagens qualitativas, mecanismos que possam dar subsídios e estruturação a uma proposta metodológica que melhor aproxime a discussão dos seus objetivos.

Existem pesquisadores que defendem o mínimo de estruturação e outros, um maior grau de estruturação. Ambos contextos podem ser considerados válidos, dependendo do objetivo da pesquisa. Os planejamentos menos estruturados são mais adequados para realidades muito complexas e/ou pouco conhecidas. Quando se possui um maior grau de conhecimento, um planejamento indutivo resulta em perda de tempo e de profundidade. Além disso, trabalhar de forma predominantemente indutiva, deixando que o "*design*"¹² e a teoria emergem dos dados, é difícil até mesmo para pesquisadores mais experientes (ALVES MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2001).

Para discutir a necessidade de se trabalhar com métodos qualitativos como estratégia e para melhor enfrentar o desafio de se avaliar os processos de indução do desenvolvimento local torna-se necessário partir de uma melhor compreensão dos métodos quantitativos, suas potencialidades e suas limitações.

Os fundamentos dos métodos quantitativos estão na preocupação da formalização da ciência positivista que pode, de forma simplificada, ser descrita como aquela que é "mensurada, controlada sistematicamente, matematizada, estritamente lógica e, de preferência, empírica" (DEMO, 2000). Esta abordagem implica a necessidade de se identificar objetos, indicadores que sejam possíveis de mensurar gerando "relações seguras de causas e efeitos" (DEMO, 2000).

12 O design corresponde ao plano de estratégias utilizadas pelo pesquisador para responder às questões propostas pelo estudo, incluindo instrumentos de coleta, análise e interpretação dos dados, bem como a lógica entre si dos diversos aspectos da pesquisa (ALVES MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2001).

Pedro Demo (2000) ressalta que o primeiro grande desafio, quando se busca olhar para aspectos qualitativos da realidade, está, precisamente, em conseguir definir a qualidade "para que seja algo mais que a mera não quantidade". E que, o segundo grande problema, ainda na sua análise, seria o de definir o método qualitativo como sendo algo que não fosse apenas o "não lógico-experimental". Os esforços de conhecimento da realidade têm, efetivamente, a preocupação em "tornar-se ciência" e estão comprometidos a agregar novas idéias e visões aos debates sobre a temática que se está discutindo, há de existir um certo grau de preocupação com a formalização das idéias e das discussões.

Diante da parcialização e do elevado grau de complexidade da realidade, cabe ao pesquisador buscar caminhos metodológicos alternativos e/ou complementares que garantam um olhar sobre as faces qualitativas da realidade (DEMO, 1995).

Neste sentido, o que se pretende quando se trabalha com abordagens qualitativas de um determinado fenômeno social, em que pese às dificuldades de se medir o essencial, é buscar compreender a realidade observada para além dos seus traços sujeitos à formalização, agregando neste esforço diferenças, profundidades distintas, perspectivas políticas (SIEMPRO/UNESCO, 1999).

Segundo Alves Mazzotti e Gewandsznajder (2001), embora o planejamento não necessite nem deva ser apriorístico, nos estudos qualitativos a coleta sistemática de dados deve ser precedida por uma imersão do pesquisador no contexto a ser estudado. Esta fase exploratória permite ao pesquisador, sem que seja necessário o detalhamento exigido numa pesquisa tradicional, definir algumas questões iniciais, além dos procedimentos adequados à investigação dessas questões.

Quando se trata de avaliação participativa, como o caso deste estudo, pode-se utilizá-la em qualquer etapa de um projeto, pois incorpora a perspectiva das populações beneficiadas na análise de aspectos e problemas relacionados ao planejamento, execução e resultados do projeto. As avaliações participativas procuram superar algumas deficiências das abordagens tradicionais, abrindo canais de participação entre usuários e gestores (COHEN e FRANCO, 1993).

De acordo com Valarelli (2001) a participação não se trata apenas uma questão de técnicas participativas (embora elas apoiem o processo), nem apenas um meio para que um projeto ou serviço seja mais eficiente e eficaz. É um processo que carrega a possibilidade de devolver a palavra a quem não tinha voz, nem era ouvido.

O preceito metodológico baseou-se na construção de uma estratégia de ação direcionada para o desenvolvimento rural local sustentável, que se configurasse como um processo pedagógico e, fundamentalmente, participativo, de modo a proporcionar o fortalecimento da comunidade dos Marins.

3.1 PESQUISA-AÇÃO

Os problemas sociais precisam ser pesquisados de forma coerente com a sua natureza. Quando o assunto é, em específico, a participação da comunidade as questões de coordenação e integração aliadas ao nível de dependência e interdependência reclamam o enfoque sistêmico para delineamento do problema e a sua modelagem.

Diferentes abordagens para resolução de problemas suscitam diferentes estratégias metodológicas. Não obstante, em qualquer tipo de estudo pode se valer de métodos quantitativos e qualitativos, como já discutidos anteriormente.

A palavra pesquisa se aplica de forma abrangente, englobando inclusive a fase de diagnóstico para resolução de um problema comunitário. Já na pesquisa-ação, por outro lado, há uma ação por parte dos pesquisadores, que mereça investigação para ser elaborada e conduzida.

Na pesquisa aqui proposta a pesquisadora têm papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e avaliação das ações, organizando assim suas próprias ações. De acordo com Thiollent (1988, p. 14), trata-se de pesquisa-ação, um tipo de pesquisa social com base empírica que é idealizada e realizada em estreita associação com uma ação ou com a solução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Para Morin (2004), a pesquisa-ação é participativa por essência, e afirma que a participação dos atores e dos pesquisadores é analisada em suas diferentes formas e graus de intensidade e se destinada à democratização das práticas educativas e sociais, nos campos em que ocorrem a pesquisa e a ação. Trata-se de um conhecimento baseado nas práticas educacionais e sociais dos grupos envolvidos, gerado a partir da interlocução entre pesquisadores e atores da situação observada e que se revela como sendo de grande utilidade para desencadear mudanças ou melhorias de diversos tipos.

Todo projeto de pesquisa-ação pressupõe uma forte interação com atores. Esse postulado, hoje, tende a tornar-se mais aceito em função da generalização do trabalho em parceria. Um importante avanço na sistematização da pesquisa-ação, tal como a concebe El Andaloussi (2004), consiste precisamente na problematização dos papéis os parceiros e no aprofundamento do próprio conceito de parceria. Isto é

fundamental para pensar os processos e relacionamentos que ocorrem à pesquisa-ação e, ao mesmo tempo, para ampliar a habilidade e a capacidade de gestão por parte dos responsáveis de projetos, como ocorre na pesquisa aqui proposta.

Adota-se, portanto como caminho metodológico, os fundamentos da pesquisa-ação e como instrumentos de coleta de dados, oficinas com relatos orais e escritos, utilizando-se métodos apropriados.

Conforme embasamento dos autores acima mencionados, o processo de pesquisa ação começa o seu ciclo com a identificação de um problema no seu contexto particular. Depois de identificar o problema dentro do contexto, o pesquisador trabalha para coleccionar os dados pertinentes. As fontes de dados podem incluir oficinas como é o caso aqui proposto a outras pessoas no ambiente, medidas complementares ou qualquer outra informação que os pesquisadores considerem relevantes.

Utilizar o método adequado de experimentação e assim fazer com que haja um processo de aprendizagem. Logo, um objetivo secundário da pesquisa ação é produzir a melhoria de entendimento do grupo de trabalho sobre o problema. E isso se faz com colaboração. Obter colaboração não é tarefa fácil, principal justificativa para se usar a pesquisa ação neste estudo. Em consequência, torna-se um dos objetivos secundários obter colaboração no processo de construção do modelo e da melhoria do entendimento do problema. Objetivamente, a construção social de conhecimento pressupõe uma interação e algum tipo de cooperação entre diversos atores. Uma vez reconhecido isso, podemos considerar que a metodologia de pesquisa adquire um carácter participativo (EL ANDALOUSSI, 2004).

Coleccionando dados sobre um problema da comunidade, a pesquisadora em método participativo identifica o problema e então geram possíveis soluções ao problema identificado. A avaliação para a comunidade pode agir como uma intervenção, ou os investigadores de ação podem implementar ações mais estruturadas que criam mudanças dentro do sistema. Os investigadores de ação continuam movendo por este ciclo até que se esgote o problema que foi identificado inicialmente (GOLDSTEIN, 1992; THIOLENT, 1988).

A metodologia de pesquisa ação aliada ao enfoque sistêmico pode ser de grande utilidade na mudança da forma com que os pesquisadores entendem a formulação de um modelo que torna capaz de facilitar a apreensão, compreensão e intervenção de problemas complexos em comunidades.

3.2 FASES DA PESQUISA

A metodologia foi composta por etapas conforme representação na Figura 2 e discriminada a seguir.

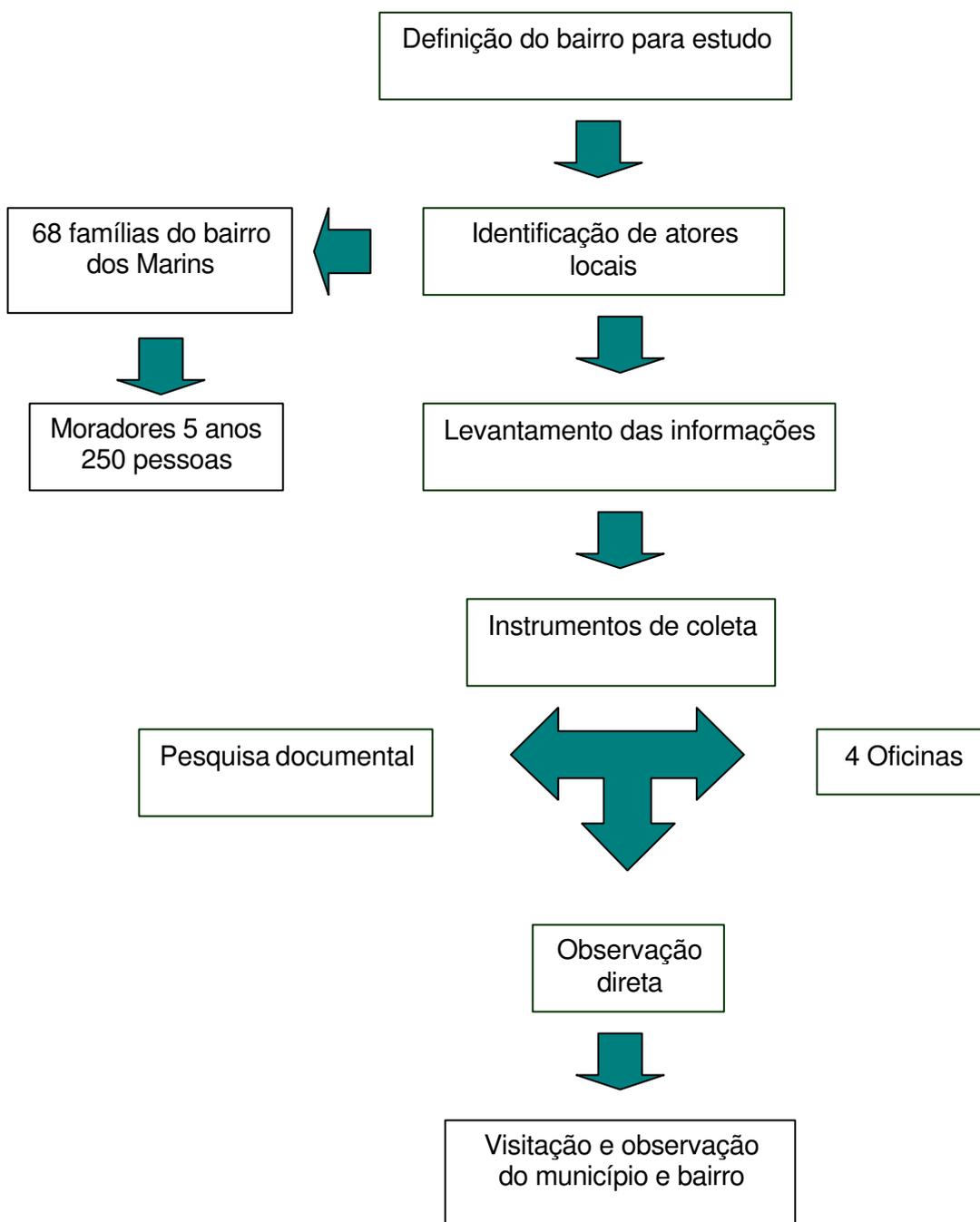


Figura 2: Etapas da Pesquisa

Fonte: Organização, Cíntia Manfredini, 2005.

3.2.1 Definição do Bairro para Estudo

Alguns fatores foram considerados na escolha do Bairro dos Marins para objeto de estudo no processo de participação da comunidade em projetos de desenvolvimento local, dentre elas:

- a) Vivência na localidade, pelo envolvimento em um Projeto maior já descrito na introdução deste trabalho;
- b) Desencadeamento da história recente do Bairro, pois parte da comunidade já desenvolveu disposições para discussões focada em melhoria da qualidade de vida;
- c) Existência de alguma forma de organização social;
- d) Percepção da comunidade com respeito à transformação do seu espaço e modo de vida devido ao crescimento desordenado do bairro e o surgimento do turismo;
- e) Trabalhos participativos já desenvolvidos com a comunidade por Instituições como a casa de Agricultura, CBH-PS e ONGs.

3.2.2 Identificação do Atores

O trabalho de campo na localidade consistiu em definir a população constante de produtores rurais, ou seus representantes, moradores há mais de 5 (cinco) anos. A definição da amostra foi realizada, de acordo com Mazzotti e Gewandsznajder (2001), de forma proposital, ou seja, feita em função das questões de interesse da pesquisa e também das condições de acesso e permanência no campo e da disponibilidade dos cidadãos selecionados.

Foi composta 68 (sessenta e oito famílias) com 81,8% de pequenos e 18,2% de médios agricultores familiar, 70% dos quais reside na localidade e a grande maioria com alfabetização até a quarta série primária.

A população do Bairro é de aproximadamente 250 habitantes residentes no Bairro e apesar da simplicidade os produtores apresentam bastante discernimento para o aprendizado e mostram boa disposição no exercício de suas atividades produtivas. Portanto, os moradores apresentam-se bastante dispostos a participarem das ações propostas pela pesquisa.

3.2.3 Levantamento das Informações

Desenharam-se os instrumentos para a coleta de dados que consistiu de observações diretas e da realização de 04 (quatro) Oficinas com metodologias específicas, já parte integrantes do Projeto “Conscientização e Percepção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba ao Ribeirão Passa Quatro”.

De acordo com Demo (1985), a observação direta de características qualitativas pretende chegar o mais perto possível da perspectiva do sujeito, tentando apreender sua visão de mundo ou mesmo, dos significados que atribuem à realidade e às suas ações. O processo de observação não se consubstancia num ato mecânico de registro. O observador está inserido num processo de interação e de atribuição de sentidos. Há níveis de participação que se diferenciam de acordo com o envolvimento/participação do pesquisador com o objeto pesquisado, bem como de sua matriz teórico-filosófica. É o objeto de pesquisa que vai fornecer as evidências capazes de fomentar uma decisão quanto à dimensão do período de observação e o grau de envolvimento necessário.

Nas ações desenvolvidas utilizaram-se ferramentas metodológicas participativas, implementadas através do processo denominado de Diagnóstico Rural (Rápido) Participativo (DRP), estruturado em momentos. O primeiro consistiu em realizar a leitura da paisagem local, através de visitação e observação em todo o município e aprofundando no bairro dos Marins. A proposta constitui-se em diferenciar *in loco*, as principais características sociais, econômicas e ambientais da realidade local, de modo a identificar e caracterizar o bairro no mapa do município e da região (BALDASSO e RIBEIRO, 1998; INCRA/FAO, 1999).

Foram, realizadas visitas informais, de casa em casa, nas 68 (sessenta e oito famílias) (Anexo C) do bairro dos Marins para apresentação e aproximação com a comunidade com intuito também de realizar um diagnóstico preliminar da percepção da comunidade com relação ao processo de desenvolvimento do bairro, do turismo e da proteção ambiental. Foram realizadas conversas informais com a comunidade que relataram momentos históricos, particularmente relacionados com as crises e rupturas que foram se sucedendo até a situação atual. Essa fase também contou com uma pesquisa documental nos registros do acervo histórico do município, especificamente na Prefeitura Municipal e Fundação Christiano Rosa.

Esta etapa de sensibilização, exploração e vivência no bairro, foi considerada essencial para a pesquisadora para melhor entendimento e colaboração da

comunidade, que consideraram-se importantes e úteis ao saber que estavam fornecendo informações e subsídios para uma pesquisa científica e que de certa forma poderiam auxiliar outras comunidades e divulgar o bairro e seu modo de vida.

Um outro momento se caracterizou pelo levantamento dos principais objetivos da comunidade, ou grupos, e frente a estes, uma análise dos potenciais locais e necessidades, através de oficinas, agendadas previamente, nas missas de domingo com o auxílio do Padre da igreja do bairro, que discutia as possíveis datas.

Utilizando-se nas oficinas métodos que oportunizassem a participação majoritária dos atores sociais, definiu-se as prioridades e os passos a serem dados: o que fazer; quando estas ações deveriam ser realizadas; quais os responsáveis e os recursos disponíveis e a buscar.

3.2.4 Diagnóstico Participativo das Oficinas

A metodologia adotada para a constituição das Oficinas baseia-se em uma adaptação do METAPLAN, Trabalho Participativo em Grupo, para aplicação do DRP – Diagnóstico Rápido Participativo.

No final dos anos 70, uma empresa alemã de consultoria METAPLAN desenvolveu um conjunto de instrumentos que viabilizam a maior objetividade na aplicação do enfoque participativo no trabalho em grupo. Pode-se dividir este instrumental em dois grupos: as técnicas de visualização e as técnicas de moderação.

Pelas técnicas de visualização entende-se a visualização continuada e instantânea do processo de debates e tomada de decisão pelo grupo, utilizando-se para tanto um conjunto específico de instrumentos: fichas coloridas, sobre as quais se escreve com pincel atômico, e que são afixadas em painéis especificamente preparados para este fim. O uso de fichas, de diferentes tamanhos e cores, afixadas ao longo do trabalho do grupo podem ser modificadas ou removidas, e estas constituem a parte mais visível do instrumental, assim facilitando o trabalho em grupo e a diversidade cultural e social do mesmo (BID EVALUACIÓN, 2000; BROSE, 2002).

Entende-se por técnicas de moderação o conjunto de procedimentos que são utilizados por uma pessoa na direção e suporte do processo do trabalho em grupo. Esta pessoa pode ser chamada de facilitador, ou moderador e pode tanto pertencer ao grupo, como ser um agente externo especificamente chamado para este fim. Esta pessoa utiliza diversos elementos metodológicos para facilitar os processos grupais,

além de técnicas e métodos específicos para estruturar o processo de construção das idéias (BID EVALUACIÓN, 2000; BROSE, 2002).

A ferramenta utilizada na moderação das Oficinas foi a problematização. O grupo foi estimulado a discutir, a pensar, a construir sobre determinados tópicos a partir de questões norteadoras, preparadas especialmente para aquele fim pela pesquisadora e orientador.

A inovação do método está na eficácia do seu uso de forma participativa, envolvendo todas as pessoas relacionadas com o projeto no processo de tomada de decisão.

Vale ressaltar que a condução dos trabalhos foi feita de tal forma a não dirigir as discussões e idéias, mas apenas esclarecer dúvidas e orientar Oficinas, além de proceder observações consideradas relevantes sobre o comportamento dos participantes do grupo. Esses, por sua vez, são considerados não como fonte de informação, mas como o principal protagonista do processo, de forma a obter-se um diagnóstico que represente as suas verdadeiras observações e sem permitir o prevailecimento de opiniões individuais.

As 4 Oficinas realizadas tiveram duração máxima de 4 (quatro) horas, uma foi realizada para apresentações das atividades e as outras 3 e constituíam-se de 4 (quatro) etapas, baseadas no DPR.

1. Identificação de problemas de acordo com a percepção individual de cada participante do grupo Cada participante registra em fichas dois ou mais problemas associados, segundo o seu critério pessoal de análise e julgamento, são os mais relevantes para o processo participativo.

2. Classificação dos problemas segundo a natureza - sob a orientação do moderador, o grupo organiza o elenco de problemas caracterizando a sua natureza - Técnica, Econômica, Política, Social ou Ambiental.

3. Hierarquização dos problemas - cada participante registra, de forma individual, o grau por ele estabelecido a cada problema, considerando a Frequência (F) do problema, a sua Gravidade (G) e a factibilidade de Solução (S) do problema perante o conhecimento tecnológico disponível na localidade, representado na Figura 3.

Item	Grau 1	Grau 2	Grau 3
Frequência (F)	Baixa	Média	Alta
Gravidade (G)	Pouca	Moderada	Acentuada
Solução (S)	Fácil	Moderada	Difícil

Figura 3: Quadro de Hierarquização de Problemas

Fonte: Emater-RS, 1997.

4. Priorização dos problemas - resultante da somatória de pontos consignada a cada item (F+G+S) consignando o grau de prioridade dado ao problema, representado no exemplo da Figura 4.

Problema Detectado	Pontuação			Somatória de Pontos	Prioridade
	F	G	S		
Políticas Públicas	10	10	9	29	29

Figura 4: Quadro de de priorização de problemas.

Fonte: Emater-RS, 1997.

3.2.5 Análise e Interpretação de Dados

Como a pesquisa poderá contribuir para outras comunidades rurais, além dos elementos referentes à metodologia empregada, utilizaram-se elementos de fontes bibliográficas e da experiência prática da pesquisadora, que vem desde dezembro de 2001 trabalhando com comunidades no Instituto Gondwana e Fundação Florestal (Programa de Ecoturismo). Embora a análise se atenha a fatores pesquisados na localidade, não se restringe aos fatos, busca-se nas oficinas a percepção dos participantes quanto aos fatos e possibilidades.

Os dados secundários foram fundamentais para a construção e consolidação das referências que deram base e consistência as Oficinas. Segundo Lüdke e André (1986) as características básicas de uma investigação qualitativa levam em consideração o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento e a preocupação com o processo tornando-se muito maior do que com o produto. E complementam afirmando que “o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador”.

A interpretação baseou-se no critério adotado por Comassetto (2000), com base referencial em Triviños (1992): a) nos resultados alcançados no estudo, obtidos nas oficinas, com as fichas resultantes transcritas literalmente em alguns casos; b) na experiência profissional da pesquisadora e orientador; c) na fundamentação teórica.

Procurou-se estruturar os fatores que evidenciassem as mediações que possibilitam identificar, ou balizar, o alcance de diversos outros possíveis dados (problemas), que não aparecem na primeira percepção dos participantes. Devem-se ainda sistematizar os fatores por grupo de afinidades, de acordo com a percepção da pesquisadora e de seu orientador.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIQUETE E BAIRRO DOS MARINS

A cidade de Piquete localiza-se no Estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba, encravada aos pés da Serra da Mantiqueira, na divisa com o Estado de Minas Gerais, conforme Figura 5, com área total de 16.600 ha, dividida em 2.515,4 ha de área urbana e 14.084,6 ha de área rural, com grande parte de seu território dentro de Área de Proteção Ambiental.

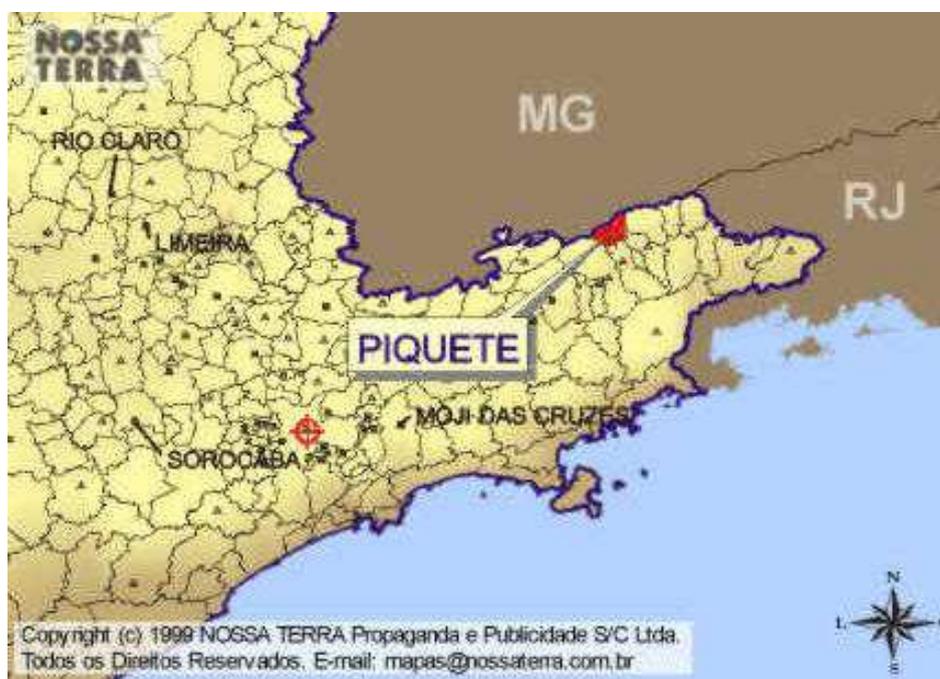


Figura 5: Localização do município de Piquete.

Fonte: Nossa Terra, 1999.

O acesso à Piquete pode ser feito pela rodovia Presidente Dutra para quem vem do Rio de Janeiro ou São Paulo, entrando à rodovia Lorena-Itajubá (BR 459) nas imediações do município de Lorena ou para quem vem do sul de Minas Gerais pela mesma estrada, também acessos são feitos pela rodovia Christiano Alves da Rosa (SP 183). Piquete dista 243 km do Rio de Janeiro e 203 km de São Paulo e tem uma bacia hidrográfica regional - rio Paraíba do sul e municipal – rio Piquete (PMP, 2003).

Tem como limites, Figura 6, no Estado de São Paulo as cidades de Lorena, Guaratinguetá, Cachoeira Paulista e Cruzeiro, e no Estado de Minas Gerais com as cidades de Delfim Moreira e Marmelópolis.

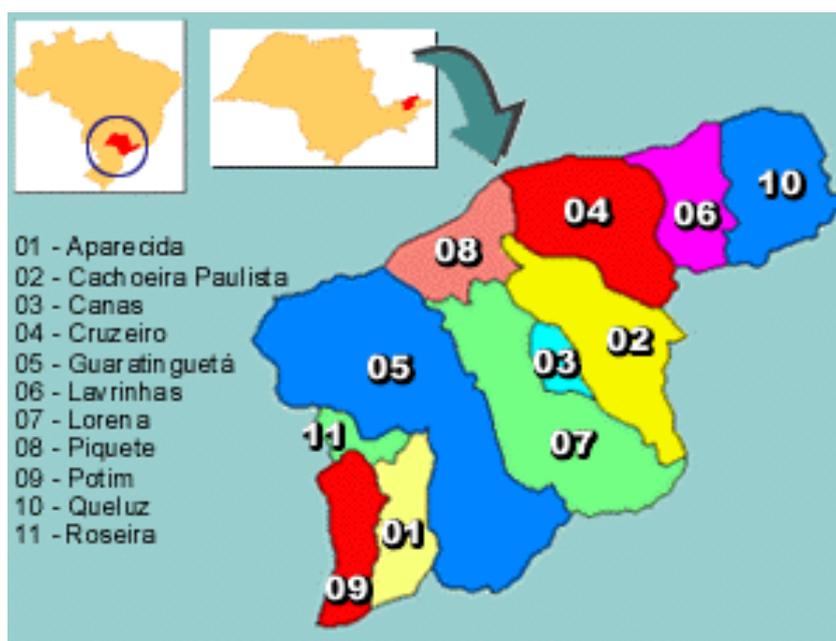


Figura 6: Limites e cidades vizinhas.

Fonte: PMP, 2002.

4.2 HISTÓRICO

Piquete começa a aparecer na história no desbravamento do Vale do Paraíba, por volta de 1628, com a concessão de terras a Jacques Félix e seus filhos, no sertão do rio Paraíba. Em 1645, Jacques Félix erigiu a vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, que se tornou o ponto principal a espalhar novos povoados, no ano seguinte concedeu sesmaria ao Capitão Domingos Luiz Leme, no sertão de Guaratinguetá, nascendo aí uma povoação que se elevou à categoria de Vila, em 1651, com o nome de Santo Antônio de Guaratinguetá. Dentro desse território encontravam-se as terras que mais tarde comporiam o município de Piquete.

Em 1703, o taubateano Miguel Garcia Velho, à frente de uma bandeira, descobriu as minas de "Caxambu" e "Itagybá", hoje município de Delfim Moreira. No entanto essas minas eram pobres, logo se esgotaram. Todavia, a força do bandeirismo começara a definhar após 1750. Com a abertura de novos caminhos nas Minas Gerais e a conseqüente diminuição do comércio no território valeparaibano, Lorena assim como Guaratinguetá e Pindamonhangaba instalaram engenhos de açúcar e aguardente, aproveitando a grande quantidade de escravos dispensados da mineração, época que provocou o urbanismo mais racional das Vilas e Freguesias.

No final do século XIX, o Município de Piquete, então chamado de Vila Vieira do Piquete, era exclusivamente agrícola, produzindo grandes e variadas quantidades

de produtos. O café sobressaía, seguido pelo fumo e os bairros rurais eram bem povoados, não havendo alta concentração populacional na cidade.

Já no início do século XX, em 1904, o governo brasileiro escolheu o Município para sediar uma fábrica de pólvoras, provocando grandes transformações sócio-econômicas. Os trabalhadores da lavoura foram transportados para a fabricação de produtos químicos, causando um intenso êxodo rural e, com isso, a agricultura entrou em decadência. Passa a existir a pecuária mista, como uma opção de atividade, pois não exigia mão-de-obra intensiva. A fábrica de pólvoras ordenava a vida do município, abastecendo com altos subsídios seus funcionários, colaborando para o enfraquecimento da produção agrícola da cidade.

A fábrica de pólvoras, hoje Indústria de Material Bélico Fábrica Presidente Vargas (IMBEL – FPV), nos últimos 30 anos, vem sofrendo também uma acentuada decadência, ocasionando uma alta taxa de desemprego. Tal fato repercute numa pequena tendência de retorno aos investimentos na zona rural, dentro de uma nova perspectiva de atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade), expressando uma pequena tendência de reversão do êxodo rural.

A agricultura local é decadente, com dificuldades de mão-de-obra, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. A maioria dos que permaneceram na atividade utiliza-se de técnicas de produção bastante rudimentares, os pequenos produtores sofrem com o baixo preço do leite, o que tem estimulado a procura por alternativas econômicas.

4.3 DADOS SOCIOECONÔMICOS

A origem da população de Piquete identifica-se com a colonização do País, formada por portugueses, espanhóis, negros escravos e índios e segundo dados do IBGE (2000), a população do município é subdivida em 14.191 (quatorze mil cento e noventa e um) habitantes na zona urbana e 987 (novecentos e oitenta e sete) habitantes no perímetro rural, totalizando 15.178 (quinze mil cento e setenta e oito) habitantes, sendo 7.761 mulheres e 7.417 homens. A cidade ainda conforme, conta com 16,22 nascimentos e 7,55 mortes para cada 1.000 habitantes.

O número médio de pessoas por família, em domicílios particulares é de 4 (quatro) moradores, em 3.871 (três mil oitocentos e setenta e uma) residências aproximadamente. Os domicílios existentes na área urbana são 3.591 (três mil quinhentos e noventa e um) e na área rural são 233 (duzentos e trinta e três) (SEADE, 2000). E a renda familiar do município gira em torno de 01 (um) a 02 (dois) salários mínimos por mês.

No ano de 1996, a densidade demográfica da cidade era de 88,78 hab/km² e que em 2000 essa taxa ficou em 89,28 hab/km², conforme dados SEADE (2000). Pode-se avaliar, então, que não houve um crescimento significativo da população neste período, apenas 0,5 hab/km².

A agricultura local se reduz na pequena produção de milho, feijão, batata e cana-de-açúcar e a pecuária em sua maioria na criação de gado holandês e mestiço para produção de leite e corte (CATI, 2001).

A População Economicamente Ativa é esta estratificada conforme Tabela 4.

Tabela 4: População Economicamente Ativa

Setor Primário	
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.	6 p. o. para 3 unidades locais
Setor Secundário	
Indústria de transformação	194 p.o. para 15 unidades locais
Setor Terciário	
Distribuição de eletricidade, água e gás.	0 p. o. para 2 unidades locais ¹³
Construção	4 p.o. para 2 unidades locais
Comércio, reparação de veículos e outros.	275 p.o para 159 unidades locais
Alojamento e alimentação	51 p.o.para 42 unidades locais
Transporte, armazenagem e comunicações.	24 p.o.para 5 unidades locais
Intermediação Financeira	19 p.o.para 2 unidades locais
Imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2 p.o.para 1 unidades locais
Administração pública, defesa e seguridade social	297 p.o.para 2 unidades locais
Educação	65 p.o.para 6 unidades locais
Saúde e serviços sociais	0 p.o. para 1 unidade local ¹⁴
Outros serviços coletivos e sociais e pessoais	36 p. o. para 23 unidades locais
Total de p. o. (pessoas ocupadas) é de 937 (novecentos e trinta e sete)	

Fonte: IBGE, 2000; Cadastro Central de Empresas, 1996 e Malha Municipal Digital do Brasil, 1997.

A cidade possui 4 (quatro) indústrias: Imbel (fabricante de explosivos), J. Armando, S. Sakashita e Renaplast (plásticos). Possui 69 (sessenta e nove) estabelecimentos comerciais entre agências bancárias, supermercados, mercadinhos,

¹³ Possui o serviço e o trabalhador não é da localidade

¹⁴ Também possui o serviço mas o trabalhador não é do município.

bares, padarias, lojas de roupa entre outras. Existem ainda hotéis e pousadas na área urbana e rural (PMP, 2001).

Aproximadamente 70% (setenta por cento) do território municipal se encontra dentro da APA (Área de Proteção Ambiental), conforme Decreto nº 91.304 de 03 de junho de 1985. Algumas árvores das matas do município possuem líquen vermelho, só existentes em locais cujo nível de poluição do ar está próximo de zero.

Piquete possui 43 km (quarenta e três quilômetros) de vias públicas urbanas, sendo 32 km (trinta e dois quilômetros) pavimentadas e 11 (onze) não pavimentadas; as estradas municipais rurais formam 94 km (noventa e quatro quilômetros), as estaduais 7 km (sete quilômetros) e as federais 21 km (vinte e um quilômetros). As estradas de um modo geral estão bastante esburacadas, com pouca sinalização e em alguns trechos não possuem acostamento (PMP, 2001).

O abastecimento de água é feito por captação superficial (mananciais) e por captação subterrânea (poços artesianos). Os rios que abastecem as represas são o Ribeirão Minas, a Água da Prata e o Coura. A captação dos mananciais é feita através das represas Benfica e Coura. O sistema de escoamento de esgotos no município é bem precário e não atende às normas de higiene e saúde pública. Constitui-se de malhas isoladas de manilha de barro que captam esgotos de ruas e os lançam nos córregos ou rios que atravessam a cidade. A extensão total da rede é de 28 km. Não é feito nenhum tratamento de esgoto, isso provoca total desaparecimento de espécies da fauna aquática.

A coleta de lixo é feita por caminhão e a destinação final foi formulada a partir do Programa de Aterros Sanitários em Valas, desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado, e foi destacada no Estado como exemplo de boa gestão na coleta de lixo já que em 2000, a cidade recebeu nota 1,0 da Cetesb devido ao lixo inadequado. A nota subiu para 10 e hoje os bairros da zona rural têm coleta de lixo.

Piquete possui iluminação pública e domiciliar em todas as ruas. É servida de energia elétrica pela ELEKTRO, e uma linha circular de ônibus urbano.

A cidade possui um laboratório médico, uma Unidade Mista de Saúde com 30 (trinta) leitos (antigo hospital) e dois postos médicos nos bairros de Santo Antônio e Santa Isabel, possui ainda uma agência dos Correios e o serviço de telefonia é prestado pela Telefônica, com cerca de 1.200 (mil e duzentos) telefones instalados e uma torre de telefonia celular. Circulam pela cidade os Jornais “Cidade Paisagem” e “O Estafeta” (órgão informativo da Fundação Cristiano Rosa) ambos de circulação mensal. Possui Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia e Delegacia de Defesa da Mulher (PMP, 2001).

O município de Piquete está engajado no PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo) e pelo segundo ano consecutivo ganhou o selo de “Cidade Turística” (PMP, 2001).

4.4 BAIRRO DOS MARINS

Na área abrangida pelo Bairro dos Marins, dentro da microbacia do Ribeirão Passa Quatro, a atividade pecuária e a agroindústria caseira ainda constituem a mais significativa forma de ocupação das 68 (sessenta e oito) famílias (Anexo C).

Nota-se na comunidade uma disposição para a discussão em busca da reestruturação do espaço rural no município, que gere a diversificação de atividades, possibilitando a permanência do homem no campo, oferecendo assim alguns vislumbres de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de sua família.

Dentro deste contexto, no mês de maio de 1998, o município de Piquete, apresentou a CATI/SAA-SP (Casa da Agricultura e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) a proposta de adesão para sua participação do PEMBH (Plano Estadual de Microbacias Hidrográficas), sendo priorizado, pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, para receber o programa.

A primeira etapa constitui-se na divulgação do Programa e escolha, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, da Microbacia Hidrográfica a ser trabalhada no município, selecionando-se a Microbacia do “Ribeirão Passa Quatro”, caracterizada pela predominância de pequenas propriedades geridas de modo familiar, localizada numa região onde há conflitos entre a produção agropecuária e a preservação ambiental, além de estar nos limites da APA da Serra da Mantiqueira, micro-região que contém o Bairro dos Marins, objeto de estudo.

A Fundação Christiano Rosa em uma segunda etapa elaborou o Projeto “Conscientização e Percepção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba ao Ribeirão Passa Quatro”, com apoio do CBH-PS e da Fundação Florestal, financiado com recursos do FEHIDRO, por meio do BANESPA e deu andamento em diversas etapas. Esta proposta de desenvolvimento sustentado, discutida e aprovada pela comunidade, parte da hipótese de que é possível desenvolver na região da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Passa Quatro atividades agrícolas e pecuárias não predatórias, consorciadas a atividades de turismo a lazer, para um público regional, a qual é reverenciada como uma grande oportunidade para a diversificação da atividade e aumento de renda da família rural.

Neste trabalho buscou-se através de um processo de mobilização da comunidade, realizar um trabalho com a metodologia do Diagnóstico Rápido

Participativo, juntamente com o Metaplan, para evidenciar os problemas encontrados na participação da comunidade e as propostas de soluções pela mesma, no Projeto “Conscientização e Percepção Ambiental de Bacia Hidrográfica: do Rio Paraíba do Sul ao Ribeirão Passa Quatro, Piquete, SP”, como um todo.

A fim de validar-se o processo de diagnóstico decidiu-se compô-lo por algumas ferramentas bibliográficas da Prefeitura Municipal de Piquete e Casa da Agricultura Municipal, como: levantamento socioeconômico, levantamento de estradas rurais, levantamento comunitário e mapeamento agroambiental, descritos a seguir.

4.4.1 Características do Bairro dos Marins

O bairro dos Marins dista do município de 14,4 km em estrada de asfalto e do bairro até a divisa do Estado de São Paulo com Minas Gerais, especificamente o município de Marmelópolis 6,0 km em estrada de terra, com alguns trechos com paralelepípedos, conforme Figura 7, da Microbacia do Ribeirão Passa Quatro.

A topografia acidentada e o traçado das estradas dificultam a manutenção, tornando-se importante à intervenção, através de técnicas adequadas de conservação de solo e estradas.

ESTRADA	CÓDIGO P.M.P.	EXTENSAO	TIPO
Piquete - Bairro Marins	PQT-124	14,4 km	ASFALTO
Bairro Marins - Divisa de Estado	PQT-124	6,0 km	TERRA
Divisa de Estado - variante PQT-124	PQT-406	1,7 km	TERRA
Fazenda Santa Inêz	PQT- 428	2,6 km	TERRA
Estrada do Pastor		1,4 km	TERRA
Estrada dos Domingues		0,4 km	TERRA
Estrada do Curiaco		1,0 km	TERRA

Figura 7: Quadro da Malha Viária da Microbacia

Fonte: CATI, 2002.

A região da MBH do "Ribeirão Passa Quatro", é geradora de água, pois possui um grande número de nascentes, córregos e riachos concentrados numa pequena área geográfica, possui ainda grandes glebas com remanescentes florestais de Mata Atlântica, fato que torna notória a presença de uma série de vegetações e animais hoje raros no Estado.

Como exemplo, podem-se encontrar bosques de candeia, remanescentes de palmito e taquarussu, bem como animais como lobo guará, jaguatiricas, onça parda e pintada e algumas aves raras (CATI, 2002).

Um dos principais problemas do bairro refere-se ao lançamento do esgoto doméstico a céu aberto e nos córregos, a presença de pontos de acúmulo de esterco animal, que são lançados aos córregos por lixiviação, e a deposição do lixo doméstico em áreas inapropriadas.

4.4.2 Atividades Econômicas:

A renda das famílias em grande parte, 80% (oitenta por cento) aproximadamente, segundo a CATI (2002), vem prioritariamente da produção artesanal de queijo minas frescal, minas meia cura, mussarela e nozinho, que são comercializados de maneira informal (sem registro) no município de Piquete.

A renda é freqüentemente suplementada pela comercialização de outros produtos agrícolas como, banana, figo, jaboticaba, feijão e hortaliças, pela comercialização de pequenos animais como, frango, suíno (leitões) e também pela prestação de serviços braçais na própria microregião, tais como, roçada e limpeza de pastos, serviços de tração animal, pedreiro, etc.

A região se destaca pela pequena disparidade econômica entre os produtores residentes, a Tabela 5 refere-se à distribuição fundiária, porém a renda familiar oscila em função das características da atividade produtiva e da produtividade variada conforme mostra as Tabelas 6 e 7. A relação nominal dos produtores da MBH, está no Anexo C.

Tabela 5: Estrutura Fundiária da Microbacia do "Ribeirão Passa Quatro"

ESTRATIFICAÇÕES	PROPRIEDADES		ÁREA	
	PROPRIEDADES	% ÁREA	ha	%
ATÉ 10 há	28	43	52,8	3,46
10 – 50	29	44	799,1	52,30
50 – 100	08	12	560,5	36,68
100 – 200	01	01	115,5	7,56
200 – 500	---	---	---	---
500 – 1000	---	---	---	---
TOTAL	66	100	1527,9	100

Fonte: CATI, 2001.

Obs. Das 28 propriedades com até 10 ha, 15 são propriedades residenciais ou áreas de recreação, não Unidades Produtoras Agrícolas.

As atividades agropecuárias e agroindustriais caseiras ainda constituem a mais significativa forma de ocupação e geração de renda das famílias. Porém, através das transformações no meio rural da micro-região buscou-se o incremento da pluriatividade, ou seja, a estabilização da produção leiteira, a busca de alternativas agrícolas geradoras de maior renda, a expansão das atividades não agrícolas, a transformação do espaço de produção em espaço de consumo da natureza pelos turistas, a prestação de serviços agrícolas e as atividades turísticas e de moradia para trabalhadores autônomos (CATI, 2001).

Tabela 6: Atividades Agrícolas

EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	ÁREA	Nº DE PROD.	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE
Capim Brachiária	526,6	41	---	---
Capim Gordura	235,6	13	---	---
Milho	51,7	29	1300 sc.	25 sc. / ha
Capim Napieir	34,0	29	---	---
Cana Forrageira	22,4	26	800 ton.	35 ton. / ha
Eucalipto	21,2	06	1600 m ³	200 m ³ / ha
Banana	17,8	25	150 ton.	10 ton. / ha / ano
Feijoo	12,7	10	125 sc.	10 sc. / ha
Pomar Doméstico	6,0	10	---	---
Mandioca	4,4	08	40 ton.	10 ton. / ha
Batata Inglesa	2,8	03	14 ton.	5 ton. / ha
Batata Doce	1,5	02	10 ton.	6 ton. / ha
Abóbora	1,0	01	7 ton.	7 ton. / ha
Horta Doméstica	1,0	25	---	---

Fonte: CATI, 2001.

Tabela 7: Atividades Pecuárias

EXPLORAÇÃO	REBANHO (cb)	N.º PROD.	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE
Gado de Leite	753	30	550.000 litros	7 litros / dia
Gado Misto Corte	330	06	1.500 arrobas	5 arrobas / cab. /ano
Gado Misto LeiteCorte	273	16	130.000 litros 500 arrobas	4 litros / dia 3 arrobas / cab./ano
Avicultura Caipira	975	28	10.000 dz 1.400 kg	30 dz / dia 60 frangos / mês
Apicultura	40	01	800 kg	20 kg / colm. / ano
Piscicultura	100	01	1.800 kg	150 kg / mês
Caprinocultura	35	03	7.300 litros	2 litros / dia
Gado de Leite	753	30	550.000 litros	7 litros / dia
Gado Misto Corte	330	06	1.500 arrobas	5 arrobas/ cab. /ano

Fonte: CATI, 2001.

Embora a energia elétrica esteja disponível em 96% das propriedades da MBH, a infraestrutura disponível entre os produtores rurais é de maneira geral muito precária, caracteriza-se na sua maioria por instalações bastante simples, algumas até rudimentares, predominando estábulos e currais construídos de madeira roliça fechado com réguas de madeira nas laterais, baixa altura do pé direito e calçamento de pedras ou concreto bruto.

Confrontando com a rusticidade das instalações observa-se um elevado cuidado com a higiene e limpeza dos utensílios, do processo de ordenha e produção de queijo, que na maioria das propriedades é no interior das cozinhas das residências dos produtores, e em alguns casos, em cômodos anexos às mesmas. No que se refere a equipamentos, destaca-se como regra geral nas propriedades a presença de uma picadeira de forragem estacionária e o uso de tração animal.

4.4.3 Formas Organizacionais

As formalizadas pouco aparecem na comunidade, apenas 15 % dos produtores são associados ao Sindicato Rural de Lorena e Piquete, com participação quase nula junto a Instituição, 5 % fazem parte da Associação de Produtores de Banana com participação ativa na Entidade (CATI, 2001). Porém algumas organizações informais, nascidas dentro da comunidade com caráter religioso, tais como, o Grupo Carismático Frutos da Fé e a Conferência Vicentina Nossa Senhora Aparecida, atuam com regularidade, desfrutando de bom reconhecimento por parte da comunidade local.

A comunidade rural é regida pela reciprocidade camponesa e administra o acesso a terra, tratando com reciprocidade a produção e a redistribuição da força de trabalho. Seus moradores distinguem as regras transmitidas de uma geração à outra desenvolvendo vínculos muito estreitos entre si, sobressaindo valores como prestações de ajuda mútua, mutirão e as redes de proximidade.

De maneira em geral os agricultores que desenvolvem atividades de campo e moradores ocupam espaços que foram anteriormente fazendas, e que passaram, posteriormente, pela divisão decorrente de heranças sucessivas ou por transações. É comum ainda na comunidade manter o nome da fazenda de origem.

A infra-estrutura comunitária disponível se restringe a acomodações da Escola Municipal Rural “Francisca Ribeiro Rodrigues”, Figura 8, e da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, Figura 9, utilizadas com frequência para reuniões e festividades que ocorrem na comunidade. Quando a infraestrutura relacionada ao sistema produtivo da MBH é praticamente inexistente.



Figura 8: Escola Municipal Rural "Francisca Ribeiro Rodrigues"

Fonte: Cíntia Manfredini, Julho, 2004.



Figura 9: Igreja de Nossa Senhora Aparecida

Fonte: Cíntia Manfredini, Julho, 2004.

Detectou-se no Plano de Microbacia Hidrográfica: do “Ribeirão Passa Quatro” um potencial para surgimento de novas formas organizacionais, derivando uma necessidade de trabalho, de apoio e incentivo a comunidade, em especial do Bairro dos Marins, no sentido de organização de pessoas com interesses comuns, destacando tendências para o turismo rural e ecoturismo.

4.4.4 Características Culturais

A população que compõe a comunidade dos Marins se fixou no bairro no século passado (a maioria das famílias), migrantes oriundos das cidades vizinhas do sul de Minas Gerais. Existem ainda famílias remanescentes da época da exploração cafeeira do Vale do Paraíba e até mesmo alguns descendentes de escravos (PMP, 2002).

Esta genealogia foi bastante mesclada na comunidade, formando grandes laços de parentesco entre a população local. As características culturais são fortemente evidenciadas pelas raízes que ainda são cultivadas e pela hospitalidade que é notória na comunidade, mostrando o grande potencial de interação desta comunidade.

Pode-se relacionar alguns produtores que realizam trabalho de tração animal como aração, formação de pastagens, transporte de insumos, colheita, etc.

Destaca-se ainda o transporte de alunos realizado pela Prefeitura Municipal, que funciona como apoio no deslocamento da população da comunidade dos Marins até a sede do município.

4.4.5 Atrativos Turísticos

A análise da oferta turística que se segue, foi desenvolvida tendo por base, dados secundários coletados junto a Prefeitura Municipal de Piquete e a pesquisa de campo realizada no período de junho de 2003 a julho de 2004, junto aos principais atrativos do bairro dos Marins.

Os aspectos naturais são os maiores atrativos turísticos da região, pois o município conta com grandes áreas destinadas à preservação ambiental, o que por si só define um perfil turístico voltado para questões relacionadas ao meio ambiente.

A cidade conta com aproximadamente 4 (quatro) famosas cachoeiras, 3 (três) rios, 4 (quatro) picos e 2 (duas) trilhas mais conhecidas, boa parte dentro da microbacia.

A Cachoeira do Curiaco é uma das mais freqüentadas e localiza-se no bairro dos Marins, e o acesso é feito pela continuação da estrada. Seu aspecto geográfico é montanhoso, rochoso e arborizado. Possui três quedas d'águas, tendo seu acesso somente por trilhas. A área do poço de cima é de 7m (sete metros) e do poço de baixo de cerca de 8m (oito metros) com profundidade de 4m (quatro metros). A formação da cachoeira se dá no Pico dos Marins com altura de 8m (oito metros). Não contém infraestrutura turística, mas sua segurança é boa. A via de acesso é regular, contendo também urbanização e paisagismo. Possui pouca movimentação e sua demanda é constituída pelos visitantes das cidades vizinhas. A possibilidade da prática de esportes é regular, não havendo possibilidades de pesca. Uma das curiosidades é a regeneração da vegetação do local, o local não é muito poluído e não tem piscosidade. Não existe lenda sobre a cachoeira.

O Rio Passa Quatro atravessa toda a extensão da cidade de Piquete e sua nascente se localiza na região do Pico dos Marins. Seu principal afluente é o Monjolo. Não é considerado navegável e existem em seu leito aproximadamente quatro cachoeiras e dois poços.

O Pico dos Marins, Figura 10 e 11, é maciço rochoso, considerado um dos pontos culminantes do estado de São Paulo, localizado na Serra da Mantiqueira, pertencendo à cidade de Piquete, atinge em seu cume uma altitude de 2420.7m (IBGE, 2000). Apesar de uma trilha de dificuldade média (em comparação a outros picos no Brasil) o Marins é um ponto muito recomendado devido a sua grande beleza, que nos dias e noites de boa visibilidade, permite que sejam vistas várias cidades ao seu redor com mais de 1500 metros de desnível.



Figura 10: Pico dos Marins I

Fonte: Cíntia Manfredini, Julho, 2004.



Figura 11: Pico dos Marins II

Fonte: Cíntia Manfredini, Julho, 2004.

Estas áreas são propícias para a realização de caminhadas, porém as trilhas do bairro estão sendo mapeadas e catalogadas de acordo com o seu grau de

dificuldade, pelos técnicos que trabalham no Projeto da Fundação Christiano Rosa - “Conscientização e Percepção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba ao Ribeirão Passa Quatro” - com apoio do CBH-PS e da Fundação Florestal, financiado com recursos do FEHIDRO, por meio do BANESPA.

A mais conhecida é a trilha ao Pico dos Marins, seu acesso é pela estrada dos Marins. Existem várias trilhas de acesso ao Pico dos Marins; estas são percorridas em caminhadas forçadas em terrenos com aclives e não sinalizadas. A flora e a fauna são características do local, permite o acesso ao público, e não possui estacionamento.

O povoamento da região de Piquete e bairro dos Marins deixou marcas passíveis de aproveitamento turístico, principalmente da época do café, tanto no que se refere à sua história quanto à herança cultura, Figura 12. Tem-se no tropeirismo a principal marca do bairro, que, contam a comunidade, foi um “Descaminho do Ouro”, ou seja, um caminho clandestino para o transporte do ouro que vinha de Minas Gerais. Um pouco dessa história, Figura 13, é resguardada pela comunidade e se encontra no Museu do “Seo” Lucas.



Figura 12: Peças Fazenda Santa Lídia

Fonte: Cíntia Manfredini, Setembro/2004.



Figura 13: Museu do “Seo” Lucas: Cantinho dos Marins

Fonte: Cíntia Manfredini, Setembro, 2004.

A gastronomia dos Marins dá ênfase aos pratos típicos “da terra”, ou seja, compostos da comida tropeira, tanto doces quanto salgados. Os principais pratos são: feijão tropeiro, arroz de carreteiro, canjiquinha, Figura 14, com suã e costela.



Figura 14: Canjiquinha do “Seo Quito”

Fonte: Cíntia Manfredini, Julho, 2004.

Doces em compota principalmente de abóbora, batata doce e banana, Figura 15. Existem casas que oferecem refeições e o famoso café da roça.



Figura 15: Compotas feitas pelas mulheres.

Fonte: Cíntia Manfredini, Agosto, 2004.

No bairro dos Marins não há pousadas ou hotéis, mas a comunidade aluga quartos para turistas que pretendem subir o Pico ou aproveitar as trilhas e cachoeiras, Figura 16.



Figura 16: Poço do Curiaco

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.

4.5 RESULTADOS DAS OFICINAS

A estrutura adotada para a realização da pesquisa, foi descentralizada e dinâmica, resultando-se conveniente para a realização do trabalho, tanto pelo nível de conhecimento e de engajamento com as questões, quanto pela oportunidade de fortalecer uma articulação de competências e experiências diversificadas, mas complementares e sinérgicas, do ponto de vista temático. Ambos os aspectos, sem dúvida, contribuíram de modo decisivo para alcançar a qualidade das atividades realizadas.

Com o objetivo de uma discussão aprofundada de aspectos relevantes à metodologia do trabalho a ser executado foram realizadas reuniões estruturadas, em Taubaté, na Universidade, observando-se rotinas e procedimentos sistemáticos.

Realizaram-se viagens ao bairro dos Marins, com permanência de tempo necessário para cumprir uma agenda previamente estabelecida, aplicando-se as atividades com a comunidade local e/ou acompanhando outras que fossem consideradas relevantes.

Além disso, periodicamente foram realizadas reuniões informais da qual participavam os profissionais da Fundação Christiano Rosa para avaliar para o andamento das atividades e procedimentos comuns para o Projeto maior.

Dessa forma, durante toda a etapa garantiu-se a troca de opiniões e a discussão sobre os aspectos mais relevantes do trabalho realizado em cada fase, bem como se assegurou a coerência e o nexos entre os resultados obtidos nas diversas atividades.

Esses eventos mostraram-se também indispensáveis para corretamente interpretar os resultados do processo agregado de atividades, realizar as análises pertinentes e chegar às conclusões e recomendações apresentadas neste trabalho.

4.5.1 Caracterização dos Participantes das Oficinas

Buscou-se identificar os moradores do bairro, residentes há mais de 5 (cinco) anos, contatando 68 famílias, que foram visitadas informalmente de casa em casa, no prazo de uma semana, totalizando-se 250 pessoas moradoras do Bairro dos Marins.

O número médio de participantes nas Oficinas foi de 40 pessoas e a grande maioria, aproximadamente 70%, possuem alfabetização até a quarta série primária e formada por homens acima de 50 anos, senhoras “do lar” e que auxiliam na produção agrícola e filhos de agricultores e estudantes do ginásio.

4.5.2 Participação da Comunidade

A apresentação e convite para uma conversa inaugural de sensibilização, na escola do bairro que posteriormente se tornou sede oficial das oficinas deu-se em visitas informais de casa em casa. No evento propôs-se uma apresentação do Projeto da Fundação Christiano Rosa e da pesquisa e uma confraternização do bairro Figura 17. Cada morador trouxe sua especialidade para compartilhar com a comunidade: sua culinária, seus dons artísticos e musicais, Figuras 18 e 19.



Figura 17: Apresentação do Projeto e Pesquisa

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Figura 18: "Seo" Joaquim e D. Cida

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Figura 19: Artesanato do Bairro

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.

Realizou-se ainda duas dinâmicas durante a preparação, o Exercício dos Quadrados foi a primeira que visou à coesão do grupo, sensibilização da participação conjunta, verificação que os objetivos individuais devem às vezes ser postos em segundo lugar para que o do grupo tenha prioridade e depois o individual seja alcançado, Figura 20, (Anexo D).

E de acordo com depoimentos de participantes: “A comunicação entre todos é um fator muito importante, acho que a compreensão nesta dinâmica e para a vida pessoal nossa ganhou outra importância...” Grupo 1.

“Às vezes a gente tem que deixar de olhar no próprio umbigo e ver que se a gente ajudar os outros primeiro a gente também sai ganhando”. Grupo 7.

“... é muito difícil isso, ter essa paciente e não falar nada, esperar que o outro veja que tem que abrir mão do seu objetivo pequeno para ajudar todo o grupo deu calor e nervoso demais. Mas é a realidade”. Grupo 9.

A outra dinâmica, denominada Exercício da Comunicação, teve como objetivos demonstrar a importância de falar de forma clara, direta sem interferências para que a informação não fique distorcida e evitar contar histórias, saber dos fatos verdadeiramente – origem fofocas e boatos (Anexo E).



Figura 20: Atividades da Oficina de Apresentação.

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.

As Oficinas em geral tiveram a duração 4 (quatro) horas e refletiu a preocupação de aplicar à realidade local os conhecimentos e a experiência dos participantes, através da realização de uma análise conjuntural e, ainda, na identificação de ações e iniciativas capazes de desempenhar papel relevante na dinâmica do desenvolvimento local. Os trabalhos realizados aconteceram satisfatoriamente com instalações e horários compatíveis com as necessidades do local, respeitando os tempos de trabalhos domésticos e rurais, como por exemplo, o horário da ordenha.

A moderação apenas disponibilizou meios sistemáticos para a identificação dessas linhas de ações e seu papel se circunscreveu a:

- ✍ Estimular a participação ouvindo a todos;
- ✍ Visualizar as idéias no momento em que elas ocorrem (painéis);
- ✍ Criar e reorganizar de forma coletiva as informações;
- ✍ Exibir continuamente os progressos dos resultados;
- ✍ Buscar negociar acordos sobre objetivos, formulados o mais inequivocamente possível.

A participação da comunidade ocorreu com desenvoltura embora em algumas atividades, a participação foi reduzida, pelos moradores também participarem de outras atividades (agrárias e profissionais) no mesmo período, o que ocasionou vários atrasos e algumas faltas no dia inteiro ou parcial.

Na primeira oficina as atividades iniciaram-se com as apresentações dos participantes e da pesquisadora a explicação de como se realizaria as atividades, de forma participativa e com visualização em painel, Figura 21, conforme Figura 22.



Figura 21: Atividades da Oficina de Apresentação.

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.

Após, em grupos de três elementos, iniciou-se uma reflexão, para nivelamento dos conceitos e iniciação do debate, sobre os conceitos de Sustentabilidade, Desenvolvimento Local e Regional e sobre o que se considera mais importante para o desenvolvimento da comunidade, do bairro e da região, descritos na Figura 23. Quanto aos conceitos cada grupo chegou a um consenso, refletindo uma imagem-objetivo que, do ponto de vista do grupo, é desejável alcançar.

RECOMENDAÇÕES PARA A ESCRITA NAS FICHAS	
O QUE ?	POR QUE ?
Letra legível	Facilita a leitura
2 a 3 Linhas no máximo	Facilita a leitura à distância
Uma idéia por ficha	Facilita a estruturação das idéias
Escrever de forma clara e concisa	Reduz os mal entendidos

Figura 22: Quadro de recomendações para escrita nas fichas das oficinas

Fonte: Organização, Cíntia Manfredini, 2005.

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO			
Geração Empregos	Qualidade de vida	Ações sociais ambientais e econômicas	Políticas Públicas
Captação de recursos	Despoluição	Incentivo	Planejamento
Fiscalização/Monitoramento	Acompanhamento	Cuidado	Recursos
Verde e Vida	Água (rio, cachoeira).	Ajuda Mútua	Dinheiro
Integração	Participação	Agricultura desenvolvida conforme sua tradição	Meio ambiente (água, saúde, questão sanitária)
DESEJÁVEL ALCANÇAR = CONSENSO E INTEGRAÇÃO			

Figura 23: Quadro de Conceitos

Fonte: Organização, Cíntia Manfredini, 2005.

Na segunda parte, os participantes foram solicitados a escolherem frases e se organizarem em grupos, para discutirem as afinidades e diferenças com o objetivo de integrar o grupo para aprofundamento da discussão.

Na seqüência, os mesmos grupos foram solicitados a identificar os critérios que nortearam a hierarquização dos itens, chegando a classificação desses critérios por ordem de importância. Tais critérios também foram transcritos em tarjetas e colados em painéis, conforme Figura 24, de modo que todos puderam visualizar e comparar os pontos comuns, presentes nas análises desenvolvidas pelos grupos, e cada grupo

elegeu um relator que apresentou as conclusões para o grupo maior. Nesse exercício visou-se um treinamento quanto à ordem de importância.

FRASE	HIERARQUIA
Ir ao encontro das pessoas ajudando-as	1º
Não ter medo	2º
Aceitar os outros	3º
Saber que eu sou capaz	4º
Gostar de si	5º
Ser independente	6º
Procurar a verdade	7º
Ter pessoas prontas para me ajudar	8º

Figura 24: Quadro de Afinidades e Diferenças entre grupos

Fonte: Organização, Cíntia Manfredini, 2005.

4.5.3 Sensibilização da Comunidade

Após essa atividade pode-se fazer um levantamento geral de problemas, respeitando a metodologia e os recortes indicados nos termos de referência utilizados, para identificar os principais fatores que influenciam iniciativas comunitárias no processo de desenvolvimento de uma pequena localidade da região serrana do Vale do Paraíba.

A identificação de problemas foi realizada de acordo com a percepção individual de cada participante e do grupo registrados em fichas com dois ou mais problemas associados, segundo o seu critério pessoal de análise e julgamento.

Assim pela metodologia adotada, foi possível classificar o problema – participação da comunidade no processo de desenvolvimento local - em grupos e subgrupos de afinidades, hierarquizar os problemas, de forma individual e priorização dos problemas de acordo com a somatória de pontos consignada a cada item consignando o grau de prioridade dado ao problema, conforme já explicitado no capítulo método.

De acordo com os procedimentos adotados (afinidades) identificou-se quatro problemas, com seus grupos e subgrupos, representado na Figura 25, e para fins de construção e entendimento sobre as questões investigadas, as fichas foram literalmente transcritas.

A transcrição dos resultados apresentados não só dialoga com os pressupostos expostos na metodologia como reflete a experiência acumulada de trabalho no campo social e as contribuições da comunidade durante todo o processo. Estas informações são analisadas e discutidas subseqüentemente, juntamente com os conteúdos das observações diretas.

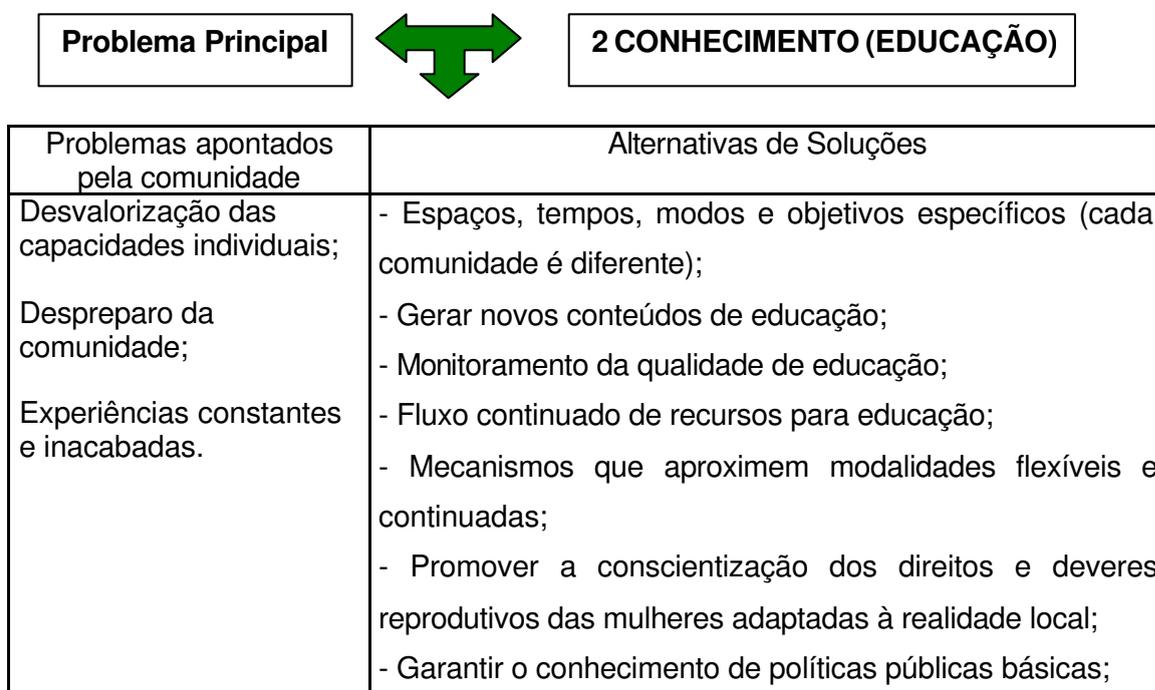
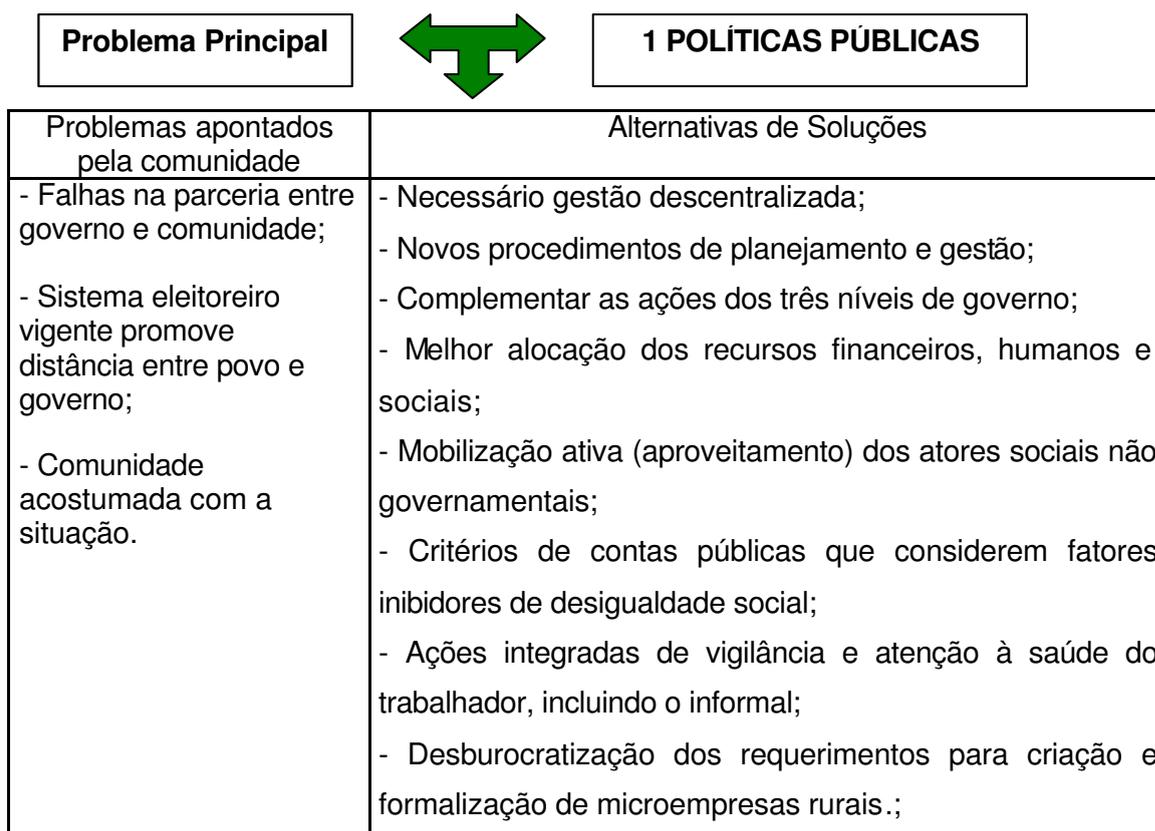


Figura 25: Mapa de visualização dos problemas.

Fonte: Organização, Cíntia Manfredini, 2005.

Continuação da Figura 25

Problema Principal		3 QUALIFICAÇÃO
Problemas apontados pela comunidade		Alternativas de Soluções
Desvalorização das práticas e dinâmicas culturais; Visão de curto prazo; Descrédito.		<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer medidas que resultem a melhor qualidade de vida da mulher do campo; - Implantação de processo de alternância para equilíbrio entre trabalho e educação; - Realinhar linhas de crédito (auxílio para entendimento); - Criar nos municípios fundos para implementar ações de desenvolvimento local (orçamento participativo); - Difundir práticas que reforcem o potencial comunitário em benefício próprio; - Replicabilidade das práticas.;

Problema Principal		4 ORGANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO
---------------------------	---	-----------------------------------

Problemas apontados pela comunidade	Alternativas de Soluções
Falta de mecanismos que reconheçam e promovam iniciativas da sociedade; Falta visão compartilhada; Desorganização (individualismo prevalece).	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para ampliar, qualificar e multiplicar as práticas; - Construir referências das ações do bairro para projetos futuros; - Estabelecer estratégias locais e regionais de desenvolvimento de turismo sustentável; - Promover alternativas que o turismo possa oferecer; - Incentivar as organizações locais (associações, comitês) para produzir respostas às demandas que se apresentam, aqui ao turismo sustentável; - Articular uma rede envolvendo órgãos governamentais, terceiro setor e instituições privadas voltadas para o resgate de experiências variadas de capacitação para o ecoturismo ou turismo sustentável; - Implantar o serviço voluntário para os jovens, de ambos os sexos, que nas comunidades rurais estão em situação de migração para os centros urbanos.

Figura 25: Mapa de visualização dos problemas.

Fonte: Organização, Cíntia Manfredini, 2005.

Partindo da realização das Oficinas no bairro dos Marins com a comunidade, conduziu-se a seguir o processo de análise de conteúdo, tendo como premissa à identificação dos problemas. A discussão sobre esses dados segue da mesma seqüência em que são apresentados, quais sejam: políticas públicas, conhecimento (educação), qualificação e por último organização e integração, representados na Figura 26.

A análise foi realizada buscando-se trabalhar os fatores dentro de uma relação de causa e soluções, podendo-se classificá-los por afinidade, com mostra a Figura 19, dentro de cada um dos 4 (quatro) grupos maiores, classificados como problemas principais e subdividindo-os em problemas apontados pela comunidade bem como os indicadores encontrados pela comunidade e pesquisadora.

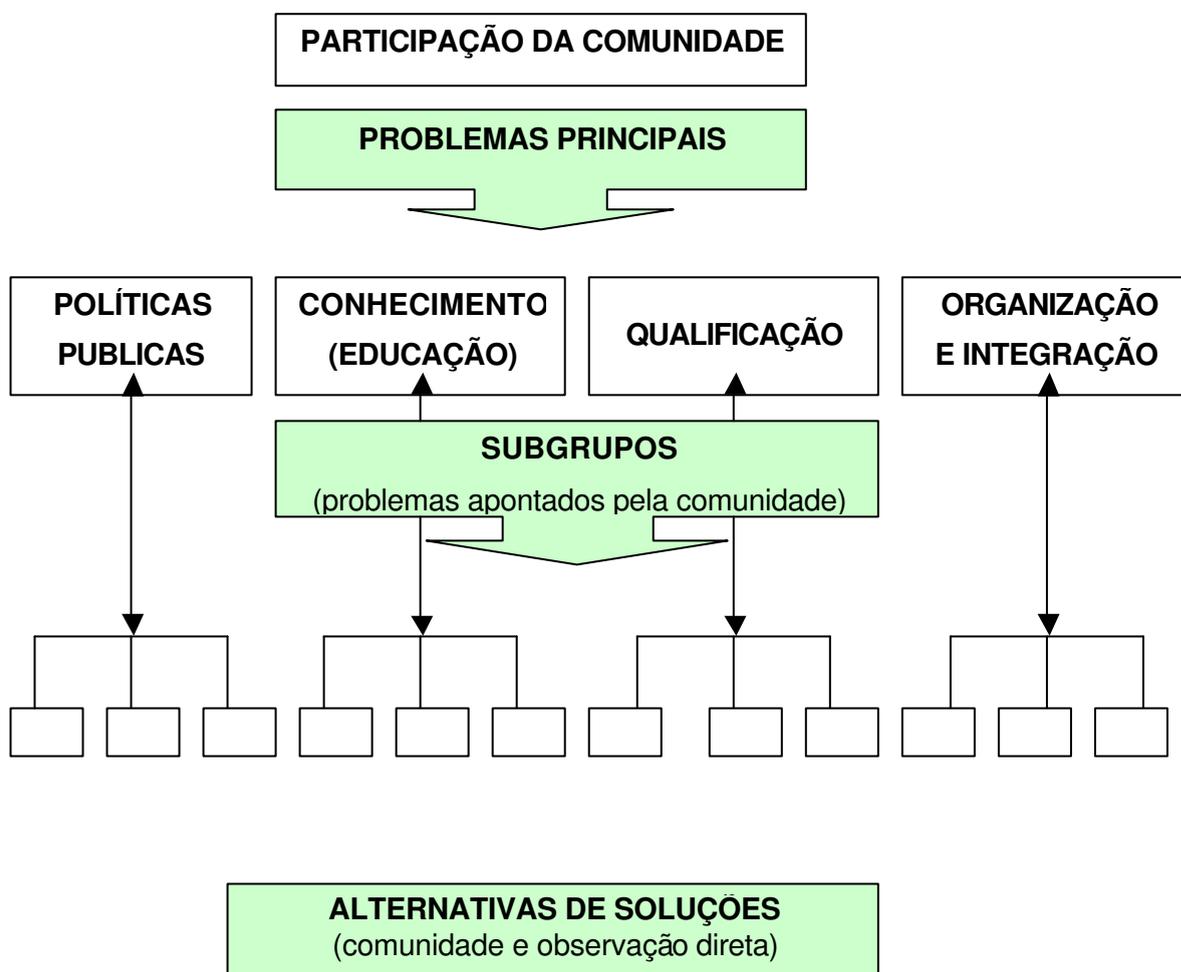


Figura 26: Modelo Representativo de Grupos, Subgrupos e Indicadores.

Fonte: Organização, Cíntia Manfredini, 2005

4.6. POLÍTICAS PÚBLICAS

A comunidade determina que as políticas públicas estabelecidas no município, especificamente em relação ao Bairro dos Marins não estimulam a participação efetiva, devido uma série de causas que por ordem de importância denomina-se:

- a. **Parceria entre governo e comunidade falha:** “Os compromissos assumidos em campanhas e a parceria de verdade não acontece”.(M 15¹⁵).
 “Teve uma vez que estávamos em uma reunião na escola do Bairro e o... ia falar, o que acabou acontecendo é que ele falou mal da direção da escola que estava fazendo um trabalho legal só porque a verba era ganha de um vereador que conseguiu do governo do Estado” (M 4).
- b. **Sistema eleitoral vigente só promove a distância entre o povo e governo:** “Porque embora o sistema garanta a representação da sociedade junto aos Poderes, muitas vezes para que uma pessoa consiga se eleger precisa de dinheiro e outros apoios e acaba trocando esse apoio para outro tipo de apoio depois de eleito”. (M 8).
- c. **Comunidade apática, acostumada com a situação:** “Nas pequenas comunidades como a nossa o voto não vale tanto... Os políticos dão maior atenção, antes e depois, as comunidades com maior número de eleitores” (M 25).

Causas que confirmam as afirmações de Fernández-Ballesteros (1995) e Sen (2000) de que a maior dificuldade está no Estado manter uma relação mais transparente e participativa com a sociedade embora tenha uma participação fundamental na proteção das capacidades democráticas.

4.6.1 Alternativas de Soluções

Foram apontados uma série de indicadores que de acordo com a comunidade conduzem as políticas públicas municipais a serem um problema para na participação da comunidade. Um fato encontrado pela pesquisadora, logo no início do processo, foi da comunidade, incluindo as lideranças locais, resistirem ao trabalho em equipe (grupo), a busca era sempre por familiares próximos, ou resolução de problemas e delineamento de ações de forma individual.

Conforme participante: “Nóis não gosta de pensar com gente que pensa diferente, nós se preocupa mais com nossos parentes e amigos próximos”. (M 30).

¹⁵ M 15- Participantes das Oficinas caracterizados no Anexo H

Quando os participantes de uma comunidade querem o desenvolvimento local, mas colocam seus interesses pessoais acima dos interesses da comunidade, as pessoas envolvidas no processo têm receio de agregar forças ao grupo.

Torna-se necessário reconhecer que as comunidades também encontram dificuldades em elaborar um papel pró-ativo e constituir novos meios de participação, baseadas em parcerias técnicas, realistas no sentido de diagnosticar recursos.

Dentro das alternativas de soluções **a descentralização do poder e as formas (procedimentos) de gestão e planejamento de atividades** são os mais apontados. Pode-se detectar na forma com que o Prefeito domina as decisões relevantes do Secretariado, apontando alternativas centralizadoras.

A manutenção das características da cultura política brasileira, ancoradas na herança histórica do país, tem paralisado ou atrasado o processo de mudanças sociais. Existe um grande aprendizado a ser desenvolvido tanto para o governo quanto para diferentes grupos e indivíduos que compõe a sociedade civil. Esse processo de aprendizado será efetivo quando o diálogo entre os atores possuir um espaço privilegiado nas políticas públicas. Santos, (1997) exemplifica a relação conflito e espaço: “Nosso problema teórico e prático é o de reconstruir o espaço para que não seja veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo reconstruir a sociedade para que não crie ou preserve desigualdades sociais”.

Conforme depoimentos:

“a Prefeitura mandou uma mulher que disse que entendia de ervas medicinais, então foi falar para dona que a produção da carqueja dava muito dinheiro e que podia até vender para fora do Brasil e a coitada foi guardando um montão, o pessoal da prefeitura sumiu, e ela não conseguiu vender nada, teve que queimar tudo e sair no prejuízo”. (M 39).

Essa situação confirma a visão de Jara (1998), de que o governo apresenta dificuldades em descentralizar e vincular uma participação efetiva sem apenas alijar responsabilidades e/ou intenções, na implementação de projetos sociais.

Ainda alternativas encontradas referem-se à complementação **de das ações nos três níveis de governo e melhor alocação dos recursos financeiros, humanos e sociais** que se diluem devido a brigas partidárias e políticas.

“O grupo que mandou na cidade durante os últimos anos não se conforma em mudar o sistema e ainda existem os políticos de oposição da atual administração, que quando a prefeitura tem a chance de captar recursos do governo do Estado, eles procuram bloquear esses recursos. Muitos são vereadores de oposição e possuem contatos com pessoas que possuem cargos na

administração do governo. Assim o governo do Estado em vez de ajudar, atrapalha, complicado demais!”. (M 35).

Nenhum resultado palpável de programas e/ou projetos de desenvolvimento local, em termos de melhoria efetiva das condições de vida das comunidades, poderá ser obtido apenas por decisão autoritária e centralizada. Promover a articulação entre as diversas ações empreendidas resulta em adotar uma nova racionalidade em que evita-se o mau aproveitamento dos recursos (FRANCO, 1999).

Existem ainda indivíduos ou instituições que procuram envolver a comunidade no processo de decisões políticas do município: “O trabalho da..., através da parceria com o Instituto..., com a prefeitura foi bom porque começamos uma nova etapa”.

“Foi à primeira vez que as pessoas do Bairro foram consultadas e receberam um apoio para decidirem o que é melhor para nós”, afirmações que confirmam as idéias de Martins (2002) e Buarque (2002) quanto a importância da participação efetiva.

Os **critérios de contas públicas que considerem fatores inibidores de desigualdade social** é outra alternativa de solução apontada, que busca demonstrar que as políticas de promoção devem refletir também a riqueza das peculiaridades culturais existentes e inerentes à localidade em que vive a comunidade.

A estrutura produtiva das comunidades rurais encontra-se hoje em um momento crucial para a definição de seu futuro, tanto do ponto de vista estritamente econômico quanto no que se refere à sua articulação e à sua integração com a dinâmica própria de outras ações. No Bairro dos Marins, de acordo com a comunidade, cabe em especial o desenvolvimento do turismo rural. Entretanto, concordando com Ablas (1991), o seu desenvolvimento e continuidade como fator inibidor de desigualdade social, depende de uma reorientação significativa dos padrões que têm pautado a inserção dessa comunidade.

Conforme discussões nas Oficinas, essa proposta (turismo rural) da comunidade objetiva reduzir as desigualdades sociais e oferecer oportunidade aos jovens da comunidade, podendo estes contribuir como protagonistas na implantação do processo no Bairro dos Marins.

“Existem atividades especiais, com atendimento diferenciado, para atender turistas que gostam de participação da vida rural. Esta atividade poderá complementar nossa renda, e as atividades de educação ambiental deste projeto realizadas em parceria com a comunidade formando monitores ambientais é só o início”. (M 24).

Portanto para alcançar uma estratégia que vise à eficiência da redução de desigualdades sociais por meio da reformulação dos critérios públicos atuais deve-se otimizar recursos, mobilizar atores, oferecendo novos procedimentos de

direcionamento e avaliação dos gastos públicos. Assim, a descontinuidade de programas interrompidos a cada troca de governo também deve ser combatido, da mesma forma que a comunidade deve ser capacitada para participar qualitativamente na elaboração, no acompanhamento e no controle das políticas públicas (OMINAMI, 1987).

Outra alternativa é a **falta de fortalecimento de ações integradas de vigilância a saúde do trabalhador rural com o objetivo de garantir condições de saúde favorável a todos os trabalhadores**, incluindo os que se encontram em situação de trabalho informal, fato comprovado em dados do IBGE (2000), Cadastro Geral de Empresas (1996) e malha Municipal Digital do Brasil (1997).

A mão de obra dos trabalhadores da comunidade, no atual quadro apresentado, é disponível, barata e abundante, e, conforme depoimentos, tem sido isento a investimentos na prevenção à saúde do trabalhador, devido à falta de priorização necessária, pelo Estado e município e de uma atuação mais eficaz e integrada.

De acordo com depoimentos de participantes das Oficinas: "Os Marins não recebe visita de agentes da saúde, na cidade existe um atendimento que tem enfermeira todos os dias, além de pediatra, dentista, geral, de gravidez (estes com horários e dias específicos)". (M 25).

"Quando necessário, a equipe de vacinação visita os moradores, mas na rotina, os moradores vão até a cidade. A ambulância do município atende o bairro quando solicitado e necessário". (M 22).

No consenso do grupo promover critérios que reflitam melhorar as condições de trabalho e de saúde da comunidade, atender às necessidades de saúde com interface às áreas sociais, educacionais, sanitárias e ambientais, respeitando as características e vocações ambientais, culturais e econômicas locais, devem ser incorporadas aos resultados e impactos ainda não mensurados na apropriação de gastos do governo estadual e/ou municipal, confirmando as afirmações de Valeriano (1998) em se obter uma visão abrangente, para então lhes dar configuração total e sistêmica.

Dentro do problema - Políticas Públicas - a última alternativa apontada é a **desburocratização dos requerimentos para criação e formalização das microempresas rurais**, pois a comunidade pretende investir em microempresas relacionadas ao turismo rural, considerado pela comunidade, um passo favorável para a geração de alternativa de renda, para o crescimento do número de vínculos formais de emprego. "Temos tanta dificuldade, a principal dificuldade para o desenvolvimento

da agricultura no Bairro é a falta de recursos financeiros e as limitações por ser uma Área de Proteção Ambiental (APA)” (M 8).

Essa análise confirma Franco, 1999, pois indica que as políticas públicas de crédito sejam no âmbito municipal, estadual ou federal interferem no desenvolvimento local, podendo baixar a participação da comunidade, pois se necessita de recursos exógenos para promover alguma ação que ela tenha priorizado para desenvolver sua localidade, no caso do bairro o turismo.

Alguns participantes que já possuem micro-negócio levantam o problema das políticas de crédito existente: “...como comerciante procuro dar empregos o quanto eu posso porque faz com que o bairro cresça. Mas não está fácil, o turista demora a chegar, as coisas não tem mesmo preço, o combustível então, aumenta toda hora.” (M 34).

O endividamento do poder público diminui cada vez mais a disponibilidade de recursos para investir em comunidades pequenas principalmente, colocando os prefeitos em retroceder quanto à participação, porque as prefeituras não dispõem de recursos para solucionar os problemas da comunidade. Cabe a própria comunidade a busca de alternativas para atender suas necessidades.

Os requisitos para o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, segundo Franco, 1999, é a parceria entre Estado, Mercado e Sociedade Civil e a transferência de recursos exógenos (recursos públicos ou privados que são aportados por agentes externos à comunidade local).

O tema adquire uma complexidade de hipóteses abordadas quando o levantamento se refere a questões inerentes a inter-relação campo e cidade, com o crescimento desordenado e a saturação ocorrida hoje nos grandes centros urbanos, o processo se inverte, havendo o interesse de retornar ao espaço rural, mais que deve acontecer mediante a um planejamento prévio, buscando novas alternativas produtivas que viabilizem o investimento e manutenção do homem no campo oferecendo um nível vida que justifique sua permanência neste espaço. Segue depoimento de membro da comunidade:

“Os benefícios que o turismo pode gerar para o Bairro são: geração de empregos; valorização da cultura local (artesanato, culinária, etc.); proteção e melhoria dos ambientes naturais; ajuda a diversificar a economia (comércio, agricultura); melhora infra-estrutura básica, acho que é preciso de investimento do governo sim!”

Deve-se relevar ainda que o investimento exógeno pode ser insuficiente, ou guiar-se por critérios de funcionamento global e não local, e assim não gerar suficientes encadeamentos de renda na localidade em questão.

Para tanto, é necessário integrá-lo numa estratégia capaz de endogeneizar seus impactos multiplicadores, a fim de criar novos projetos produtivos e novos empregos em nível local (ALBUQUERQUE, 1996).

4.7 CONHECIMENTO (EDUCAÇÃO)

O mais importante do processo de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável é que nessa estratégia de promoção do desenvolvimento, cabe à comunidade local o papel de protagonista, de ator principal, de condutor do processo, segundo seu próprio ritmo, respeitando suas dificuldades e as condições de cada localidade.

A comunidade do Bairro dos Marins afirma que o segundo problema principal que não estimulam a participação comunitária é o conhecimento (educação), relatados em sub-ítem a seguir:

a. Necessidade de ressaltar as capacidades individuais:

“Devia ser realizado um Projeto que leva até a comunidade, cursos referentes à destinação da produção, como a de leite, de banana, etc. E ainda, cursos na área de Associativismo e Cooperativismo para venda da produção e de artesanato. Projetos de incentivo ao Ecoturismo, preparando a comunidade para receber o turista, com hospedagem, passeios, trilhas, e transporte.” (M 46).

b. Despreparo da comunidade:

“Consideramos urgente, em termos do planejamento do turismo: 1º a Conscientização da comunidade e estímulo/ garantia de participação do planejamento; 2º Definir o tipo de “turismo” em cada propriedade, 3º Elaboração de um Plano de Turismo para o bairro; 4º Elaboração de um Plano de Turismo para a cidade” (M 6).

c. Experiências constantes e inacabadas: “São só uns exemplos: Trabalho de assistência técnica de veterinária e agrônoma; Projetos de reflorestamento das nascentes e mata ciliar, limpeza de rios, artesanato, banana, e tantos outros...” (M 6).

Este dado vem reforçar a discussão de Sachs (2002) na reflexão sobre a eficiência do sistema econômico vigente, concordando também com Capra (1996) sobre a necessidade de mudança de percepções e pensamentos.

4.7.1 Alternativas de Soluções

A incessante busca de modelos e estratégias que possam dar efetividade ao ideal do desenvolvimento rural/comunitário passou a figurar na agenda político-institucional e acadêmica brasileira, em geral se polemizando ou discutindo sobre as propriedades positivas (ou não) de tal categoria representar condição e ou/conhecimento necessário para a implementação do referido processo (ABRAMOVAY, 1992; FAO-INCRA, 1994; 1996).

Partindo desta premissa outro fator fundamental nas alternativas de soluções para os problemas da participação comunitária é o estudo e levantamento do meio físico, buscando sempre a característica peculiar de cada espaço, tempo e objetivos específicos, pois cada comunidade é diferente. Não se pode tratar da exploração de atividades no espaço rural, sem levantar dados que possibilitem a formação do olhar interpretativo da paisagem, isto com o intuito de minimizar a ocorrência de futuros impactos.

Afinal, não se deve esquecer que os componentes naturais da paisagem, isto é, ar puro, o sol, as montanhas (...) são inteiramente gratuitos. Eles estão a livre disposição de todos ou quase. Eles não têm preço. De certa forma são o bônus do pacote. É pôr esta razão que muitas regiões liquidam seus recursos, sem se dar conta do que estão perdendo, cada vez mais a própria independência (KRIPPENDORF, 1989 p. 96).

Em um cenário que se apresenta cada vez mais mutável, imprevisível e competitivo, onde a condução da vida profissional, pessoal e social estão em permanente transformação e acompanham a revolução técnico-científico, nessa perspectiva novos modos de gestão do trabalho estão sendo redefinidas e a formação do conhecimento já não apresentam uma metodologia específica para determinados empregos.

Concordando com Santos (2002, p.328) na afirmativa de que em um mundo do movimento, a realidade e a noção de residência do homem (...) não se esvaem. “O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A “residência”, o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem.”

As constatações fáticas do mundo rural contemporâneo explicitam o sobreesforço e a necessidade constante de capacitação no sentido de implantar fóruns de debate e trabalho mais amplos, que discutam novas concepções para o modelo existente, criem alternativas para processos obsoletos e descubram as alternativas disponíveis, mas sem aproveitamento na atual conjuntura (CALCANHOTTO, 2001).

Historicamente pode-se observar a gradativa aceleração das mudanças em nossa sociedade ao longo dos anos e as comunidades interagem com o seu ambiente, sofre as influências da dinâmica do mesmo e desenvolve ajustes para adaptar-se a essas novas condições. O que se experimenta atualmente é o aumento da velocidade das mudanças considerado um dos aspectos marcantes da nova ordem que exige das capacidades que facultem cada um a aprender a conhecer, a fazer, a relacionar-se com os outros, a viver em comunidade, a exercer a cidadania.

Nesse processo torna-se importante que as comunidades tenham a capacidade de poder tornar o conhecimento acessível e adaptável a sua realidade, construindo novas articulações entre as escolas e a vida social, profissional de outro, possibilitando assim a plena participação da comunidade no desenvolvimento de sua localidade.

O Participante da Oficina confirma as afirmativas de Coelho e Fontes (1998) e Gutiérrez (1999) quando fala que “Não existem projetos especiais, com atendimento diferenciado, para atender alunos que não podem ficar na escola em determinados períodos. Mas esse não é só um problema nosso, aqui dos Marins, eu acho”.

“A escola dos Marins já desenvolveu um trabalho com os alunos até mesmo nos finais de semana, procurando mostrar a importância do meio ambiente, desenvolvendo trabalhos também com seus pais e família, como por exemplo: como era a vegetação há uns anos atrás e como é hoje; viram a diferença na água de uns anos para cá. E isso foi muito bom, porque nos horários escolhidos todo mundo podia (M 26)”.

O conhecimento incorre diretamente na melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural se tornando um projeto de cunho social e econômico. Organizar o conhecimento de forma que possa estar relacionado diretamente com o debate do desenvolvimento sustentável aliado aos conceitos de educação e preservação ambiental, valorizando o ambiente natural e a cultura local, resgatando o regionalismo, permitindo desta forma a integração do visitante com o meio rural.

O não desenvolvimento de um processo educacional de qualidade, adaptável para a comunidade é pontuado nas alternativas de soluções seguintes **como a forma de gerar novos conteúdos de educação, o fluxo descontínuo de recursos para educação e a não existência de mecanismos que aproximem modalidades flexíveis e continuadas de conhecimento.**

O sistema público de ensino do município de Piquete atinge, atualmente, a maioria das crianças do município, ainda assim a evasão escolar na adolescência continua grande na área rural (P.M.P., 2003). Mas o maior problema, de acordo com

os atores, está no fato de que para a comunidade o acesso à escola não significa acesso à formação. “As crianças também aprendem um monte de coisa em casa, na lavoura, na ordenha, a professora nem sabe o que é mocha?! (M 1).

O ambiente comunitário se relaciona com o modelo de gestão educacional embasado nos princípios que valorizam o consenso ativo dos diferentes atores, as parcerias e a co-gestão de políticas, traduz o eixo ético-normativo adequado ao estabelecimento de agendas locais orientadas para a sustentabilidade. Destaca-se, como elemento-chave, a identificação de práticas e instrumentos de conhecimento integrados a partir de prioridades e consensos acordados entre eles.

O modelo educacional mais uma vez não tem as respostas frente ao desequilíbrio que promove, isto porque as suas concepções lineares e simplistas (cartesianas), baseiam-se, sobretudo, em resolver apenas às interrogações que surgem quando o processo de acúmulo não se verifica. Com o novo foco dado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em vigor desde 1996, que direciona a educação ao aprendizado e não mais ao ensino, muitas características educacionais têm sido revistas e atualizadas. A necessidade, hoje, concentra-se em desenvolver estudantes com competências que vão além dos conteúdos escolares, tornando-os aptos a compreender a complexidade do mundo e atuar nele com ética (SAVIANI, 1997).

Entre as alternativas de soluções encontradas, a promoção da conscientização sobre os **deveres e direitos reprodutivos das mulheres da comunidade adaptadas à realidade local**, é um fato que de acordo com os atores, podem contribuir para uma participação mais efetiva das mulheres da comunidade. O exercício dos direitos não é um conceito adquirido e varia segundo o segmento social e religioso (católico e evangélico). Para que isso não seja um entrave na participação da mulher dos Marins torna-se necessário inserir a questão na formação e no cotidiano do Bairro.

“Em Piquete existem projetos de educação em saúde, além disso, a promoção social realiza palestras, mas não aqui nos Marins, e nós não gostamos de falar com toda a gente dessas coisas ! (M 40).

A questão demográfica do bairro é considerada pelos atores um dos aspectos fundamentais no processo do desenvolvimento local sustentável, principalmente na melhoria qualidade de vida da comunidade e das mulheres do bairro. “Para nos do Bairro o mais difícil é saber e entender o quanto é bom ter bastante filho para trabalhar ou pouco para não gastar, e ainda tem o padre que fala em pecado (Depoimento)”.

Promover a orientação sexual por meio da inclusão dessa problemática nos temas transversais do currículo de educação e integrar as ações de saúde voltadas

para o sexo feminino afim de que não aconteçam ações fragmentadas e discriminatórias.

O Brasil passou, nas últimas décadas, por importantes transformações na estrutura e na dinâmica da sua população. Esse processo foi marcado, de um lado, pela progressiva diminuição da taxa de mortalidade e, de outro, por uma drástica queda na taxa de fecundidade das mulheres em idade reprodutiva.

Dessa forma, observa-se as diferentes manifestações e dinâmicas demográficas regionais, concordando com Porto (1998) pois refletem mudanças significativas na pirâmide etária e na estrutura das famílias e geram importantes conseqüências para a formulação de políticas públicas na esfera social nas próximas décadas.

Garantir o conhecimento de políticas públicas básicas é a última alternativa de solução do problema principal conhecimento.

Essa mudança no perfil das demandas por participação justifica uma maior demanda por atendimento na área de saúde e as medidas e ações deverão oferecer mais oportunidades de participação da comunidade, permitindo-lhe a concepção de outras formas de engajamento que valorizem o ponto de vista social.

Um das causas ba baixa participação é apontado, pelos atores é o desconhecimento das vantagens. Para que se evidencie a comunidade as vantagens do conhecimento, faz-se necessário trabalhar as causas dessa ignorância.

“Só se faz reunião, e falam, falam, falam, que dá sono, mas explicar direitinho, certeza não acontece não (M 8)”.

“E tem mais não explica conforme deve, nós não entende o trem passa e o povo daqui perde a chance de melhorar de vida, nós não é burro não é só falar conforme (M 20)”.

4.8 QUALIFICAÇÃO

Historicamente a ideologia do progresso nas cidades tem constituído uma representação de liberdade, de desenvolvimento, de civilização, um lugar que possibilita variedade de estilos de vida, enquanto que o meio rural fomentava o autoritarismo, o tradicionalismo, o conservadorismo e a ignorância. Porém, parece que tal perspectiva tende a inverter-se no presente, de tal forma que hoje no rural volta-se para a identidade individual, conforme a comunidade dos Marins aponta nos problemas que seguem:

- a. **Revalorizar práticas e dinâmicas culturais:** "Não é que agora as festas que o Bairro faz ficou famosa! E os crochê, tem gente ganhando um dinheirão, as trova do Seo..., a viola, a roça virou chique, Dona!".(M 16)
- b. **Visão de curto prazo:** "Eu participo de tudo e levo a mulher junto, a gente precisa conhecer as coisas novas, mas elas demoram e daí fica só o desânimo e a vontade de ficar em casa nas próximas reuniões." .(M 18)
- c. **Descrédito:** "O povo é que nem São Tomé, precisa ver pra crer... Que nem os que já começaram a ganhar dinheiro com o tal do turismo, ninguém queria, agora o Bairro inteiro que sabe o que é que faz esse tal do turismo".(M 34)

A revalorização do rural contida nas práticas de passeios ao campo e as atividades de lazer nele, bem como outras diversas formas de sua utilização e consumo, tem se fundado em uma grande demanda que formaram o reencontro com a natureza, a harmonia, a qualidade de vida e o respeito como o meio-ambiente. Assim, além do rural ser reivindicado como um espaço passível de apropriação, em muitos lugares também passa a ser encarado como uma forma de vida ou um modelo alternativo de sociedade, inspirador de um projeto grupal que espera que desta forma possa enfrentar os problemas sociais e econômicos do mundo contemporâneo (GIULIANI, 1990).

4.8.1 Alternativas de Soluções

O trabalho agrícola, ou no espaço rural atualmente, tem requerido esforços crescentes e continuados na qualificação das pessoas, considerando-se as contribuições que o modelo produtivista tem oferecido, veementemente observado pelos ambientalistas. A busca de um entendimento da realidade rural contemporânea tem sido o foco de pesquisas e debates. A capacidade institucional para promover ações no meio rural, de forma sustentável é ainda débil, tendo em vista que muitas tecnologias disponíveis não têm conseguido satisfazer a pressupostos de sustentabilidade na sua plenitude, a ponto de não se constituir em uma representatividade e ser capaz de criar argumentos a serem seguidos (KAIMOWITZ, 1998).

A primeira alternativa de solução apontada pela comunidade referente-se à questão da qualificação é o fortalecimento das **medidas que resultem a melhor qualidade de vida da mulher do campo.**

Os propósitos e esforços comuns criam uma teia complexa de idéias, crenças e valores coletivos que não somente conferem legitimidade às ações e práticas, mas também induzem processos de identificação, motivação e participação que

potencializam as aspirações coletivas. Indo de encontro às idéias de Franco (1999) quando aponta que a história nos ensina que mudanças culturais são resultados de processos por meio dos quais os atores sociais se tornam conscientes.

As questões relativas à estrutura familiar não têm estado menos em discussão, visto que diversos depoimentos e discussões associadas às condições efetivas para promover o desenvolvimento no meio rural estiveram em andamento nas Oficinas.

“A mulher do campo não fica só mais em casa lavando roupa e cuidando das galinhas, ela ajuda no serviço pesado, faz as coisas para vender para fora e traz também dinheiro para casa (M 13)”.

Outro fator apontado trata de um **processo que equilibre o trabalho e educação para uma melhor qualificação** e conseqüentemente maior participação.

A metodologia de qualificação profissional é organizada de certa maneira que o trabalhador precisa dispor de algum tempo. Este fator acaba por inviabilizar a participação de grande parte da comunidade, que prioriza outras atividades. “Temos muito trabalho, tanto os produtores de leite e queijo, como os de alguma lavoura, muitas horas estudando não dá... daí nos tira o dinheiro da onde? (M 11)”

“Quem trabalha na roça não tem tempo pra ficar em reuniões e aulas de longo tempo não... (M 10)”.

No caso específico da agricultura familiar, observa-se que poucas famílias têm chances de se habilitar junto aos programas e projetos institucionais, principalmente quando a atividade explorada, refere-se a uma atividade que não é entendida como necessária maior qualificação pelas pessoas que a coloca em prática.

Realinhar linhas de crédito é também tratado como alternativa de solução para a participação da comunidade do processo do desenvolvimento local porque muitas vezes a maneira como é oferecido não é atrativo ou entendido. Há um consenso entre os autores em torno da idéia de que para haver Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer-se o aporte de recursos externos, públicos, privados, financeiros, humanos e de infra-estrutura, nas formas de investimento, de financiamento e de uma política orçamentária (FRANCO, 1999).

Realinhar programas de créditos existentes com uma metodologia de fácil adaptação da comunidade é uma maneira de equacionar essa demanda e de ofertar ou não oferecer programas que podem desencadear processos de geração interna de renda e/ou novos recursos.

“Na comunidade financiamento das coisas só no banco, e eu não vou não. Quantos casos a gente já ouviu de o banco ir à casa da pessoa e tirar a casa (M 9)”.

“O pessoal está surrado do banco cobrar juros, e depois não tem conversa não... tem que pagar os juros (M 6)”.

O grupo aponta ainda **a criação no município de um fundo para implementar ações de desenvolvimento local**, baseado no modelo do orçamento participativo.

Seja qual for a diretriz da municipalidade na implantação de desenvolvimento local da comunidade o grande obstáculo é a restrição orçamentária. O processo de incorporação da sustentabilidade à política rural e/ou comunitária tem proporcionado desafios que necessitam de soluções específicas. O conceito de trabalhar com uma forma de gestão de fundos específicos oferece a comunidade oportunidade de participar da definição dos investimentos implicando no incentivo dos processos locais.

Devido às crescentes críticas aos modelos predominantes de desenvolvimento voltados ou para soluções de mercado ou para ações estatais centralizadoras e impositivas, existe ainda possibilidades de fomentar um desenvolvimento local mais sustentável através do fortalecimento de redes sociais e sua inserção progressiva nos processos políticos-administrativos locais (PUTNAM, 2000).

“A comunidade às vezes acha que a Prefeitura e a Câmara têm obrigação de promover o desenvolvimento do Bairro, mas eu não acho não eles tem que ajudar e nós a eles (M 8)”.

Os recentes processos de transformação econômica e social parecem exigir novos modelos inovadores de gerenciamento, assim como novos instrumentos, procedimentos e formas de ação capazes de criar condições favoráveis que auxiliem os administradores públicos a lidar com esses novos desafios (PUTNAM, 2000).

As últimas alternativas de soluções referem-se às **práticas que reforcem o potencial comunitário em benefício próprio e a replicabilidade das práticas**.

Além da discordância entre as políticas oficiais para conduzir a participação da comunidade e as práticas concretas, também pode-se notar a existência: de as práticas concretas positivas e a negativa sobre o que tem sido desenvolvido.

As positivas têm pouca divulgação e, dessa forma, não criam oportunidade para a replicabilidade das mesmas. Faltam condições e ferramentas adequadas de gestão para implementar iniciativas efetivas de desenvolvimento local, capazes de promover um desenvolvimento sustentável no âmbito das comunidades locais, respeitando as exigências de cada localidade.

Faltam estruturas e instituições de governança local, adequadas para incitar a ação coletiva e articular os diferentes atores locais em torno de objetivos comuns de desenvolvimento local (ALBUQUERQUE, 1998).

“Como eu vejo é assim: o que é de bom para o Bairro fica só entre a gente, o que acontece de ruim vira até notícia (M 15)”.

“Para a promoção das idéias do sustentável as pessoas precisam adotar costumes certos. Necessário, assim, um espalhamento de informação através de conversas em casa ou palestras. (M 6)”.

Afirmações que confirmam Abromovay (1999), pois quando se parte da originalidade e simplicidade do universo rural e justifica-se pela premissa de investigação e conservação das raízes populares, se lida com o folclore e as tradições expressas no meio rural, deve-se resguardar toda especificidade que constitui o diferencial deste ambiente e inserir no programa governamental, a reflexão e a premiação das boas práticas.

4.9 ORGANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A crescente complexidade dos processos locais de tomada de decisão e uma agenda cada vez mais revelaram a incapacidade das articulações políticas e administrativas locais em lidar com esses novos desafios. A compreensão do contexto das relações do homem no campo auxilia principalmente o pequeno produtor rural que é o mais penalizado com a falta de apoio. Partindo desta análise específica denotam-se os conflitos sociais presentes no meio rural, apontados pela comunidade:

- a. **Criar e implementar mecanismos que reconheçam e promovam iniciativas da sociedade:** “a falta de conhecimento da importância da participação e o que se ganhou com isso faz com que a comunidade não dê valor a esta participação nas coisas” (M 49).
- b. **Falta de visão compartilhada:** “Às vezes não existe vontade política e falta também uma resposta da comunidade quando é convidada a participar” (M 37).
- c. **Desorganização (individualismo prevalece):** “As pessoas só participam quando tem alguma coisa que vai melhorar nas terras dela” (M 15).

Tais experiências são uma das grandes causas da pouca participação, pois, sempre que se procura organizar uma comunidade e não se obtém êxito, isto resulta em uma resistência a novas experiências participativas, ou, então, ainda que ela se disponha a participar, não levará a sério o processo por não confiar nos resultados.

4.9.1 Alternativas de Soluções

Nas Oficinas constatou-se um declínio generalizado do engajamento do Bairro nos últimos anos, taxas decrescentes de participação em festas tradicionais, em encontros referentes à cidade ou escola, a redução de todo tipo de engajamento direto

em questões religiosas e governamentais e a diminuição da disposição de participação nas políticas locais.

De acordo com Putnam (2000), essas organizações básicas da vida social são essenciais para o estabelecimento de normas e padrões comuns, para a promoção de confiança social e interpessoal e, no final, para o crescimento do engajamento cívico. A suposição básica de Putnam é que membros de associações tendem a ser política e socialmente mais ativos, dando apoio às normas democráticas.

A alternativa de solução encontrada pela comunidade referente à questão da organização e integração é uma **forma de contribuir para ampliar, qualificar e multiplicar as práticas e também construir referências das ações do bairro para projetos futuros.**

Por muitos anos, a pequena produção agrícola e as relações sociais no campo foram vistas como obstáculos ao desenvolvimento. Contudo, mais recentemente, quando se considera a necessidade de redução das desigualdades sociais, passou-se a reconhecer o impacto potencial da reforma agrária diante da questão do emprego e, em particular, do desemprego urbano e metropolitano. A retenção da população nas áreas rurais diminui a pressão sobre a oferta de trabalho nos centros urbanos e é uma condição para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável por meio do acesso a terra e da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992.).

Os projetos, programas ou iniciativas individuais que deram certo no Bairro podem estabelecer elementos que representem um suporte para a elaboração das próximas experiências e uma relação harmônica entre exploração econômica com o respeito ao histórico da localidade.

“O melhor de tudo é não ter que recomeçar tudo de novo, mas sim continuar da onde agente parou! (M 6)”.

Estratégias locais e regionais de desenvolvimento de turismo sustentável é outra alternativa de solução embora a participação nesse processo ainda seja considerada baixa.

Do ponto de vista regional o conceito de desenvolvimento do turismo deve ser entendido aqui, como um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a visitação bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

Este processo ainda é entendido, pelos participantes da Oficina, como resultado a ampliação do emprego e da complementação da renda da localidade ou da região.

“Os pequenos produtores daqui estão se beneficiando também através das mesmas atividades da roça, mas com o turismo. Os visitantes vêm aqui e não acredita quando vê que a comida é preparada no fogão de lenha (M 13)”, concordando com Benevides (1996) nas conclusões quanto à manutenção da identidade local e o favorecimento das pequenas operações com baixo impacto.

Outra alternativa de solução é a **promoção de alternativas que o turismo oferece** considerando que no Bairro dos Marins, o turismo, apresenta diversas modalidades, não estando limitado a um só tipo de atividade e também não encarado como substituto da produção tradicional no campo, mas sim como um incremento de opções produtivas, complementando a renda dentro da agricultura familiar.

“Aqui na minha propriedade tem trilha e tem cachoeira, da para ter a lavoura cuidar do gado e ainda ter um lucrinho com as visita do povo que vem para cá (M 13)”.

O Brasil é um país privilegiado em termos de possibilidades para o turismo, o qual deve fazer parte do equacionamento da equidade com o respeito ambiental, associando oportunidades de emprego, acessibilidade para os mais diversos grupos, como os portadores de deficiências, e sustentabilidade. A ampla incorporação, pela comunidade dos Marins, dos benefícios gerados por suas atividades pode transformá-las em sujeitos do desenvolvimento.

As atividades internas à propriedade rural, que geram ocupações às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão -de-obra externa. São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo” (SILVA et al, 1998, p. 153)

Trata-se de uma forma promissora de integração da comunidade e pode assumir variada faceta no Bairro: o ecoturismo e o turismo rural, em torno de atividades como o plantio, a pesca da truta, a apicultura, ordenha, etc, dado que confirma a discussão de Cavaco (1996).

Organizações locais (associações, comitês, cooperativas, etc) para produzir respostas as demandas que se apresentam no turismo sustentável, é alternativa de solução para uma maior participação da comunidade no processo de desenvolvimento local complementado com a **articulação de uma rede envolvendo órgãos governamentais, ONGs e instituições privadas voltadas para o resgate de**

experiências variadas de capacitação para o ecoturismo e/ou turismo sustentável.

Parcerias que estabeleçam a infra-estrutura e as formatações necessárias podem atrair um fluxo turístico para os que desejam fugir do padrão convencional de turismo e conseqüentemente trazer benefícios para o desenvolvimento da comunidade.

As associações podem regulamentar o uso dos espaços naturais e do patrimônio cultural, tendo em vista sua sustentabilidade e o respeito às populações locais, com base na análise do impacto socioambiental sobre a vida dessas populações e sobre o meio a ser explorado, como condição prévia para o estabelecimento de projetos turísticos, assegurando a fiscalização posterior para que os acordos legais sejam respeitados (EMBRATUR, 1994).

“O Bairro enfrenta dificuldade nas atividades turísticas em relação à falta de sinalização e pouca infra-estrutura, mas existe sim interesse da população local em desenvolver o turismo no Bairro, ainda mais depois do curso de monitores (M 19)”.

“A associação dos monitores ambientais vai sair do papel pra gente poder ter todo dia na trilha um responsável e cuidar para que o visitante tenha sempre atendimento. Eles não têm dia e hora marcado e não param de chegar... (M 29)”.

Também pode-se incentivar as diversas formas de turismo sustentável, inclusive o ecoturismo e o turismo cultural, para que busquem o aproveitamento do potencial local, a partir de consulta, participação e capacitação das comunidades interessadas (EMBRATUR, 1994).

Implantar o serviço voluntário para os jovens, de ambos os sexos, que nas comunidades rurais estão em situação de migração para os centros urbanos.

Há hoje um evidente movimento de ampliação dos campos e formas de ação educativa, ancorado em tendências e dinâmicas diversas que vão desde as novas exigências ligadas a empregabilidade até a preocupação crescente com o desenvolvimento das capacidades individuais e a busca de uma vida pessoal, familiar e comunitária mais saudável (OMINAMI, 1987).

Nesse processo, é de suma importância o papel dos meios de comunicação de massa e da informação. A multiplicação dos canais de transmissão de conhecimentos e informações permite a transformação de espaços sociais, como associações comunitárias, entidades de caráter cultural, recreativo e social. Ao mesmo tempo, já existem muitas outras iniciativas de capacitação para a cidadania, com alcance e objetivos variados, desenvolvidas nos quadros de organismos governamentais, não-governamentais, confessionais ou da iniciativa privada (ABRAMOVAY, 1992).

Um exemplo de parceria para o jovem entre ONGs, administração pública municipal e comunidades, se aplica a várias atividades relacionadas com a melhoria da qualidade de vida do jovem no Bairro dos Marins como o cuidado com a vegetação nativa e mata ciliar e o monitoramento de trilhas.

A comunidade é o local onde os sujeitos desenvolvem a maioria de suas atividades criativas e produtivas. Desta maneira, comunidades organizadas e com bom nível de informação podem contribuir favoravelmente em decisões que lhe afetam diretamente, desempenhando um importante papel na criação de uma formação segura e sustentável.

4.10 ANÁLISE DA PESQUISA

Desenvolvimento Local e Participação constituem, hoje, conceitos centrais no debate público acerca do quadro de exclusão social que persiste, mesmo após décadas de políticas públicas direcionadas ao combate da pobreza. Estes dois conceitos sintetizam o pressuposto de que o conceito de desenvolvimento é bem mais amplo que o mero crescimento econômico, e envolve aspectos abrangentes de qualidade de vida do indivíduo, tais como inclusão social, proteção à diversidade cultural, uso racional de recursos naturais, etc.

Na pesquisa ficou evidente que políticas públicas desenhadas para a promoção do desenvolvimento humano devem não apenas se dar de forma descentralizada, permitindo o maior controle social, como devem estar focadas, essencialmente, no "local" onde se dá à vida cotidiana concreta. Como local, entendemos não somente um espaço geograficamente definido seja um bairro, um município ou uma microrregião, mas como um espaço em que existem relações sociais entre os diversos atores, que habitam o local.

Esse trabalho não se propõe fazer qualquer tipo de juízo de valor sobre os fatores que influenciam a participação da comunidade no processo de desenvolvimento local, mas sim buscou-se aqui descrever os problemas e entraves que influenciam as práticas participativas em comunidades, especificamente na comunidade dos Marins, Piquete/SP.

Alguns desafios como a qualificação técnica e política dos atores envolvidos, tanto dos governos como da sociedade, assim como a ampliação e a consolidação de uma cultura democrática e sua tradução em métodos e procedimentos concretos que potencializem a gestão compartilhada da sociedade são fatores que estabelecem condições diferentes, e, por isso, precisam soluções adequadas para que desta forma,

o desenvolvimento local tenha como enfoque, identificar e desenvolver os potenciais existentes.

A cooperação entre os diversos atores, seja na elaboração de uma visão estratégica ou na implementação de ações concretas, é o elemento chave neste processo. Isso exige novas formas e instrumentos para relacionar os diversos atores e capacitá-los em gerenciar processos de desenvolvimento, em conjunto.

Ampliar a eficiência e a eficácia dos espaços de gestão participativa supõe ainda romper a burocracia estatal, que ainda fazem do saber técnico um muro intransponível de poder e romper a tendência de limitar a participação aos assuntos periféricos, dispersando-a em inúmeros espaços de um assistencialismo segmentado.

O modelo participativo, implantado no Bairro dos Marins, é um instrumento que pode servir como fio norteador para iniciativas comunitárias, que exigem mudanças nas relações e nas posturas das pessoas envolvidas. Isso, talvez, possa ser o maior desafio de todos os processos de desenvolvimento. Desta forma, a qualificação do processo e a sua sustentabilidade exigem, que todos os atores estejam em condições de contribuir efetivamente, dentro das suas competências e responsabilidades.

A dificuldade de diálogo e negociação numa mesma reunião, envolvendo interesses e pontos de vista muito distintos e mesmo antagônicos tem-se mostrado um desafio difícil de superar em diversas comunidades que promovem espaços de gestão e decisão compartilhada com a sociedade porque pelo lado do poder público, isso implica em mudanças na direção de estabelecer procedimentos mais eficientes e novas formas de organização de trabalho, que aumentam a sua capacidade em criar as condições básicas para o desenvolvimento local, como por exemplo, na área de legislação (no caso dos Marins a ambiental) ou finanças públicas.

Fundamental é a visão estratégica e a respectiva vontade pública de tornar as experiências pilotos, como a dos Marins com processos participativos em políticas públicas.

Verificou-se ainda que a participação se torna mais sustentável, quando ela não se restringe a processos de consultas, ou uma participação pontual, mas se é um elemento constituinte do cotidiano e também para que a comunidade dos Marins possa participar no diálogo sobre o desenvolvimento de igual para igual, ela necessita de lideranças e organizações comunitárias legítimas, que dêem maior suporte e continuidade à mobilização social. É a partir da construção segmentada de ações comunitárias e do aumento da capacidade de autogestão das mesmas, que se acumula capital social na comunidade, permitindo a ela planejar e implementar ações de complexidade crescente na busca pela melhoria da qualidade de vida de cada das 68 (sessenta e oito) famílias.

A dependência desta experiência, das iniciativas e da disposição democrática dos atores é outra questão que coloca sérias preocupações quanto à continuidade, a permanência, o aperfeiçoamento da iniciativa comunitária. Para garantir essa continuidade no bairro dos Marins torna-se preciso priorizar práticas menos dependentes da iniciativa governamental, buscar o fortalecimento da forma social, identificando e qualificando as iniciativas autônomas e outros atores da sociedade civil, como igrejas, grupos culturais, clubes, entidades profissionais, para que estes gerem experiências e instrumentos que potencializem a multiplicação.

Algumas avaliações apontam a necessidade de uma maior institucionalização como garantia da continuidade e da consolidação do processo comunitário participativo. Também a construção de metodologias mais adequadas a cada contexto e correlação entre as forças sociais e governamentais é parte do processo de aperfeiçoamento e consolidação deste processo. A estratégia proposta pela pesquisa para a vivência prática de cooperação entre representantes de órgãos públicos e representantes das comunidades consiste, basicamente, no estabelecimento de novos espaços públicos não estatais de diálogo e construção conjunta de conhecimento, ou no fortalecimento.

O desafio da qualificação técnica e política, que apontou-se, gera uma relação mais cotidiana das lideranças populares com ONGs, universidades e entidades profissionais, com o objetivo de apropriar-se tanto de conhecimentos técnicos relativos às áreas de interesse como dos trâmites administrativos que lhes são próprios.

Pode-se perceber, no caso da comunidade dos Marins, que além desse conhecimento técnico, é preciso aprender a prática da negociação e uma outra forma de lidar com o conflito. Grande parte dos participantes das Oficinas observam que devem acumular conhecimento e experiência suficientes para poder mover-se seguramente nos espaços de governo, sem o temor de perder sua identidade, ou de ser manipulado por atores com maior acesso ao saber e ao poder, tornando-se um processo longo e difícil. É também um processo que absorve muito tempo, e daí decorre o receio, freqüentemente justificado, de que a comunidade se afaste do trabalho cansativo e demorado de levar informações, de promover processos educativos e mobilizadores das bases sociais dos movimentos.

Acomodar-se ao circuito de palestras “assistencialistas”, que se multiplicam e aos apertados limites do que parece viável face às complicações e às negociações com interesses de outros atores são políticas a que são continuamente submetidas à comunidade dos Marins.

Na comunidade com predominância das atividades agrárias, o envolvimento comunitário é dificultado, já que os agricultores se obrigam a trabalhar conforme

condições climáticas. O planejamento do processo de participação também deve levar o fator em consideração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram descritos e analisados novos procedimentos de planejamento e gestão integrados, priorizando a viabilização de ações locais e regionais destinadas à promoção de iniciativas de desenvolvimento local, integrado e sustentável. Fatores que podem influenciar na participação comunitária no processo de desenvolvimento local e que indicam a dificuldade e complexidade do processo.

O novo paradigma de gerenciamento de um conjunto de dinâmicas sociais e políticas representado pela perspectiva do desenvolvimento local, integrado e sustentável deve-se apoiar de forma central na participação direta da comunidade. Sua principal forma está em conceber os membros de uma comunidade como sujeitos do próprio destino e dos rumos tomados pela localidade em que vivem. Mesmo que, como demonstrado pela pesquisa, a política vigente caracterize-se pela burocratização e falta de interesse no processo participativo, para dar continuidade à mesma postura dominante e autoritária.

O poder público já não é o único responsável pela elaboração de novas políticas voltadas para o desenvolvimento local, surge uma nova metodologia voltada para a consecução dos objetivos relacionados com a viabilidade do desenvolvimento sustentável nas suas diversas facetas, capazes de garantir um presente e um futuro melhor para a atual e futura geração. Mas para sua implantação, como visto nos resultados, requer uma mudança de postura, na mentalidade, de forma a permitir e estimular a participação da comunidade na superação de seus próprios dilemas.

Por outro lado algumas condições objetivas são também necessárias para que a participação da comunidade possa realizar-se com êxito. No caso da comunidade dos Marins, a pesquisa demonstra quatro principais fatores: políticas públicas, educação e conhecimento, qualificação e organização e integração, cada um com grupos e subgrupos, que podem constituir um quadro de referência a partir dessas iniciativas em curso para diagnosticar a adoção de processos participativos na efetivação em outros projetos comunitários.

Torna-se necessário ressaltar também que, de acordo com os resultados, parte importante da ineficiência do processo participativo deve-se ao sistema governamental que deriva de políticas que pulverizam iniciativas locais.

A complexidade das dinâmicas geradoras de desigualdades sociais que contemplam realidades comunitárias locais, identificadas nesse trabalho, exige uma nova postura em relação à responsabilidade dos diferentes atores que a compõe, sobretudo da parcela que elaborou o projeto.

Ao se levantar e caracterizar os fatores que podem influenciar a participação da comunidade no processo de desenvolvimento local, supõe o estabelecimento de referências para estudos em outras comunidades e subsídios para administrações municipais para gestão participativa. O esforço empreendido, ao abordar o tema processo participativo, foi justamente o de procurar definir alternativas e ações possíveis de serem implementadas e que possam contribuir para superar um pouco à distância entre o discurso e a prática, a pesquisa científica e o gesto.

O resultado e as futuras sugestões de estudos, entretanto, estão longe de esgotar todas as vias factíveis para o logro do objetivo do trabalho. A variedade de interesses, interpretações e intenções que conformam a realidade local em sua interface com o município e região não permite que se esqueça de que as soluções para o problema são sempre provisórias, relativas e limitadas, exigindo uma disposição constante e flexibilidade para acompanhar o ritmo de mudanças e, ao mesmo tempo, produzir dinâmicas locais que se contraponham à exclusão social.

Desenvolver processo de desenvolvimento local, integrado e sustentável de maneira participativa torna-se um processo complexo e difícil, mas ao se estimular o processo participativo das comunidades locais potencializa-se a capacidade de ação para obtenção de melhores resultados, maior eficiência e motivação dos atores, para isso torna-se necessário enfrentar os problemas e buscar soluções.

Os usos de instrumentos participativos, como os aqui apresentados, são cruciais em permitir a construção conjunta de um diálogo continuado, que gera mais confiança, como também transparência entre a comunidade e os representantes do setor público, da iniciativa privada e do terceiro setor. A mobilização da comunidade é de crucial importância para o desenvolvimento local, pois é da comunidade que nasce o consenso sobre o que deve ser feito, dando, portanto, não só legitimidade aos processos de mudança, mas também garantindo a sua sustentabilidade.

O diagnóstico realizado no nível local pode ser relacionado a várias oportunidades de desenvolvimento regionais, na transformação de atividades isoladas em práticas, implementando-se assim o surgimento de uma nova “cultura política” de negociação entre “partes iguais” e a criação de novas alianças entre os diversos atores, em prol de um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Com o passar do tempo, o processo de participativo deve se tornar mais estratégico, com uma visão mais sistêmica, evitando-se a pulverização de recursos e a distribuição de pequenas obras pela comunidade, ou entre as comunidades.

Deve-se haver uma integração intersetorial entre os investimentos públicos, possibilitados pelo processo participativo de trabalho com a comunidade. Em várias cidades do Vale do Paraíba, o processo participativo foi introduzido como forma de

institucionalizar a participação, pelo Comitê de Bacias Hidrográficas – Rio Paraíba do Sul. A decisão sobre, e o controle do uso dos recursos públicos pela comunidade é um dos instrumentos mais avançados e pode ser qualificado através do processo de planejamento participativo. Dentro de uma visão sistêmica e de longo prazo do desenvolvimento local, a identificação dos investimentos públicos anuais ganha em termos de consistência e eficiência.

As iniciativas comunitárias aplicadas em processos de desenvolvimento local, só produzem resultados satisfatórios no momento em que as organizações envolvidas estabelecem uma nova forma de inter-relação, quebrando as amarras da dependência e do paternalismo.

A articulação entre grupos comunitários pode ser apoiada, mas não pode ser forçada, nem acelerada pela lógica dos cronogramas de projetos públicos. Ela, necessariamente, tem que crescer de forma orgânica e pela parte da comunidade dos Marins é importante que a sua organização se baseie numa gestão democrática do processo e que promova, a médio prazo, o surgimento de novas parcerias e lideranças.

6 CONCLUSÕES

A região estudada é rica em sua beleza natural, com grande potencial econômico, povo inspirado e obstinado. Mas, a vida na região encontra dificuldades causadas pela complexidade dos problemas gerados, pela incompreensão das alternativas e pelas estruturas políticas que conduzem à acomodação e falta de perspectiva da população.

Os resultados, análises e discussões permitiram formar um quadro de referência e constatar que:

- a. A metodologia proposta conseguiu diagnosticar e indicar os principais fatores que influenciam iniciativas comunitárias no processo de desenvolvimento do Bairro dos Marins e também para outras localidades as quais apresentam características semelhantes de formas organizacionais e também as saídas para esses entraves.
- b. O desenvolvimento da localidade não é somente dependente da otimização dos recursos existentes, mas, também de fazer emergir e possibilitar recursos e capacidades escondidas, dispersas ou não utilizadas,
- c. Na localidade os procedimentos de planejamento e gestão integrados não viabilizaram as ações locais e os projetos não estavam bem fundamentados e congruentes com a realidade local e/ou regional,
- d. O desenvolvimento local sustentável pode, sim, reduzir as desigualdades sociais, quando construído a partir das experiências dos atores interessados e participantes ativos do processo,
- e. Não existe uma proposta de desenvolvimento rural sustentável pronta e acabada devido à singularidade de cada local e que a interface das situações particulares, da maneira como é estruturada a produção, as formas sociais e as costumes em cada comunidade respondem aos impactos sociais, econômicos e ambientais.
- f. A proposta torna-se dependente também de como são articuladas e organizadas as relações de poder entre a população e o Estado.
- g. O processo educativo e participativo que brota da pretensão da própria comunidade, de suas descobertas, necessidades e conhecimentos, valorizando suas culturas e tradições e introduzindo procedimentos simples, eficientes e apropriadas à localidade podem se tornar práticas que reforçam o potencial das comunidades em benefício próprio e devem ser replicadas com oportunidades de desenvolvimento regionais.

6.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A pesquisa conseguiu detectar alguns fatores que sem dúvida merecem um trabalho mais profundo. As características de cada comunidade claramente exigem soluções específicas para seus problemas. Uma pesquisa comparativa entre comunidades com semelhanças ou não traria mais subsídios para a formação e qualificação de programas e projetos estratégicos e eficientes.

A formulação de diretrizes para se colocar as ações em prática e a verificação de sua efetividade pelos envolvidos, governo, ongs, lideranças, etc para apoiar as atividades propostas seria de grande valia para a comunidade estudada bem como para a correção de projetos futuros.

Outra sugestão é a indicação de parâmetros quantitativos ou qualitativos, construídos juntamente com as comunidades, para que se possam avaliar as questões referentes aos problemas levantados.

Acredita-se ainda ser necessário um trabalho para sensibilizar os profissionais para o verdadeiro papel de interventor em comunidades, um facilitador e interpretador de idéias, na expectativa de concretizá-las. Uma pesquisa que possa dar uma visão mais coletiva e comunitária as propostas do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, L. **Efeitos do turismo no Desenvolvimento Regional**. Turismo em Análise, São Paulo, 1991.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável**. II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica. MA: 1998.

_____. **Moratória para os cerrados. Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável**. São Paulo: Departamento de Economia e Programa de Ciência Ambiental da USP, 1999.

AGUIAR, de RAR. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: IBAMA; 1994.

ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento e Fomento Produtivo Local para Superar a Pobreza. IN: **Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutura**. ILPES: Cadernos 43, Santiago do Chile, 1997.

_____. **Desenvolvimento e Fomento Produtivo Local para Superar a Pobreza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

ALVES MAZZOTTI A. J.. GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências naturais e Sociais: Pesquisa Qualitativa e Quantitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

ARMANI, Domingos. **“Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais”**. Porto Alegre: Tomos Editorial e Amencar, 2000.

BALDASSO, N. A. RIBEIRO, C. M. **Diagnóstico dos Sistemas Agrários de Caçapava do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1998.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão nº 630. Brasília: IPEA, 1999.

BENEVIDES, Irleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari. (org). **Turismo e Desenvolvimento Local**, São Paulo: HUCITEC, 1996.

BENI, Mario Carlos. Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. org. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. .São Paulo: SENAC. 2001.

BERNA, Vilmar. **Rio + 10: impressões**. Jornal do Meio Ambiente , Set. 2002.

BID EVALUACIÓN. **Una herramienta de gestión para mejorar el desempeño de los proyectos.** - Banco Interamericano de Desarrollo: Oficina de Evaluación (EVO). 2000. Disponível em: <http://www.iadb.org/cont/evo/SPBook/lamatrix.htm> Acesso 15/12/2002.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In LINDBERG, K. e HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: Senac. 2001.

BOZZANO, D.P. **Planificación y desarrollo de produtos ecoturísticos desde la perspectiva de la sostenibilidad.** Conferencia Preparatória para o Ano Internacional do Ecoturismo, OMT, Cuiabá, Brasil, 2001 (mimeo).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BROSE, Markus. **Marco Lógico, Metaplan e ZOPP.** Disponível em: <http://www.rededlis.org.br/planejamento> . Acesso em 15/12/2002.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

BRÜSEKE, Franz. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CALCANHOTTO, F. A. **Diagnóstico e Análise de Sistemas de Produção no Município de Guaíba/RS: uma abordagem agroeconômica.** Dissertação de Mestrado em Economia Rural. UFRGS, Porto Alegre: 2001.

CAMARGO, Aspásia. **Agenda 21 brasileira.** CIDS-EBAPE-FGV - Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável da Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo: Cultrix, 1982.

_____. **A Teia da vida.** São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTELLS, Manoel. O Poder da Identidade, In: **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo – Lupa.** 2001. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/L.U.P.A>. Acesso em: 30/06/2004

CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. **Documentos Técnicos da Microbacia Hidrográfica do Rio Passa Quatro no município de Piquete.** 2002. (não publicado).

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (org). **Geografia e Turismo: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In LINDBERG, K. e HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac. 2001. p. 25-29.

CHIANCA, Thomaz. Avaliando Programas Sociais: Conceitos, Princípios e Práticas. In: **Desenvolvendo a Cultura de Avaliação em Organizações da Sociedade Civil**. GLOBAL: SÃO PAULO. Fondo de Cultura Económica de Argentina. S.A: Buenos Aires, 2001.

CHIANCA, Thomaz. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. 3. ed. São Paulo: Makron, 2000.

CLAVELS, P., PITT, J. e YIN, J. **The Community Option in Urban Policy**. *Urban Affairs Review*. Thousand Oaks, 1997. v. 32, n. 4.

CMMAD (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

COELHO, F. D., FONTES, A. As redes de desenvolvimento local. In: **Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Integrado e Sustentado**. Caderno Temático, Brasília, 1998.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1993.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theories**. Harvard University Press, 1990.

COMASSETTO, V. **Conselhos Municipais e democracia participativa sob o contexto do desenvolvimento sustentável na concepção dos prefeitos municipais**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2000.

COOKE, P. e MORGAN, K. **The associational economy: firms, regions, and innovation**. Londres: Oxford University: 1998.

CREMA, Roberto. **Introdução à Visão Holística**. Summus Editorial: São Paulo, 1988.

CUSTÓDIO, Helita Barreira. Legislação brasileira do estudo de impacto ambiental. In: TAUKE, Sâmia Maria (org.). **Análise ambiental: uma visão multidisciplinar**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995.

DALE, P.J. **Ecoturismo como alternativa de desenvolvimento**. Debates Sócio Ambientais. Lazer, Cidadania & Meio Ambiente. São Paulo, 1998.

DASMANN, R.F. **The relationship between protected áreas and indigenous peoples.** USA:University of California.1996.

DEL CASTILLO, J. **Manual del desarrollo local.** Departamento de Economía y Hacienda. Gobierno Vasco, Victoria-Gasteiz, 1994.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** 2ed. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. **Avaliação Qualitativa.** Coleção Polêmicas do nosso tempo. 5 ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

_____. **Metodologia do Conhecimento Científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DEWEY, John. **Como pensamos: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição.** São Paulo: C. E. Nacional, 1979.

DIAS, Genebaldo. F. **Educação Ambiental Princípios e Práticas.** São Paulo: Gaia, 1998.

DIEGUES, A. C. **A questão sociocultural nas áreas naturais protegidas.** Debates Sócio Ambientais. Lazer, Cidadania & Meio Ambiente. São Paulo,1998.

EMATER. Rio Grande do Sul. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – 1997/2000.** Rolante: Escritório Municipal da EMATER/RS, 1997.

EMBRATUR. **Manual do turismo rural.** Brasília: 1994.

EL ANDALOUSSI, Khalid. **Pesquisas-ações: Ciências, Desenvolvimento, Democracia.** São Carlos: EDUFSCAR, 2004.

FAO-IN CRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Projeto UTF/BRA/03, 1994.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília: Projeto UTF/BRA/036, 1996

FERNANDÉZ-BALLESTEROS, Rocio. **Evaluación de Programas. Una Guía Práctica en Ámbitos Sociales, Educativos e de Salud.** Editorial Síntesis S.A: Madrid, Espanha, 1995.

FERRARI, A. T. **Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo: Mac-Hill do Brasil, 1982.

FERREIRA, E.D.; POMPÉIA, S.M. Turismo Sustentável: Perspectivas. In **O município no século XXI: cenários e perspectivas.** São Paulo: Cepam. 1999.400p.

FES/ WWF. **Memórias del taller sobre áreas silvestres y necesidades humanas.** Nariño,Colômbia: FES (série meio ambiente) 1988.146p.

FRANCO, Augusto de. **Ação Local: a nova política da contemporaneidade.** Brasília: Agora. Instituto de Política, 1995.

_____. **Dez Consensos sobre o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.** Documento Final da Oitava Rodada de Interlocação Política do

Conselho da Comunidade Solidária. Cadernos Comunidade Solidária. N. 6 , IPEA, Brasília. Junho 1998.

_____. **O que é Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.**

Proder-Especial: um vetor de sustentabilidade econômica em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. Brasília: SEBRAE Nacional, 1999.

_____. **Porque precisamos de desenvolvimento integrado e sustentável.** 2. ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

_____. **Capital Social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy.** Instituto de Política / Millennium, Brasília, 2001.

GOLDSTEIN, Jeffrey. **Beyond Planning and Prediction: Bringing Back Action Research to OD.** Organization Development Journal, 1992.

GOMES, R.D.M., FURTADO, A.T. Metodologia para integrar a geração e avaliação de tecnologia nas áreas rurais sob o ponto de vista energético In: **IX Congresso Brasileiro de Energia e IV Seminário Latino-Americano de Energia: soluções para a energia no Brasil.** Anais. Rio de Janeiro: SBPE, COPPE/UFRJ, Clube de Engenharia, 2002, v.3, pp.1194-1201.

GRAZIANO DA SILVA, J. ; VILARINHO, C.; DALE, . J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria: UFSM, 1998.

GIULIANI, Gian Mario. **Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS-Vértice. n. 14, 1990.

GUTIERREZ, C. **Tendencias del turismo internacional: el mundo y las Américas.** Conferencia Preparatória para o Ano Internacional do Ecoturismo. OMT: Cuiabá, Brasil, 2001 (mimeo).

GUTIÉRREZ, Francisco Cruz Prado. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** Guia da Escola Cidadã, V.3. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999.

HIRSCHMAN, A. **Against parsimony.** American Economic Review, v.74 nº 2, 1984.

HUQ, Saleemul. **Rio + 10.** International Institute for Environment & Development - IIED/ Bangladesh, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 2000.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>
 Acesso em 05/06/2004

INCRA/FAO. **Guia Metodológico. Diagnóstico de Sistemas de Produção.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (UTF/BRA/05/BRA). Brasília: 1999.

IUCN. **Categories, objectives and criteria for protected areas.** Suíça: 1978 (mimeo.).26p.

IUCN. **Parques y Progreso**. IV Congreso Mundial de Parques e Areas Protegidas, Caracas, Venezuela, 1993, 258p.

JARA, Carlos. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: Desafios de um processo em construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco- Seplan, 1998.

KAIMOWITZ, David. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectivas do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 1998.

KRIMSKY, S., PLOUGH A. **Environmental hazards**. Dover: Auburn House Publishing Company; 1988.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEONARD, H Jeffrey. **Meio Ambiente e Pobreza: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum**. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

LINDBERG, K.; HUBER, R.M. Questões Econômicas na gestão do ecoturismo. In LINDBERG, K. & HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac. 2001. pp145-195.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MACKINNON, J.; MACKINNON, K.; CHILD, G.; THORSELL, J. **Manejo de Áreas Protegidas en los Trópicos**. Gland (Suiza): Unión Internacional Para La Conservación De La Naturaleza y los Recursos Naturales y Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. 1990. 313p.

MAGALHÃES, Claudia Freitas et al. Diagnóstico e diretrizes turísticas de municípios mineiros: o caso de Itabirito. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri, org. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGALHÃES, R. S., BITTENCOUT, G. Projeto alternativo de desenvolvimento rural. In: **Programa de Formação de Dirigentes e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável com base na Agricultura Familiar**. Brasília: MTB/Sefor/Condefat/Contag, 1997.

MARINO, Eduardo. **Manual de Avaliação de Projetos Sociais**. São Paulo: IAS – Pedagogia Social, 1. ed, 1998.

MARTINS, Sérgio Ricardo. **Limites del desarrollo sostenible en América Latina en el marco de las políticas de (re) ajuste económico**. Pelotas: UFPel, 1995.

_____. **O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas**. Interações. Campo Grande, v.3, n.5, p.51-58, setembro de 2002.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2000.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Agenda 21.** Brasília: Senado Federal, 1997. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 13/01/2004.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório de Atividades 2001: o compromisso social da EMATER-MG.** Belo Horizonte, EMATER-MG, 2002.

MORIN, André. **Pesquisa-Ação Integral e Sistêmica: Uma Antropopedagogia Renovada.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Concepts & Definitions.** Espana. 2001. Consulta na internet, endereço: www.world-tourism.org/sustainable/concepts. Acesso em 16/09/2003.

_____. **Code of Ethics.** España. 2001. Consulta na internet, endereço www.world-tourism.org/espanol/ethics/implementation. Acesso em 16/09/2003.

_____. **Money.** España. 2001. Consulta na internet, endereço www.world-tourism.org/espanol/ethics/money. Acesso em 16/09/2003.

OMINAMI, Carlos. **El tercer mundo en la crisis. Las transformaciones recientes de las relaciones Norte-Sur.** Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

OSTROM, Elinor. Investing in capital, institutions, and incentives. In: CLAGUE, Christopher (ed). **Institutions and Economic Development: Growth and Governance in Less Developed and Post-Socialist Countries.** Maryland: Johns Hopkins University, 1997.

PASSOS, Carlos Roberto Martins. NOGAMI, Oto. **Princípios de Economia.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PAULO, Ilana Alves. **Rio+10: interesses políticos ou soluções?** Portal EcoViagem / Outside Online Ltda. http://www.ecoviagem.com.br/ecoreporter/def_ecoreporter.asp? Acesso em 20/10/2002.

PEZZOLI, Keith. **Sustainable development: A transdisciplinary overview of the literature.** Journal of Environmental Planning and Management. Abingdon: 1997.

PMP. Prefeitura Municipal de Piquete. **Documento Municipal.** Relatório Municipal. Secretaria Municipal de Agricultura /Prefeitura Municipal. 2001. (não publicado)

PMP. Prefeitura Municipal de Piquete. **Documento Municipal.** Relatório Municipal. Secretaria Municipal de Agricultura /Prefeitura Municipal. 2003. (não publicado)

PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional.** São Paulo: HUCITEC, 1999.

PORTO, M. F. S. **Saúde, ambiente e desenvolvimento: reflexões sobre a experiência da COPASAD-Conferência Pan-Americana de saúde e ambiente no desenvolvimento.** Ciência & Saúde: Coletiva, 1998.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma Sociedade Sustentável.** São Paulo: Nobel, 1999.

REIS, Daniel Aarão Filho. MORAES, Pedro de. **A paixão de uma utopia.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REIS, Liliâne da Costa. Avaliação de projetos como instrumento de gestão In: **Apoio à gestão** . Rio de Janeiro: Rits; 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBIM, M. DE J. **Análise das Características do Uso Recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta: Uma Contribuição ao Manejo.** Tese de Doutorado, UFSCar, Programa de Pós graduação em Ecologia e Recursos Naturais. 1999.161p.

ROCHA, A . A. ; COSTA,P.O. (coords.). **A reserva da biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo.** São Paulo:Terra Virgem.1998. 259p.

RODRIGUES, Adyr Ballestrari. **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** São Paulo: Atlas, 1997.

RUSCHMANN, Doris M. **O Planejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente.** Tese de Doutorado, USP, Escola de Comunicações e Artes, 1994. 267p.

_____. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus. 2001. 7 ed.199p.

_____. **Turismo no Brasil: Análise e tendências.** Barueri, SP, Manole, 2002.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI Desenvolvimento e Meio Ambiente.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de India y Brasil.** Pensamiento Iberoamericano 46, 1990.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço.** Edusp. São Paulo, 2002.

SANTOS, M., SOUZA, M.A. e SILVEIRA, M.L.. **Território - Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec,1998.

SÃO PAULO. 1998a. **Resolução SMA/SP-32, de 31 de março de 1998**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 108 (63), 02 de abr. 1998. Regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas Unidades de Conservação do Estado.

_____. 1998b. **Resolução SMA/SP-87, de 11 de dezembro de 1998**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seq. I p.23;2 de dez. 1998. Disciplina o acesso e a permanência de turistas no Parque Estadual da Ilha Anchieta e dá outras providências.

SÃO PAULO. Secretaria de Esportes e Turismo. **Manual do Investidor**. São Paulo: Secretaria de Esportes e Turismo. s/d.61p.

SAVIANI, Demerval. **A Nova Lei da Educação - LDB: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil municipal, 2000**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/perfil/index.html>. Acesso em 10/05/2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEMPRO/UNESCO. **Gestión Integral de Programas Sociales Orientada a Resultados: Manual Metodológico para la Planificación y Evaluación de Programas Sociales**. <http://www.unesco.> , 1999. Acesso em 19/01/2003.

SILVA, F. C. da et al. Aplicabilidade de Sistemas de Suporte à Decisão em Sistemas Agroflorestais. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 2., Belém, PA. **No Contexto da qualidade ambiental e competitividade: resumos expandidos**. Belém: Embrapa-CPATU, 1998.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação: **Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000; Decreto Nº 4.340 de 22 de Agosto de 2002**. 5 ed. Aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TASHEREAU. **Evaluating the Impact of Training and Institutional Development: A Collaborative Approach**. Economic Development Institute of the World Bank: Washington, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Sociedade Civil e Seu Papel Político: o Local e o Global Como Espaços de participação Cidadã In “**Organizações e Sociedade**”. Salvador, EAUFBA. Jan/Abr 1999. Vol.6 n.14

THIOLLENT, Michael. Metodologia da pesquisa-ação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

TRIVINOS, Augusto N. Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: ATLAS. 1992. 175 p

VALARELLI, Leandro Lamas. **Gestão do Terceiro Setor: Uma noção ampliada de captação de recursos**. Instituto Ritz: 2001. Disponível em: <http://www.rits.org.br>. Acesso em 14/05/2004.

VALERIANO, Dalton L. **Gerência em Projetos – Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia**. São Paulo: Makron Books: 1998. 438p.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo**. Madrid: Pirámide, 1988.

VEIGA, J. Eli da. **A face territorial do desenvolvimento**. ANAIS do XXVII Encontro Nacional da ANPEC, Pará: Belém, 1999.

VERHELST, Thierry G. **O direito à diferença: sul-note – identidades culturais e desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

WESTERN, D. Definindo Ecoturismo. In LINDBERG, K. & HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac. 2001. p 17-22.

WWF – BRASIL. **Living Planet Report 2002**. Série Técnica.
Disponível em: <http://www.wwf.org.br/amazonia/default.htm>. Acesso em 03/03/2004.

YERGIN, Daniel. **O petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder**. São Paulo: Scritta, 1992.

YUNIS, E. **Condiciones para el desarrollo sostenible del ecoturismo en las Americas**. Conferencia Preparatória para o Ano Internacional do Ecoturismo, OMT, Cuiabá, Brasil, 2001 (mimeo).

ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores: idéias e práticas**. Trad. A. J. Carmona Teixeira; Maria João Carvalho; Maria Nóvoa. Lisboa, Educa, 1993.

ANEXO A

Cronograma das Atividades do Projeto: “Conscientização e Percepção Ambiental da Bacia do Rio Paraíba ao Ribeirão Passa Quatro”

2002	2002	2003	2003	2003	2003
<p><u>Julho</u> Apresentação do Projeto “Conscientização e Percepção Ambiental da Bacia do Rio Paraíba ao Ribeirão Passa Quatro”</p>	<p><u>Novembro</u> Aceitação do Projeto pelo CBH-PS com financiamento do FEHIDRO</p>	<p><u>Janeiro</u> Licitação para execução do Projeto</p>	<p><u>Março</u> Apresentação do Projeto à Comunidade dos Marins</p>	<p><u>Maio</u> Início do Curso de Monitores Ambientais Início do processo de sensibilização da comunidade dos Marins</p>	<p><u>Junho</u> Início do Trabalho de Educação Ambiental com a rede municipal de ensino</p>
2003	2004	2004	2004	2004	2004
<p><u>Novembro</u> Encerramento da 1ª Fase do Projeto (monitores e professores)</p>	<p><u>Fevereiro</u> Retomada do Projeto e readequação</p>	<p><u>Março</u> Estudo e execução técnica de capacidade de carga das trilhas e sinalização.</p>	<p><u>Junho</u> Início das Oficinas com a Comunidade dos Marins</p>	<p><u>Outubro</u> Encerramento das Oficinas com a Comunidade dos Marins.</p>	<p><u>Novembro</u> Consolidação e Integração dos Trabalhos com a comunidade e rede municipal de ensino</p> <p>Encerramento Oficial do Projeto e Publicação de Relatórios (Parcial e Final)</p>

ANEXO C

LISTA DE MORADORES/PRODUTORES

	NOME DO PRODUTOR	NOME DA PROPRIEDADE	ÁREA	CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTOR			RESIDÊNCIA DO PRODUTOR		
				P	M	G	Pr	Mu	Ou
1.	Maria Aparecida U.da Silva Xavier	Faz. Passa Quatro	24,0	X				X	
2.	Maria Aparecida Uchoa da Silva	Faz. Passa Quatro	24,0	X				X	
3.	Edevaldo Uchoa da Silva	Faz. Passa Quatro	24,1	X					X
4.	Brás Uchoa da Silva	Faz. Passa Quatro	26,6	X			X		
5.	José Francisco dos Santos	Sítio da Colina	75,0		X			X	
6.	João Vilas Boas	Sítio Santo antônio	22,5	X					X
7.	Carmelo Conti Ferreira	Sítio do Encruzo	46,0	X			X		
8.	João Batista Ferreira	Faz. Santa Inêz	96,8		X		X		
9.	Luiz Conti Ferreira	Sítio Santa Inêz	48,4	X					X
10.	Benedito Cinésio Ferreira	Faz. Santa Inêz	59,9		X		X		
11.	Guido Conti Ferreira	Faz. Santa Inêz	60,0		X			X	
12.	Olegário Rodrigues Alves Pereira	Sítio Cajango	20,3	X				X	
13.	José Raimundo da Costa	Sítio Passa Quatro	37,9	X			X		
14.	Vítor Soares de Lima	Sítio São José	14,5	X			X		
15.	José de Carvalho	Chácara da pedra	0,4	X			X		
16.	Osmar dos Santos Júnior	Sítio do Córrego Grande	87,1		X				X
17.	Francisco Domingues Pinto	Chácara Santa Cruz	1,8	X			X		
18.	Murilo		1,6	X					X
19.	Abel Bernardes	Chácara Sant'Ana	3,6	X			X		
20.	Olinda Pereira Domingues	Sítio Santa Luzia	37,5	X			X		
21.	Joaquim Domingues Pinto	Sítio Santa Luzia	14,5	X			X		
22.	Antônio Carlos de Almeida	Sítio Mineirinho	12,3	X					X
23.	Antônio Francisco Correia	Sítio N.S. Aparecida	7,2	X			X		
24.	Paulo Francisco Correia	Sítio do Alto	19,3	X			X		

25.	Pedro Rodrigues Fortes	Sítio Arco Íris	58,0		X		X		
26.	Paulo Sérgio da Silva	Sem denominação	1,4	X				X	
27.	João Bosco A. Sene	Chácara Primavera	1,8	X			X		
28.	Lucas Rodrigues	Sítio N.S. Aparecida	67,7		X		X		
29.	Lucas Rodrigues	Sítio do Alto	48,0		X		X		
30.	Brás Ávila Rodrigues	Sítio Sta. Terezinha	10,0	X			X		
31.	Dovídio Galbino	Chácara Santa Maria	9,4	X			X		
32.	Silvio Rodrigues Ribeiro	Sítio das Flores	4,8	X				X	
33.	Sebastiana de Faria	Chácara São José	1,2	X			X		
34.	Espólio de Sérgio Oliveira	Sítio São João	37,5	X					X
35.	Geraldo Bertolino Pinto	Sítio Sto. Antonio	56,0		X		X		
36.	Sebastião A. Sene	Sítio Sta. Inez	36,3	X			X		
37.	José Marques Fernandes	Sem denominação	2,0	X			X		
38.	Edebrando F. de Souza	Sítio da Paisagem	27,5	X					X
39.	Alemão	Sem denominação	36,3	X					X
40.	Ismael Ramos da Silva	Sem denominação	3,6	X			X		
41.	Joaquim Pinto Neto (Genésio)	Sítio Dois Irmãos	20,5	X			X		
42.	Joaquim Marques Fernandes	Sítio dos Fernandes	19,4	X			X		
43.	João Crispim de Castro	Sítio São João	31,4	X			X		
44.	Manoel Pinto da Silva	Sítio São Jorge	29,0		X		X		
45.	Manoel Pinto da Silva	Sítio São José	38,7		X		X		
46.	Joaquim Bertolino Pinto	Chácara São Joaquim	2,0	X			X		
47.	João Carlos Rodrigues	Sítio Pico dos Marins	12,1	X			X		
48.	Antônio Alves Filho	Sítio Santo Antônio	115,5		X		X		
49.	Luiz Roberto Vilaça	Sítio dos Marins	29,0	X				X	
50.	Benedito Américo Sobrinho	Sítio dos Marins	16,4	X			X		
51.	Sebastião José Alves	Sítio dos Marins	15,0	X			X		
52.	Ademar Marton Barbosa	Sítio dos Marins	14,5	X				X	
53.	Dourado	Sem denominação	15,6	X				X	
54.	Marcelo Kouras P. Piva	Chácara Recreação	-	X					X
55.	José Reis	Chácara Recreação	-	X					X

56.	Benedito A. Sobrinho	Residencial	-	X			X		
57.	Inez Ap. Rodrigues	Residencial	-	X			X		
58.	Joaquim Bertolino	Residencial	-	X			X		
59.	Paulo Roberto Correia	Residencial	-	X			X		
60.	João Bosco Rodrigues	Residencial	-	X			X		
61.	Pedro Augusto Fortes	Residencial	-	X			X		
62.	Toninho (Edna)	Residencial	-	X			X		
63.	Roberto /Gilberto	Residencial	-	X			X		
64.	José Carlos Rodrigues	Residencial	-	X			X		
65.	Túlio Augusto Rodrigues	Residencial	-	X			X		
66.	Tarcísio Brás Rodrigues	Residencial	-	X			X		
67.	Geraldo Sávio Rodrigues	Residencial	-	X			X		
68.	Sávio	Residencial	-	X			X		

~~Pr~~ Pr = proprietário

~~Ar~~ Ar = arrendatário

~~Ou~~ Ou = outros

Fonte: Cati, 2001. Organização: Cíntia Manfredini, 2005.

ANEXO D

EXERCÍCIOS DOS QUADRADOS:

Formar equipes de cinco pessoas e cada pessoa recebe um envelope com peças de cartolina.

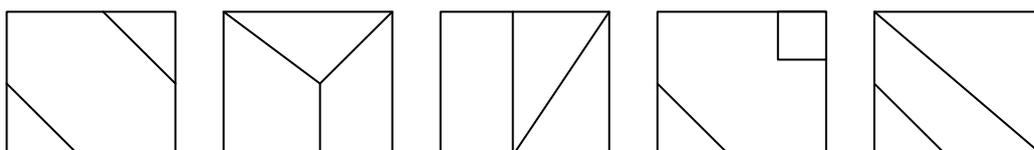
Objetivos:

1. Tarefa individual – formar um quadrado.
2. Tarefa do grupo – formar cinco quadrados.

Regras:

1. Os participantes devem seguir uma ordem de jogada
2. Ninguém pode tirar peças um do outro
3. Peças podem ser descartadas uma de cada vez e colocadas no centro.
4. Peças podem ser retiradas do centro da mesa uma de cada vez.
5. NÃO É PERMITIDO SE EXPRESSAR POR GESTOS E PALAVRAS.

Soluções:



ANEXO E

EXERCÍCIOS DA COMUNICAÇÃO

No estado do Pará, dois rapazes e três moças roubaram um Volks e praticaram uma série de distúrbios.

Em todos os bares iam se embebedando. Num local afastado assaltaram um casal submetendo-os a grandes vexames.

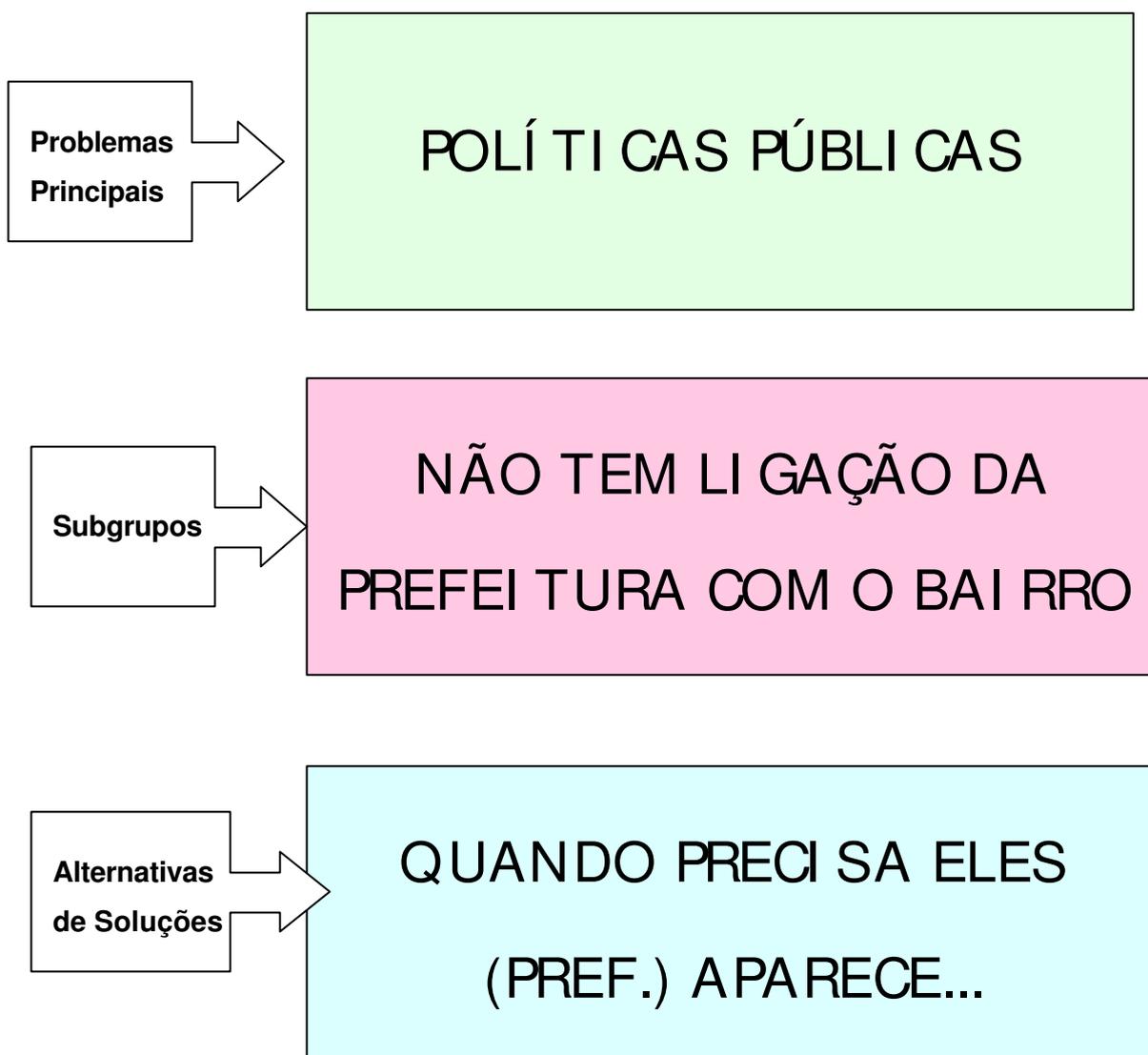
Numa rua estreita atropelaram uma criança que passeava com sua avó.

Perseguidos pela polícia, fugiram para o interior do Paraná onde foram presos seis dias mais tarde. Os jornais noticiaram o fato com grande destaque.

Resultado após a dinâmica:

“O cara fugiu, eram 3 caras que matou 3 crianças e tinha 3 delegados que não conseguiram pegar os 3 caras.” Leonilda Aparecida Lopes

Objetivos atingidos: Importante falar de forma clara, direta sem interferências para que a informação não fique distorcida e evitar contar histórias, saber dos fatos verdadeiramente – origem fofocas e boatos.

ANEXO E**MODELOS DE FICHAS QUE FORAM TRANSCRITAS**

ANEXO G

REGISTROS DO BAIRRO



Bairro do Marins

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Sítio "Seo" Quito

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Casa típica do Bairro

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Centro de Visitantes de Piquete

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Entrada de Piquete

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Fazenda Sta. Lídia (Turismo)

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Parque de Eventos

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



“Seo” Lucas

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Alex e Flávio (CATI) em Oficina

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Oficina

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Preparação de Oficina

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Preparação de Oficina

Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Confraternização pós Oficina
Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Confraternização pós Oficina
Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Oficina
Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Oficina
Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.



Trilha dos Marins
Foto: JAF, 2005.



Oficina
Fonte: Cíntia Manfredini, 2005.

ANEXO H

PARTICIPANTES DAS OFICINAS

Nº	SEXO	IDADE	FREQUÊNCIA
M1.	M	16	C
M2.	F	36	F
M3.	F	17	C
M4.	F	62	F
M5.	F	53	F
M6.	M	52	C
M7.	M	42	C
M8.	M	70	C
M9.	M	55	C
M10.	M	23	F
M11.	M	21	F
M12.	M	63	C
M13.	F	52	F
M14.	F	18	F
M15.	F	43	C
M16.	F	16	F
M17.	M	14	F
M18.	M	56	C
M19	M	23	F
M20	M	45	C
M21	M	35	C
M22	M	42	C
M23	M	28	F
M24	M	23	F
M25	M	42	C
M26	M	57	C
M27	F	18	C
M28	M	31	F
M29	M	23	C

M30	F	39	C
M31	F	26	F
M32	F	28	F
M33	M	39	C
M34	M	56	C
M35	M	17	C
M36	M	63	F
M37	M	29	C
M38	M	23	F
M39	F	55	F
M40	F	52	F
M41	M	21	C
M42	M	56	C
M43	M	34	F
M44	F	19	C
M45	M	52	C
M46	M	36	C
M47	M	23	F
M48	M	58	C
M49	F	42	C

SEXO: **M= MASCULINO** **F= FEMININO**
PRESENÇA: **C= CONSTANTE** **F= FLUTUANTE**